

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CURSO DE PÓS-GRADUADO EM HISTÓRIA

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: História do Brasil

**O ESCRAVO NA FORMAÇÃO SOCIAL DO PIAUÍ:  
Perspectiva Histórica do século XVIII**

Tanya Maria Brandão Barbosa

Dissertação apresentada como requi-  
sito parcial para obtenção do grau  
de Mestre

Dr. Armando Souto Maior  
Orientador

Recife, março de 1984

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
BIBLIOTECA

Dedico este trabalho

A meus amos Guido, Carla Beatriz ,  
Renata Izabel, Maria Cecília e Ma  
ria Cristina de quem, voluntaria  
mente, me tornei escrava.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar o nosso agradecimento à UFPE e em especial ao Curso de Mestrado em História que nos proporcionou o instrumental básico para elaboração metodológica e científica desse trabalho;

Ao grande mestre orientador Dr. Armando Souto Maior pela sua amizade, pela sua orientação científica e paciência na construção e elaboração do trabalho;

À Coordenação, professores, funcionários e colegas de curso, pelo estímulo, apoio e amizade;

À meus pais que primeiro acreditaram em mim e não mediram esforços em investirem na minha educação formativa;

À Profa. Célis Portela Nunes, Chefe do Departamento de Geografia e História da UFPI pelo seu apoio, incentivo, palavras e exemplo de vida;

Ao Prof. Fernando Dib-Tajra, Coordenador do Curso de Ciências Sociais da UFPI, pelo incentivo e sugestões a partir das discussões das problemáticas do trabalho;

Às Profas. Maria do Socorro Rios Magalhães e Deildes de Oliveira Prado pela correção e revisão final do texto;

Aos universitários Carlos Augusto P. Brandão e Gildivane Cardoso pela colaboração na computação dos dados estatísticos e ajuda na pesquisa desenvolvida;

Ao Odilon Freitas pela gentileza e cooperação indispensável na impressão do trabalho;

A todos que direta ou indiretamente ajudaram solucionar os problemas, inclusive os de ordem doméstica, a fim de que pudéssemos elaborar essa dissertação.

T.B.

## Í N D I C E

	Página
INTRODUÇÃO .....	7
Notas Bibliográficas.....	27
Capítulo I - A POLÍTICA COLONIAL PORTUGUESA NA AMÉRI CA .....	29
Notas Bibliográficas .....	39
Capítulo II - A COLONIZAÇÃO DO PIAUÍ .....	40
Notas Bibliográficas .....	59
Capítulo III - A ECONOMIA DO PIAUÍ ATÉ O SÉCULO XVIII.	60
Notas Bibliográficas .....	87
Capítulo IV - FORMAÇÃO SOCIAL DO PIAUÍ - SÉCULO XVIII	90
Notas Bibliográficas .....	124
Capítulo V - CARACTERÍSTICAS DA ESCRAVARIA NO PIAUÍ.	125
Notas Bibliográficas .....	157
Capítulo VI - AS MANEIRAS DE TRABALHO E AS RENDAS ECO NÔMICAS DO ESCRAVO NO PIAUÍ .....	159
Notas Bibliográficas .....	170
Capítulo VII - O ESCRAVO NA FORMAÇÃO SOCIAL DO PIAUÍ..	171
Notas Bibliográficas .....	199
BIBLIOGRAFIA GERAL .....	201
BIBLIOGRAFIA SECÇÃO DO PIAUÍ .....	214
DOCUMENTOS CONSULTADOS:	
- IMPRESSOS .....	217
- MANUSCRITOS .....	221
- INVENTÁRIOS .....	233

ÍNDICE - QUADROS

	Página
1. NÚMERO DE FAZENDAS DE GADO DO PIAUÍ: 1764 a 1772.....	65
2. EXPORTAÇÃO DAS FAZENDAS DO FISCO: 1770 a 1789.....	85
3. EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DO PIAUÍ: 1697 a 1797.....	97
4. EVOLUÇÃO DAS FAZENDAS DE GADO NO PIAUÍ: 1674 a 1797	99
5. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR FREGUESIA, ZONAS URBA NA E RURAL, PIAUÍ - 1762 .....	103
6. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR DISTRITO, ZONAS URBANA E RURAL DO PIAUÍ - 1772 .....	104
7. CAPITANIA DO PIAUÍ - NÚMERO DE FOGOS POR FAZENDA - 1762 .....	107
8. CAPITANIA DO PIAUÍ - NÚMERO DE FOGOS, FAZENDAS E SÍ TIOS - 1772.....	108
9. POPULAÇÃO DO PIAUÍ NO FINAL DO SÉCULO XVIII, POR GRU POS ÉTNICOS .....	110
10. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DO PIAUÍ DE ACORDO COM A COR DA PELE DOS HABITANTES - 1772 .....	111
11. POPULAÇÃO DO PIAUÍ NO FINAL DO SÉCULO XVIII; POR FA ZENDAS E GRUPOS ÉTNICOS .....	149
12. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL E PROPORCIONAL DA POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA POR FAZENDA NO PIAUÍ EM 1697.....	150
13. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA, ZONA URBA NA E RURAL, POR FOGOS E FAZENDAS - PIAUÍ, 1762.....	151
14. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA POR FREGUE SIA NO PIAUÍ EM 1797.....	152

ÍNDICE - QUADROS (Cont.)

	Página
15. DISTRIBUIÇÃO POR AMOSTRAGEM DE ESCRAVOS POR IDADE , SEXO E NACIONALIDADE EM CAMPO MAIOR - PIAUÍ - SÉCULO XVIII .....	153
16. VALOR MÉDIO DO ESCRAVO EM CAMPO MAIOR - PIAUÍ, 2ª ME TADE DO SÉCULO XVIII .....	154

## ÍNDICE - FIGURAS

	Página
1. MAPA CARTOGRÁFICO DE LOCALIZAÇÃO DAS FAZENDAS DE GA DO NO PIAUÍ NO ANO DE 1697.....	51
. Elaborado por João Gabriel Baptista cedido genti <u>l</u> mente para publicação neste trabalho.	
2. MAPA CARTOGRÁFICO DA CAPITANIA DO PIAUÍ NO ANO DE 1761.....	52
. Arquivo particular de Manuel Carvalho gentilmente cedido para publicação neste trabalho.	
3 e 4. TANQUES PARA CURTUME DE COURO .....	86
5. CASA GRANDE DE SÃO DOMINGOS .....	122
6. TIPO DE MESTIÇA DO PIAUÍ .....	123
7. NEGRA PIAUIENSE DE ASCENDÊNCIA AFRICANA .....	155
8 e 9. TIPO DE CONSTRUÇÃO EXECUTADA PELOS ESCRAVOS .....	156
10 e 11. INSTRUMENTOS DE TORTURA .....	197
11 e 12. INSTRUMENTOS DE SUPLÍCIO .....	198

## INTRODUÇÃO

A escravidão, como modo de produção, predominou por mais de três séculos nas colônias americanas da Europa e foi uma das bases da estrutura econômica e social do Novo Mundo. Sua implantação, que é o renascimento do escravismo no Ocidente, ocorreu no momento histórico de transição do regime feudal para o capitalista.

A literatura especializada é bastante convincente quando expõe os motivos que levaram os europeus, que já vinham implantando o regime de trabalho livre e assalariado mais condizente com o nível de desenvolvimento de sua economia, a fazer ressurgir, em seus domínios, diversas formas de trabalho compulsório, e entre eles a escravidão. Esse paradoxo, identificado como parte do processo de desenvolvimento do capitalismo europeu, decorreu em virtude da acumulação primitiva ter se efetivado no âmbito do mercantilismo. Contudo, conforme explica Octávio Ianni,

"essa contradição, não seria sustentável se se apoiasse apenas na acumulação primitiva, no comércio de mercadorias, ou no monopólio colonial ... pode manter-se porque haviam-se constituído, nas colônias, formações sociais amplamente articuladas internamente. Isto é, as formações sociais escravistas tornaram-se organizações político-econômicas altamente articuladas, com os seus centros de poder, princípios e procedimentos de mando e execução, técnicas de controle e repressão". (1)

Embora Perdigão Malheiros afirme que, no início, a escravidão dos africanos não estivesse relacionada a interesses outros que não o pretendido benefício de resgatá-los de morte certa ou do cativeiro dos seus inimigos (2), o consenso entre os autores mais modernos é de que a escravidão instituída no continente americano achava-se em perfeita sintonia com a expansão comercial europeia\*.

O grande comércio do Ocidente, no início dos tempos modernos, tinha por base o capital comercial sob controle dos governos e empresas estatais ou privadas das monarquias nacionais. Na necessária busca de novos mercados - consumidores ou produtores - novas áreas foram descobertas e colonizadas tendo por base economias perfeitamente ajustadas em favor da ampliação do capital mercantil metropolitano. Assim, as colônias transformaram-se em centros monopolizados de exportações de matéria-prima enquanto as metrópoles, através da burguesia comercial se beneficiava com a distribuição de seus produtos, principalmente os coloniais.

Aparentemente as relações econômicas mercantilistas não exigiam o regime escravista de produção. Isso porque a priori, os interesses da burguesia limitava-se apenas à circulação das mercadorias. Desta forma, a maneira como eram

---

\* Mesmo reconhecendo que "o resgate foi, pois, o título ou fundamento ordinário para a escravidão dos negros, a quem se entendia prestar assim um imenso serviço", não ignora Malheiros que "em breve a cobiça despertou a especulação mercantil; o amor do ganho descobriu no comércio dessa mísera gente uma fonte de lucro e riqueza; o negro foi transformado em mercadoria". A Escravidão do Brasil, v. II, p. 23.

obtidos os produtos ficaria em segundo plano. Observa-se, porém, que o lucro desejado não provinha apenas da prática de comprar barato e vender mais caro. Uma série de itens necessitava ser cumprida de forma a garantir condições favoráveis no mercado mundial, destacando-se a imprescindível aquisição de mercadorias, em nível crescente, ligadas, portanto, diretamente ao processo produtivo.

O emprego do trabalho assalariado na produção colonial fora considerado antiproducente. Em primeiro lugar, porque no momento da implantação das empresas coloniais o contingente populacional metropolitano não permitia sangrias de mão-de-obra. Em segundo, porque ficariam comprometidos o tipo, o volume, e o ritmo da produção nas colônias, uma vez que, devido às suas características, o trabalho livre assalariado daria origem a produtores autônomos mais preocupados com sua subsistência, desarticulados, portanto, das exigências mercantilistas.

Somando-se a isso a imperativa necessidade de manutenção, renovação e expansão do grande contingente de trabalhadores, exigidos nas empresas coloniais, o tráfico de africanos se transformou em excelente negócio para os comerciantes e governo do Velho Mundo. O negro africano, a partir de então, ampliaria a lista de mercadorias do grande comércio.

Embora não tenha sido a única forma de trabalho compulsório adotado nas Américas, a escravidão apresenta-se como a mais importante delas, em face da abrangência do território onde vigorou, do tempo de duração e do papel desempenhado nas formações sociais do Novo Mundo.

Por uma questão puramente econômica a escravidão não só foi implantada como também legitimada. Apresenta-se, segundo definição de Caio Prado Júnior, como

"um corpo estranho que se insinua na estrutura da civilização ocidental, em que já não cabia. E vem contrariar-lhe todos os padrões morais e materiais estabelecidos".

(3)

O envolvimento de pessoas, governos e instituições européias no grande comércio contribuiu no sentido de se criar uma ideologia da escravidão, ainda que para isto fossem eliminados e mesmo contornados, princípios e normas fundamentais que alicerçavam a civilização européia.

O primeiro elemento perturbador diz respeito ao Cristianismo. A filosofia cristã afirma que todos os homens têm a mesma origem e que foram criados à imagem e semelhança de Deus, tendo, portanto, que se amarem e respeitarem mutuamente. Outra dificuldade era o ideal de liberdade que campeava na Europa e que, no momento, desvinculava-se da servidão e do feudalismo.

Aos pensadores coube a missão de criar um conjunto de idéias que exprimisse e defendesse os interesses dos grupos econômica e politicamente dominantes no momento. Fazia-se necessário que tal ideário fosse aceito e professado pela sociedade como um todo.

Com esse objetivo, idéias, tradições e valores foram renascidos e criados com a finalidade de demonstrar que a escravidão era natural e necessária. Da época de Platão e Aristóteles retomou-se a idéia de que a escravidão era imprescindível num mundo onde houvesse moral e disciplina. Por uma questão de fatalidade, alguns nasciam para os trabalhos intelectuais enquanto outros para o braçal, enquadrando-se perfeitamente neste segundo os escravos que nasceram para a sujeição. A própria superioridade intelectual, conforme esse pen

samento, trazia consigo o princípio da autoridade. Até mesmo no cristianismo foram identificados os argumentos requeridos. De acordo com a religião cristã, no mundo, os homens prepararam-se para o reino eterno da glória. Se por um lado, pouco importava para os servos de Deus as distorções sociais, por outro, o cativo representaria simultaneamente castigo merecido e forma de redenção dos pecados.

Outro importante elemento ideológico legitimador da escravidão - e que muito contribuiu no sentido de a universalizar - foi o preconceito racial, o qual se originou e se desenvolveu por ocasião dos primeiros contatos dos europeus com indígenas na América e com negros na África, quando foram constatados e utilizados a inferioridade e o primitivismo dos homens de cor\*.

A fusão de idéias, opiniões e princípios, antigos e modernos, resultou, portanto, na ideologia da escravidão, elaborada para atender aos interesses da burguesia comercial, e que logo se tornaria aceita por todos os segmentos da sociedade ocidental. Na nova concepção, a escravidão se fazia necessária no mundo cheio de pecados; por serem pagãos, os homens de cor mereciam o cativo. Como afirma Suely Queiroz,

"a escravidão passaria ser apontada como um elemento importante no grande esquema de

---

\* Não se quer afirmar aqui, que a escravidão negra se deveu ao racismo. Pelo contrário, o racismo tornou-se mais acirrado no ocidente durante e após o longo período escravista. Como diz Eric Williams quando se refere a origem da escravidão negra "a razão foi econômica, não racial; não teve relação com a cor do trabalhador, mas com o baixo preço do trabalho

ordem e governo divinos; ajustava-se ao quadro de uma sociedade e universo determinados por regras hierárquicas que supõem subordinação a uma autoridade mais alta.

Certamente era justa, porque um fenômeno universal, de todos os tempos e lugares. Alguns nasceram para mandar, outros para serem mandados: quem melhor para isso que o indivíduo de cor não branca". (4)

Como toda ideologia, aquela elaborada com vista à escravidão, pretendia a coerência e a generalidade do sistema que desejava instaurar. Através da mistificação e imposição de valores e condutas, atuou sobre a consciência social a ponto de se transformar em concepção do mundo. Sedimentada e interiorizada como senso comum, consolidava-se a teoria desempenhando papel relevante na vida social do ocidente, principalmente, das colônias.

A força da ideologia escravista originara-se na comprovada necessidade de desenvolvimento econômico, bem como na maneira de expressar as leis básicas do desenvolvimento

---

balho". Em contrapartida como o mesmo estudioso afirma "as feições do homem (negro), seu cabelo, cor e dentadura, suas características subumanas tão amplamente alegadas, foram apenas as últimas racionalizações para justificar um simples fato econômico". Capitalismo e Escravidão. Rio de Janeiro, América, 1979, p. 24. A relevância dada ao constatado descompasso cultural das civilizações e a divisão do mundo entre os cristãos (povo de Deus) e pagãos resultou numa teoria de que a desigualdade dos homens era original: que a sociedade e a cultura humana

histórico na modernidade. Toda a montagem teórica conferia significado e orientação à existência da sociedade escravista, promovendo sua estabilidade e desenvolvimento, uma vez que protegia o sistema de produção, distribuição, estratificação e dominação. No Brasil, como em todas as Américas, a ideologia da escravidão veiculada e assimilada perdurou até o século XVIII, sem praticamente sofrer contestação mais significativa por parte dos brasileiros livres. Refletia assim, a estrutura social e o sistema de dominação a que dera origem e que a mantinha.

Implantou-se a escravidão no Brasil paralelamente ao surgimento da empresa açucareira. A agricultura tropical da época mercantilista se mostrava mais lucrativa quando efetivada em larga escala, pois exigia, não só extensas áreas férteis, mas também o esforço de muitos trabalhadores. Ou, como diz Caio Prado Júnior

"a plantação, a colheita e o transporte do produto (cana) até os engenhos onde se prepara o açúcar, só se tornava rendoso quando realizado em grandes volumes". (5)

Por outro lado, o aspecto climático dos trópicos, pouco atraente para o escasso trabalhador europeu disponível, a necessária rigidez quanto à disciplina do trabalho

---

eram regidas por leis biológicas imutáveis e eternas; que as raças "inferiores" se vêem condenadas ao cativeiro e as "superiores" depositárias da civilização, destinam-se a explorar as inferiores.

nos engenhos, a rudimentar tecnologia empregada, todos esses elementos associados à exigência de baixos custos de produção, colocava o trabalho escravo como a solução mais correta no cultivo da cana. Com ele ficariam assegurados o tipo, o ritmo e o volume da produção brasileira na ótica colonizadora.

A estrutura sócio-econômica do Brasil-colônia, desde cedo, contara com a contribuição eficaz do Estado metropolitano, percebida através da legislação colonial onde são disciplinadas as relações concretas, políticas e sobretudo econômicas e onde se cristalizam os objetivos da empresa colonizadora, aquilo que se visava com a colonização. (6) Efetivado nos moldes do sistema colonial mercantilista, o aproveitamento econômico do Brasil tinha por objetivo a exploração dos recursos naturais em proveito do comércio metropolitano. Diz Caio Prado Júnior,

"se vamos à nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros ... É com tal objetivo, objetivo exterior ... sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio (europeu), que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura social, bem como as atividades do país". (7)

É a partir daí, ou seja, da política econômica de Portugal, que se originaram as principais características da estrutura econômico-social do Brasil a exemplo dos monopólios, das grandes propriedades agropecuaristas e do regime de trabalho escravo.

Através das doações de terras, concessão de privilégios, e monopólios comerciais, mobilização e controle da oferta de mão-de-obra no que se refere à quantidade, disciplina e baixo nível de custos, é que a metrópole intervém, direta e/ou indiretamente, na organização do sistema produtivo e na formação da sociedade colonial, oferecendo condições favoráveis ao desenvolvimento do projeto básico de colonização.

Devido ao caráter exportador da economia colonial brasileira, surge o predomínio do setor monoprodutivo-exportador canalizando para si os fatores materiais e humanos utilizados na produção exportável. O funcionamento e desenvolvimento deste setor dera origem a um outro que lhe servia de suporte: o de subsistência, compreendendo dentre outras, a atividade criatória. O complexo econômico colonial, portanto, constituía-se em dois níveis:

"o primeiro é dos grandes produtos de exportação, como o açúcar e o tabaco ... o outro é das atividades acessórias cujo fim é manter em funcionamento aquela economia de exportação. São sobretudo as que se destinam a fornecer os meios de subsistência à população empregada nesta última, e poderíamos, em oposição à outra, denominá-la economia de subsistência". (8)

Tomando-se a formação econômico-social como sendo do regime econômico e superestrutura correspondente de uma sociedade numa etapa determinada da evolução histórica, pode-se definir o quadro colonial como uma formação social escravista, reflexo de sua condição de colônia de exploração. Segundo Octávio Ianni, enquadra-se nesta categoria

"uma sociedade organizada com base no trabalho escravo (do negro, índio, mestiço, etc) na qual o escravo e o senhor pertenciam a duas castas distintas ... A alienação do trabalhador (escravo) característica dessas formações sociais implicava que ele era física e moralmente subordinado ao senhor (branco) em suas atividades religiosas, lúdicas e outras". (9)

Ocorre que, em face das exigências do setor exportador, instaurara-se o modo de produção escravista onde os meios de produção e os trabalhadores pertenciam a particulares e/ou ao Estado. A escravidão, apresentava-se, portanto, como elemento caracterizador do quadro econômico-social, em virtude da estrutura econômica determinar a superestrutura política e ideológica da sociedade colonial brasileira.

A exemplo da sociedade sulista da América do Norte, no Brasil também a escravidão gerou e manteve

"uma comunidade de plantation que deve ser entendida como um sistema social integrado, e tornou esta comunidade o centro da vida (não só regional mas da colônia). Isolou uma classe de proprietários de escravos com ideologia e psicologia especiais e o poder político e econômico para impor seus valores à sociedade como um todo".

(10)

Na verdade, verifica-se que o caráter de formação escravista não se restringiu à sociedade agrícola exporta

dora do Brasil. Nas regiões brasileiras onde predominou o minifúndio, e também naquelas cujos excedentes econômicos destinavam-se ao mercado colonial, ocorreu o mesmo tipo de propriedade dos meios de produção. Nesse caso também, a escravidão influenciou as relações sociais no que se refere às relações materiais e ideológicas.

Esse fenômeno está ligado diretamente aos interesses e necessidades da economia exportadora. Como afirma Antonio Barros de Castro,

"a produção em massa de mercadorias cria raízes ... objetivando-se sob a forma de um complexo aparato produtivo. "O objetivo" maior desta realidade - o seu "sentido" se se quizer - lhe é agora inerente: atender as suas múltiplas necessidades, garantir a sua reprodução ... a forma pela qual os interesses externos atuam sobre a colônia passa a depender "primeiramente da sua solidez e da sua estrutura interna"."

(11)

O aproveitamento econômico do Brasil nos moldes do sistema colonial mercantilista, ao tempo em que exigia uma estrutura produtiva escravista, achava-se paralelamente aneagado pelo surgimento na colônia de uma estrutura sócio-econômica, com seus elementos de rigidez, suas regularidades, seus interesses e, por último, mas também importante, pelos conflitos que lhe são próprios. (12)

No regime escravista pelo próprio caráter das relações sociais, os dois principais polos da sociedade - proprietários e escravos - são antagônicos. Os primeiros inte

ressavam-se e exigiam a exploração máxima da força de trabalho do cativo e para tanto utilizavam todos os mecanismos violentos e repressivos. O escravo, por sua vez, considerado ser inferior, achando-se involuntariamente submetido ao domínio do senhor, procurava, através das mais diversas modalidades, negar o escravismo. Uma delas, a mais comum e pacífica, foi a fuga individual ou coletiva. Verifica-se assim que a escravidão insere no próprio âmago do sistema social que sobre ela se ergue, uma situação conflitiva, e, com ela, uma energia política primária, que ameaça, indetermina e introduz variantes na evolução histórica. (13)

O surgimento e conseqüente desenvolvimento, no seio da colônia, de sociedades cujas economias não estivessem diretamente vinculadas ao mercado externo, se constituíam em potencial, como ameaça à estrutura mercantilista. Situadas em geral em áreas desfavoráveis à grande plantação canavieira, despertavam pouco interesse à Metrópole em virtude do objetivo de sua base econômica. Somava-se ainda o fato de que, devido às características das atividades desenvolvidas, o emprego da mão-de-obra escrava deixava de ser uma exigência fundamental. Esses fatores contribuíram no sentido de que estas regiões produtoras desempenhassem o papel de pólo de atração não só para os colonos livres, social e economicamente marginalizados, como também, para os escravos foragidos da zona dos engenhos.

Desse modo, além dos mecanismos criados no sentido de abafar, contornar, ou desviar, o choque de vontades que se encontra em estado latente no âmago desta sociedade, (14) ou seja, nos limites sociais e espaciais da grande lavourea, tornava-se necessário ampliar o raio de incidência do escravismo, evitando-se, assim, o surgimento, na própria colônia, de estruturas sociais outras que se constituiriam em pe

rigo à ordem então vigente.

Esse impasse foi amenizado em tempo hábil. Nas sociedades desenvolvidas com base nas **atividades acessórias** ou de subsistência, sejam próprias ou da colônia, desde cedo verificou-se a concentração de terras e escravos, impedindo-se, dessa forma, o aparecimento de uma camada social composta de pequenos proprietários que privilegiasse o trabalho livre. Originários do setor agrícola exportador ou mantendo com o mesmo vínculos estreitos, assimilaram uma psicologia gerada pela posse de escravos. A hegemonia política e social dos grandes plantadores escravocratas induziu a idéia de que o homem livre sem a posse de escravos podia considerar-se pobre, mesmo com abundância de dinheiro. A escravidão achava-se tão impregnada nos costumes do Brasil a ponto de ser, como afirma Robert Conrad

"muito mais do que uma instituição econômica, já que a propriedade de escravos não só era lucrativa, como também elevava o status do proprietário aos olhos dos outros". (15)

Na formação e desenvolvimento da sociedade colonial piauiense, percebe-se os dois tipos de coerção no sentido da adoção da força de trabalho escravo. Sua atividade básica tivera início na grande propriedade canavieira e se desenvolveu, mesmo quando ocupava áreas mais interioranas, em função da economia exportadora. O colono que penetrava no sertão, vindo geralmente do litoral escravista não fugia à regra citada por Nelson Werneck Sodré:

"o homem emigra com a sua concha, isto é,

com os seus hábitos, os seus conhecimen  
tos, as suas normas, aquilo que ficou batido  
zado como cultura, na sociedade moderna".\*

Assim, dificilmente, a pecuária piuaense estaria  
isenta da escravidão, uma vez que esta já fazia parte da  
psicologia social brasileira.

Ocorre que o criatório como atividade econômica,  
em princípio, não necessitava da utilização de escravos nas  
fazendas. Seu caráter extensivo, dependendo quase que exclusiv  
amente dos recursos naturais, exigia o mínimo da interfer  
ência humana no que diz respeito ao crescimento do rebanho,  
limitando-se assim o número de pessoas para o trabalho nos  
currais.

Por outro lado, a pecuária do sertão exerceu  
forte atração sobre os habitantes das demais regiões produtoras  
ras, principalmente das regiões agrícolas. O maior contingente  
te era formado por indivíduos de nível social e econômico infer  
ior, bem como por pessoas livres marginalizadas e escravos  
foragidos. Destacam-se, nesse processo, entre outros, os seg  
uintes aspectos específicos da economia pecuarista:

- a) embora permitisse uma renda inferior à renda  
da agricultura exportadora, tornava-se atraente  
ente, uma vez que não estava sujeita às flutu  
tuações do mercado externo;

---

\* Citação de Vital de La Blache, in: SODRÉ, N. Werneck. Formação Históri  
ca do Brasil. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1976, p. 122.

- b) exigia pouco capital na edificação das uni  
dades produtoras, uma casa e um curral fei  
tos com material rústico da região, algumas  
cabeças de gado e a terra que poderia ser ar  
rendada;
- c) propiciava maior mobilidade social que na re  
gião dos engenhos. O recém-chegado assumiu  
do as funções de vaqueiro, no prazo mínimo  
de cinco anos, poderia passar à condição de  
proprietário de curral em face do regime de  
parceria;
- d) a sociedade pecuarista só muito posteriormente  
te foi objeto de fiscalização dos agentes do  
governo e da justiça;
- e) dificilmente, na região pastoril, o escravo  
fugitivo de outras localidades era encontra  
do.

Todos esses itens concorririam no sentido de  
que a pecuária dispusesse de um excedente de mão-de-obra relati  
tivamente barata, já que não havia outras atividades concor  
rentes.

No entanto, a formação social do Piauí, enqua  
drou-se naquelas de caráter escravista. Desde os primórdios  
da colonização do território, os pecuaristas, a exemplo de Do  
mingos Afonso, se utilizaram do trabalho escravo, conforme  
suas próprias palavras:

"Declaro que nas ditas terras, conteúdas  
nas ditas sesmarias, tendo ocupado muitos  
sítios comgados meus, assim vacum como  
cavalar, e todos fornecidos com escravos,

cavalos, e o mais necessário ...".\*

Em 1874, praticamente às vésperas da abolição da escravatura no Brasil, depois de serem traficados para a região cafeeira grande contingente de cativos, o Piauí, sem sofrer grandes modificações estruturais na economia, possuía 23.434 escravos, perfazendo uma percentagem aproximada de 11,6% de sua população. (16)

Ao estudar a pecuária sertaneja, especialmente no Piauí, onde ela se tornou mais autônoma, deve-se ter em mente que o trabalho nas unidades produtoras não se limitava ao manejo do gado nos campos e curral - obviamente mais próprio ao homem livre, em regra o vaqueiro - ou simples remessas de bois às feiras. Havia necessidade de montagem e conservação da infra-estrutura das fazendas, o que ficava a cargo dos escravos. A agricultura de subsistência, a construção de aguadas, cercas, currais e a fabricação de utensílios mais grosseiros além dos serviços domésticos, eram, sem dúvida, imprescindíveis, básicas na vida das fazendas, mas eram também trabalho pesado, pouco gratificante para o homem livre.

Nas fazendas de criar, no Piauí, o trabalho não se diferenciava muito do trabalho daquelas outras que caracterizam a América colonial, identificadas por Eugênio Genovese em sua obra sobre "O Mundo dos Senhores de Escravos":

---

\* Testamento de Domingos Afonso Sertão, in ALENCASTRE, J. M. de. Memória Cronológica Histórica e Corografia da Província do Piauí, Teresina, CO MEPI, 1981, p. 150.

"Na fazenda de tipo antigo, entretanto, o trabalho não é somente empregado nos campos. Gasta-se uma parte considerável do tempo de trabalho na alimentação do proprietário e de sua família e na provisão de serviços que possam capacitá-lo a viver no estilo exigido pela sua posição social. Seus trabalhadores não somente plantam e colhem; eles também servem à mesa, cuidam de seus cavalos, tocam música em ocasiões festivas. Por sua vez, parte dos recursos da fazenda e parte da produção realizada são usadas para cobrir as necessidades de subsistência da força de trabalho ... A fazenda de estilo antigo ... tem uma dupla personalidade. Produz mercadorias para um mercado, mas parte de sua energia dirige-se para sua própria manutenção e o consumo de 'status'". (17)

Ao se tratar a sociedade piauiense como escravista, não se pretende afirmar que a escravidão tenha sido o único modo de produção vigente no período colonial porquanto sua realidade se apresentava mais complexa. Existiam vários modos de produção, contudo, a escravidão era dominante. Entre os habitantes havia proprietários, vaqueiros, sitiantes, agregados e tropeiros, conquanto o grande divisor social fosse a escravidão, uma vez que cindia a sociedade entre homens livres e escravos. Enquanto aos primeiros era reservado o direito à propriedade dos instrumentos de produção, os cativos eram considerados meios de produção, impedidos de utilizar a sua própria força de trabalho, pois esta era desgraçadamente propriedade de outrem. Como nas regiões exportadoras, a pos

se de escravos também estava ligado ao status social.

No momento em que a escravidão controla a maior massa de fatores econômicos disponíveis na formação social, explicita-se, segundo J. Gorender, sua dominação. Evidentemente, essa dominação não resulta de aspectos puramente econômicos. As relações econômicas foram escravistas por coação extra-econômica, aquela que J. Gorender considera

"indispensável (no escravismo) para permitir a extorsão do sobreproduto dos agentes do processo de trabalho".(13)

É o reflexo de uma institucionalização ideológica na colônia, a nível político, jurídico e religioso. Embora todos os fatores internos induzissem ao trabalho livre ou a outra forma qualquer de trabalho compulsório, na pecuária piauiense predominou o escravismo devido às exigências de consolidação e preservação de uma sociedade colonial da época mercantilista.

Com o propósito de demonstrar a inserção do Piauí no modelo colonial, tomando por base a participação do escravo índio, negro e mestiço na formação econômica social piauiense, foi feito um levantamento de documentação em arquivos públicos e cartoriais, bem como exaustiva pesquisa bibliográfica. A escolha da escravidão como referencial básico da pesquisa deveu-se ao fato de ter sido a escravidão uma das instituições mais significativas no processo de colonização brasileira, representando uma verdadeira base material para o sustentáculo da sociedade vigente.

Como definição e delimitação metodológica para o estudo, foi feito um corte cronológico, isto é, segunda metade do século XVII e o século XVIII, isso porque nesse período se deu o início do processo de povoamento e exploração do

território piauiense, que se consolidou no decorrer dos anos setecentistas. A base da sociedade estruturada no século XVII desenvolveu-se de tal forma que ao atingir a centúria seguinte, possuía uma identificação própria com características bem definidas. Sendo a pecuária a principal atividade econômica da região nesse período, viveu um desenvolvimento quantitativo através da comercialização do gado, articulando-se com as demais regiões do Brasil. No entanto, observa-se, também, nesse período, o início de declínio de todo o processo produtivo econômico-social, reflexo de circunstâncias adversas de caráter estrutural e conjuntural, não apenas a nível interno como também externo.

A organização econômico-social da Colônia portuguesa na América achava-se subordinada a "políticas" ou determinações da Metrópole, cujo objetivo maior era o aproveitamento econômico de todo o território brasileiro, tendo por base os princípios mercantilistas. O estudo do caso piauiense permite a observação de que essas políticas refletiam situações conjunturais bem específicas, tanto do ponto de vista do tempo em que ocorreu a colonização, como das condições da área a ser explorada. Dessa forma é que entre as características apresentadas pela sociedade piauiense durante o período enfocado por este trabalho, identifica-se aquelas mais importantes do modelo colonizador: a grande propriedade, a tendência monocultural e o escravismo.

Para melhor compreensão deste estudo foram determinados seus objetivos da seguinte maneira: em primeiro lugar, como eixo central da idéia que permitirá todo o discurso no plano metodológico como no plano operacional, a tese de que o escravo no Piauí teve o mesmo perfil cultural, econômico e social das demais regiões brasileiras, engajando-se, portanto, no quadro social piauiense.

Com a finalidade de atender a esse objetivo geral, estipulou-se uma sucessão de passos organizados sistematicamente: num primeiro momento procurar-se-á identificar os móveis da colonização do Piauí, bem como as características apresentadas resultados que são da dinâmica da ação colonizadora portuguesa no Brasil. Num segundo momento, far-se-á uma descrição da composição e formação da sociedade piauiense em todos os níveis, para daí se caracterizar o seu perfil. Finalmente, através de uma fundamentação de documentos originais procurar-se-á demonstrar as características da escravidão como forma de sustentação da estrutura sócio-econômica piauiense e, ao mesmo tempo, demonstrar a identidade dessa estrutura com as demais que existiram em várias regiões do Brasil.

A metodologia utilizada para esse estudo foi desenvolvida através de pesquisa bibliográfica e documentação. Vale salientar que a documentação trabalhada tem a particularidade de ser, em grande parte, inédita. Muitos desses documentos encontram-se em total desordem e ainda em arquivos mortos de cartórios do Piauí. Outros documentos, como é o caso daqueles constantes de microfilmes da Universidade Federal de Pernambuco, relativos ao acervo do Arquivo Histórico Ultramarino em Portugal, que tratam da penetração do Sertão, são desconhecidos pela sociedade piauiense. Devido ao volume da documentação pesquisada na Casa Anísio Brito - Arquivo do Estado do Piauí - e, por serem eles na sua maioria não divulgados achou-se por bem catalogá-los para publicação em separata dessa dissertação.

A pretensão desse trabalho limita-se a uma etapa primeira sobre o assunto, abrindo perspectivas para outros futuros estudiosos pesquisadores.

## NOTAS DA INTRODUÇÃO

1. IANNI. Escravidão e Racismo, p. 12.
2. MALHEIROS. A Escravidão no Brasil, vol. II, p. 23.
3. PRADO JÚNIOR. Formação do Brasil Contemporâneo, p. 270.
4. QUEIROZ. Aspectos Ideológicos da Escravidão, in: Estudos Econômicos, 13 (1):89.
5. PRADO JÚNIOR. História Econômica do Brasil, p. 33.
6. NOVAIS. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial - 1777/1808, p. 58.
7. PRADO JÚNIOR. História Econômica do Brasil, p. 23.
8. Idem, op. cit. 41.
9. IANNI. op. cit. p. 13.
10. GENOVESE. A Economia Política da Escravidão, p. 13.
11. CASTRO. O Capitalismo e a Escravidão, in: Modos de Produção e Realidade Brasileira, p. 88.
12. Idem, idem.
13. Idem, p. 79.
14. Idem, idem.

15. CONRAD; Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850/1888, p. 15.
16. CONRAD. op. cit. 1850/1888, tab. 2, p. 345.
17. GENOVESE. O Mundo dos Senhores de Escravos: dois ensaios de interpretação, p. 24.
18. GORENDER. O Conceito de modo de Produção e a Pesquisa Histórica, in: Modos de Produção e Realidade Brasileira, p. 50.

CAPÍTULO I

## A POLÍTICA COLONIAL PORTUGUESA NA AMÉRICA

Para fins de delimitação deste estudo, considera-se sob a denominação tempos modernos o período que comprende do século XV ao século XIX. Essa fase apresenta-se muito rica em acontecimentos historicamente significativos, como é o caso da reestruturação política, econômica e social processada na Europa, seguida do alargamento das fronteiras do mundo civilizado, isto é, o fenômeno da europeização e do surgimento de novas civilizações, muitas em regiões até então desconhecidas.

Por desempenhar destacado papel no período acima mencionado, Portugal coloca-se como importante objeto de estudo quando se pretende analisar a formação e desenvolvimento de impérios coloniais da época mercantilista, pois efetivou mais cedo que as demais nações européias a unificação de seu território e a centralização do poder. Como nação foi pioneiro na extrapolação de suas fronteiras, estabelecendo intercâmbios com civilizações extra-Europa e assumindo assim responsabilidade pelo alargamento do comércio internacional no início da modernidade.

A importância do reino lusitano eleva-se, particularmente, quando se observa a colonização do Brasil. Entendendo-se por colonização, conquista, povoamento e aproveitamento econômico de uma região, verifica-se a dimensão do feito português na América.

No primeiro momento sobressai-se o desequilíbrio entre a extensão territorial do pequeno Portugal e a imensidão das terras do Brasil. Verifica-se ainda o descompasso entre o volumoso capital requerido na implantação da empre

sa colonial e a delicada situação financeira do reino português. Somam-se a isso as dificuldades enfrentadas para assegurar o domínio colonial, face às investidas de outras potências ultramarinas. Não obstante as adversidades, ocorreu o nascimento histórico do Brasil e seu engajamento na conjuntura do mundo ocidental.

Apesar da grande quantidade de pesquisas já realizadas, muitas questões fundamentais referentes à colonização brasileira continuam desafiando os historiadores. Uma delas diz respeito aos mecanismos utilizados por Portugal no sentido de explorar e manter seus domínios americanos, considerando-se as condições gerais do Brasil, os recursos que o reino dispunha e a competição que se iniciou e se intensificou, ao longo dos séculos, entre as potências européias. É inegável o esforço do tão pequeno reino ao realizar a colonização de um imenso território como o do Brasil. Tudo indica que a empresa só se tornou possível em face da firme determinação quanto aos objetivos e a utilização de mecanismos eficazes na viabilização do projeto, ou seja, a colonização nos moldes do Antigo Sistema Mercantilista.

Alguns historiadores, a exemplo de Stanley e Barbara Stein, acreditam que a expansão marítima da estrutura econômica pré-capitalista portuguesa foi, destarte, a resultante de uma conjunção fortuita de uma tecnologia marítima relativamente desenvolvida e de uma localização geográfica privilegiada. (1) Outros, entretanto, embora não ignorem a importância desta última, analisam o fenômeno da expansão colonialista de Portugal a partir de sua evolução histórica, concedendo assim, maior valor à obra da nação lusa.

Portugal não esteve incólume à crise conjuntural que abalou a Europa na derrocada do sistema feudal, cujo ápice ocorreu no século XIV. Contudo, conforme expõe Manuel Nu

nes Dias, encontrou em si mesmo a força inicial necessária à sua transformação orgânica, assumindo muito cedo a forma de Estado Nacional. É certo que os condicionantes físicos tiveram seu peso, vez que contribuíram no sentido de desenvolver as habilidades náuticas e comerciais. Entretanto a aliança entre a nascente burguesia comercial e a Coroa foi decisiva na eliminação rápida das barreiras no campo político, econômico-social e tecnológico, favorecendo o expansionismo propriamente dito. Competiu, portanto, a Portugal em primeira mão, estabelecer contatos comerciais com as regiões do Mar do Norte e Mediterrâneo Ocidental. Em face de seu desenvolvimento social e político até o século XV, explorou a costa africana, realizou o aproveitamento agrícola das Ilhas do Atlântico e descobriu a via marítima para as Índias. A colonização do Brasil também se insere nos feitos desta época.

Enquanto Portugal se lançava pelo Atlântico em busca de ouro e de mercados consumidores para os produtos que comerciava e buscando ainda, praças produtoras de especiarias, surgiam, no restante da Europa, novas nações que se empenhavam na disputa pela hegemonia do mundo. Além da Espanha que seguia de perto os passos portugueses, mas que logo definiu sua área de dominação na América, destacou-se a Inglaterra. Viviam esta última um processo de reorganização interna que a levaria a se constituir num Estado moderno. As modificações no plano sócio-econômico lhe permitiriam

"esquadrinhar as áreas que constituíam - real e potencialmente - as fontes de matéria prima, os mercados consumidores e, acima de tudo, os próprios fornecimentos de ouro e prata em barra e em espécie: os impérios coloniais americanos da Espanha e Portugal". (2)

Também a França, tradicional rival dos ingleses na modernidade, vivenciou o mesmo momento de adaptação aos novos tempos e partiu na perseguição dos mesmos objetivos. Destacam-se ainda entre outros povos, os flamengos que de há muito controlavam grande parte do comércio interno europeu.

Vivia então a Europa o que se costuma chamar revolução comercial, era mercantilista, caracterizada pela necessidade crescente de metais nobres, aumento no volume de mercadorias e busca de mercados. Como afirma o historiador brasileiro, Caio Prado Júnior:

"em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era a que se convencionou com razão chamar descobrimentos, articularam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do mercado europeu. Tudo que se passa são incidentes da empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do século XV e que lhes alargará o horizonte pelo Oceano afora".

(3)

A ocupação sistemática do território brasileiro pelos portugueses foi determinada pelo espírito de competição que contagiou as nações européias. De início tende-se a acatar integralmente a idéia dos historiadores Stein de que:

"os esforços portugueses voltados para a consolidação de seu controle sobre a costa brasileira ... foram, em grande medida, simples ação reflexa, de modo a prevenir o estabelecimento de enclaves costeiros com

petitivos, por parte da Inglaterra e da França interessadas na extração do pau-brasil". (4)

No entanto, em virtude das dificuldades enfrentadas no oriente, os riscos próprios da viagem, o ataque de estrangeiros aos navios, os custos com a manutenção do domínio e a perda do monopólio comercial das especiarias - modificou-se o tratamento até então concedido ao Brasil. Ressalta-se ainda a ameaça das potências européias de se fixarem na América em regiões não ocupadas pelos descobridores.

No longo processo de reestruturação político-econômica da Europa Moderna, a disputa pela hegemonia deu origem a sérios conflitos internacionais que se refletiam nas áreas coloniais cuja posse e exploração garantia a preeminência, não só econômica, mas política no Velho Continente. Percebe-se assim a razão de tão agressiva atitude das potências emergentes. Inicialmente participaram dos frutos do ultramar através da pirataria, corso e contrabando. Em seguida, atraídos pelo ouro já constatado no quinhão espanhol e pelos êxitos da empresa açucareira no Brasil, decidiram-se pela fixação de núcleos nas regiões invadidas e pela organização de modernas companhias de comércio específicas para as regiões coloniais.

Portugal frente a esse intrincado quadro procurou se defender, assumindo posição de neutralidade nas questões internacionais. Adotou o sistema de aliança e concessões com as potências que se rivalizavam, objetivando proteger seus domínios ultramarinos. Quando não mais suficientes esses mecanismos, restringiu seu campo de ação colonial, desviando o eixo dinâmico de sua economia imperial para o Atlântico.

O quadro interno português apresenta-se como importante variável quando se pretende observar aspectos do império colonial lusitano. As mudanças no campo político, econômico e social, embora decisivas no início do expansionismo ultramarino, não foram suficientemente profundas, sólidas e contínuas, de forma a permitir o controle do patrimônio, inclusive, o usufruto monopolista das conquistas. Ressentia-se Portugal de não ter constituído uma rede de distribuição a exemplo dos flamengos e italianos. Verifica-se, ainda, que os retrocessos políticos e sociais contribuíram no sentido de dificultar o desenvolvimento da burguesia, deixando-a incapaz de exercer pressões que impedissem determinadas medidas prejudiciais aos interesses mercantis do país. Decorre daí, provavelmente, o fato de Portugal ter assumido a condição desvantajosa de simples entreposto europeu dos produtos que adquiria em outras terras, assumindo contudo, os riscos da empresa. Além da debilidade econômico-financeira, o comportamento anti-empresarial mercantilista da Coroa e da nobreza local, contribuiu no sentido de favorecer a penetração do capital estrangeiro que se via atraído não apenas pelo valor intrínseco e comercial dos produtos aportados em Portugal, mas também pelos privilégios e concessões no Reino.

Contudo, foi este Portugal, pressionado pela conflituosa conjuntura européia e limitado por sua realidade interna, que se lançou a explorar e colonizar uma América ainda praticamente inexplorada, mas ambicionada por todos. Foi mais uma ação da burguesia portuguesa, promotora da evolução social e política de outrora, burguesia essa composta de homens realistas e muito da independente cidade do Porto ou impregnados do seu espírito. (5) Aquela burguesia que não conseguindo deter o avanço do capital estrangeiro, aliou-se a ele.

O Brasil colocava-se agora como a grande e única esperança. Contudo, as tradicionais formas de colonização já não surtiam os efeitos desejados. Era uma área povoada por civilizações em estágio cultural primitivo onde a dominação política não favorecia os objetivos mercantis. Além disso a extensão da costa marítima e a ação constante de estrangeiros colocavam em risco o domínio português no Novo Mundo. Decidiu-se então Portugal, a partir das experiências adquiridas nas Ilhas do Atlântico e das sugestões feitas, empenhar-se na ocupação do território e organizar produção que fosse ao mesmo tempo apropriada à região e lucrativa no comércio europeu.

Entendendo-se por política o conjunto de objetivos que informa determinado programa da ação governamental e condiciona a sua execução, observa-se que o projeto de colonização do Brasil levado a efeito por Portugal, objetivava à defesa do patrimônio e ao aproveitamento econômico do território. Para tanto, porém - e talvez esteja aí a razão do êxito - os métodos eram adaptados às circunstâncias do momento histórico, diga-se de passagem, bastante complexas, vez que envolvia o Brasil, o próprio Portugal e a Europa.

Partindo desta concepção, pode-se entender a evolução política administrativa do Brasil colônia, a montagem do complexo econômico agro-exportador e a limitação do povoamento às regiões mais próximas do litoral. Torna-se também mais claro a razão de Portugal, mesmo alimentando a esperança de descobrir as riquezas minerais no Brasil, concentrar sua atenção nas zonas litorâneas produtoras de gêneros exportáveis e nos pontos estratégicos à defesa do continente. Ficou, portanto, a cargo da iniciativa particular, evidentemente com o aval da Metrópole, a tarefa de alargar as fronteiras da colônia conquistando e povoando seu interior.

Somente após a definitiva expulsão dos estrangeiros instalados no Brasil - holandeses e franceses - última da em meados do século XVII, é que Portugal se voltou para a exploração sistematizada do centro do Brasil. A colonização do interior do Nordeste, entendida como povoamento e valorização, foi assegurada pela fusão de interesses oficiais e privados. Enquanto se buscava descobrir o Eldorado, expandia-se a área portuguesa e vias terrestres eram abertas facilitando as comunicações entre os núcleos populacionais mais ao norte e os centros de decisões político-administrativos. Como explica Basílio de Magalhães, os impulsos da expansão geográfica do Brasil entre 1504 e 1696, quando foi ultrapassado o meridiano de Tordesilhas,

"representam-se, quer pela procura das pedras e metais preciosos, quer pela montaria dos silvícolas, ou porque defendessem estes o seu habitat ou porque os preiassem para os escravos os invasores europeus, quer, enfim, pela asseguuração da terra extensa e desguarnecida, cobiçada sem cessar pelos inimigos da nação portuguesa ou pelos que lhe não reconheciam a legitimidade da soberania sobre a colônia americana". (6)

Ocorreu que, mesmo depois de expulsos, os estrangeiros, como é o caso dos holandeses, continuaram penetrando no território através dos grandes rios nordestinos a fim de pesquisarem a existência de minérios e realizarem comércio com índios do Piauí e Ceará. (7)

Concluindo, pode-se afirmar que o devassamento,

a conquista e a ocupação do sertão nordestino, região onde se acha incrustado o Piauí, não pode ser interpretado como fato isolado, ou ocorrência casual. Analisando-se a evolução histórica do Brasil, percebe-se que a colonização do sertão se constituiu em etapa de uma política realista de amplo sentido imposta pelas necessidades de sobrevivência e expansão do antigo império colonial português, como afirma Célia Freire em seu trabalho sobre a Economia Européia e a Colonização do Brasil. (8)

## NOTAS DO CAPÍTULO I

1. STEIN. A Herança Colonial da América Latina. p. 27.
2. Idem, idem, p. 15.
3. PRADO JÚNIOR. História Econômica do Brasil. p. 14
4. STEIN. op. cit. p. 26.
5. FREIRE. A Economia Européia e a Colonização do Brasil. p. 70.
6. MAGALHÃES. Expansão Geográfica do Brasil Colonial. p. 21.
7. NUNES. Pesquisas para a História do Piauí, vol. I. p. 38.
8. FREIRE. op. cit. p. 160 a 200.

CAPÍTULO II

## A COLONIZAÇÃO DO PIAUÍ

A historiografia brasileira, em geral, estuda a colonização da região meio norte do Brasil, identificando como motor desse processo a expansão dos currais. Não resta dúvida de que coube à pecuária fazer ver ao colono o valor econômico dessa área, até então considerada desprovida de riquezas minerais e pouco propícia à lavoura exportadora. Contudo, além dos fatores puramente econômicos, é possível se identificar aqueles de ordem política. Se, por um lado, ocorria o avance dos currais nos sertões de dentro\*, por outro, achava-se a Coroa portuguesa atenta em relação às conveniências que resultariam a seu serviço e, em especial à segurança do Estado do Maranhão, em serem povoados os vales do Parnaíba e Paraim. (1)

No que concerne ao território piauiense, fora a iniciativa de algum aventureiro\*\*, a penetração se deu por volta do século XVII, quando foram organizadas expedições mi

---

\* Denominação atribuída à região mais interiorana do sertão do nordeste antes da criação da Capitania do Piauí, em 1718.

\*\* A notícia mais remota que se tem do Piauí é de autoria de Gabriel Soares, em 1587. Refere-se ainda que ligeiramente ao seu mais notável rio, o Parnaíba, conhecido na época como Rio Grande dos Tapuias - Costa. F. A. Pereira da. Cronologia Histórica do Piauí - Desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República. vol. I. p. 25.

litares e religiosas, objetivando conhecer e pacificar a área. Seguindo-se a estas, já na segunda metade da centúria, ocorreram outras expedições geralmente patrocinadas por pecuaristas, que iriam concretizar a colonização implicando o povoamento e exploração econômica da região.

A colonização do Piauí coincidiu com o novo direcionamento tomado pela política colonial portuguesa, quando o caráter de litoraneidade dos anos quinhentistas foi atenuado. A ação da metrópole direcionou-se no século seguinte, no sentido de promover a integralização de seus domínios. Mobilizava-se, assim, na busca de vias terrestres que certamente facilitariam as comunicações entre o Estado do Maranhão e o restante do Brasil, ao mesmo tempo em que tentava evitar o contrabando de estrangeiros que penetravam na hinterland através dos grandes rios e mantinham bom relacionamento com os nativos. (2)

Embora tivessem sido formadas várias entradas, cabendo a elas a primazia das incursões no momento inicial do devassamento do Piauí, utilizou-se Portugal da ação dos sertanistas de contrato e missionários católicos para dar seguimento ao processo de conquista da área. Como esses dois grupos já vinham palmilhando os sertões, dificuldades relativas a agressividade dos indígenas e custos das expedições seriam amenizadas\*.

---

\* É provável que a expansão da área colonial interessasse em primeiro lugar, obviamente, à Coroa e parte da sociedade colonial. Quanto à burguesia propriamente dita, achava-se empenhada em resultados mais imediatos, a exemplo da empresa açucareira do litoral e tráfico de escravos africanos. A inexistência de minérios, a inviabilidade de implantação

Observando-se a documentação da época, percebe-se que a Metrópole havia constatado que apenas o conhecimento da área e a expulsão do indígena não eram suficientes para atender seus objetivos colonizadores, os quais só seriam atingidos com a fixação de colonos, que permitiria, a um só tempo, assegurar o domínio da região conquistada e efetivar seu aproveitamento econômico.

Na ocasião, contudo, não se apresentaram muitas opções à valorização do território. O extrativismo vegetal e mineral tornava-se quase impossível em virtude das limitações quanto ao potencial natural das drogas e metais nobres. Também a inexistência de grandes extensões de solos agrícolas e a distância a ser percorrida até os portos marítimos, inviabilizavam o cultivo da cana para a fabricação do açúcar. A escolha da pecuária como atividade principal, talvez tenha resultado da observação aos caracteres físicos regionais e ao fato dos currais já virem adentrando no sertão. Mas, é provável ainda, que a capacidade da criação bovina de ocupar vasta área em tempo relativamente exíguo, com reduzido número de pessoas e pouco capital tenham influenciado na escolha.

A colonização propriamente dita do território piauiense teve início na segunda metade do século XVII, quando foram concedidas as primeiras sesmarias. Até a década de

---

da plantation, associada a agressividade da população nativa dificultavam a colonização da área. Os riscos do empreendimento e a exigência de mobilização de grandes contingentes comprometiam a aplicação do capital que se achava reservado a investimentos cuja taxa de retorno fosse mais segura e a curto prazo.

1660, aproximadamente, a região assemelhava-se a um corredor migratório. Os transeuntes estavam preocupados na busca do indígena, na descoberta de minérios e no conhecimento geográfico da área. Por essas razões, nenhum interesse demonstravam em se fixarem definitivamente no local. Alguns, a exemplo de Domingos Jorge Velho, chegaram até a se instalar na região por um período mais longo, porém essas residências tiveram caráter temporário.

"tinham erigido para sua morada e habitação o Rio Potingh ... e o Rio Parnaíba e ... neles tinham feito suas povoações com suas habitações, com suas criações, tanto dos vacum como cavalares, ou ovelhuns e cabrins ... e faziam sua lavoura e assim tiveram seus domicílios vinte e quatro ou vinte e cinco anos ..." (3)

Quanto ao efetivo aproveitamento econômico da região, em observância aos objetivos colonizadores de Portugal, torna-se necessária muita cautela quando se pretende avaliar o papel dos acampamentos dos bandeirantes, mesmos os mais duradouros. Isso porque como afirma o próprio Jorge Velho, representaram antes de tudo **um muro contra o gentio de cima e o negro fugido de baixo.**\* Não tinham, pois, por finalidade implantar estrutura sócio-econômica no local. A função dos

---

\* Petição de Domingos Jorge Velho, in: ENNES, Ernesto - As Guerras nos Palmares: subsídios para a sua história, 1º volume, série 5ª, vol. 127, p. 326.

arraiajs era tão somente fornecer alimentos às tropas e guarida aos combatentes nos intervalos da luta. Além disso a vida quase nômade dos bandeirantes topando bandeira ao gentio bravo para cada o pedias\* não permitiu que esses núcleos habitacionais se desenvolvessem se perpetuando.

Entretanto, ignorar o desempenho dos paulistas no desenrolar da colonização seria um lapso histórico imperdoável. As barreiras que formavam contra o indígena asseguraram a penetração dos pecuaristas que se fixariam na região fazendo surgir a sociedade piauiense.

Também a ação dos missionários católicos serviu de suporte à colonização do Piauí. Além do trabalho desenvolvido nas peregrinações pelas aldeias, nas missões jesuíticas agrupavam-se os indígenas que passavam a receber ensinamentos tanto religiosos como aqueles que possibilitariam habilitá-los para o trabalho organizado. Diz o próprio rei de Portugal:

"no que bem mostra a experiênciã o quanto é preciso assistênciã dos padres missionários e porque, por este meio se puderam trazer muitos (índios) ao grêmio da Igreja e os benefícios temporais puderam também conduzir muitos para esta empresa tão sacrosanta ... e por se ter por mais certo que será isto um instrumento muito eficaz para

---

\* Carta de Domingos Jorge Velho dirigida a El Rei - 15.06.1694. in ENNES Ernesto - As Guerras nos Palmares: subsídios para a sua História, p.204

os reduzir ao caminho da verdade sendo so  
bre as doutrinas que se lhes prega" (4)

Embora se procure destacar aqui o pecuarista co  
mo elemento edificador da colonização do Piauí, é necessário  
se esclarecer que antes da implantação dos currais, os criadodo  
dores penetraram no território, assumindo uma postura muito  
semelhante a dos bandeirantes. Pertencendo as entradas de cara  
ráter oficial ou particular, perseguiram o indígena exterminando  
do-o ou reduzindo-o ao cativeiro. É evidente, contudo, que  
ao desempenharem a atividade apresadora procuravam conciliá-  
la à busca de novas terras para a pecuária que já vinha ocu  
pando largos espaços no interior do nordeste.

Nessa primeira fase da história do Piauí, observa  
va-se que os interesses metropolitanos encontravam respaldo  
na mobilização dos bandeirantes, religiosos e curraleiros com  
relação à população indígena. Sintetiza muito bem Jorge Ve  
lho o espírito dos conquistadores, ao afirmar:

"imos ao sertão deste continente ... se não  
adquir o tapuia gentio brabo e comedor de  
carne humana para reduzir ao conhecimento  
da urbana humanidade e humana sociedade de  
racional trato, para por esse meio chegar  
a ter aquela luz de Deus e dos mistérios  
da fé católica que lhes basta para a sua  
salvação".\*

\* Carta de Domingos Jorge Velho a El Rei, datada de 05.07.1694, in: ENNES  
Ernesto. op. cit. p. 204 a 207.

Quanto ao fator tempo, não há quase distância entre a fase de devassamento e início do povoamento, podendo-se dizer, mesmo, que foram quase que contemporâneos. Estando a Coroa interessada na ocupação colonial da área, utilizou-se do sistema sesmarial, que na prática se constituiu na distribuição da terra a quem empreendesse a conquista. Aproveitando-se de tal medida os criadores expandiram o espaço pecuarista conquistando novas áreas ainda não monopolizadas pelos grandes senhores. Se por um lado intensificou-se a conquista do território, por outro resultou na formação do latifúndio que viria a ser uma das principais características do Piauí.

Mesmo nas demais regiões brasileiras onde havia uma grande competição pela posse da terra, o regime de doações de sesmarias concorreu no sentido de se formarem propriedades que extrapolavam as delimitações fixadas em lei. Com relação ao caso piauiense, observa-se que esse fenômeno tomou dimensões ainda maiores, tendo em vista uma série de fatores. Achava-se o governo português nessa ocasião impossibilitado de empreender com recursos próprios o devassamento do interior. Os recursos de que dispunha, obviamente, deveriam ser aplicados em empresas, cuja taxa de retorno fosse mais imediata, ou na defesa das áreas mais cobiçadas ou ainda, na manutenção do aparelho administrativo e militar. Por esses e outros motivos os títulos territoriais referentes à área conquistada foram concedidos aos devassadores em troca de serviços prestados.

No âmbito da sociedade brasileira os que dispunham de capitais humano e material necessário à conquista, destacava-se o grupo dedicado à atividade pastoril pelo seu interesse na incorporação de novas áreas. Daí talvez a concentração de grandes extensões de terras em mãos de pessoas privilegiadas econômica e financeiramente.

Tudo leva a crer, que, no âmbito da sociedade brasileira, entre aqueles que possuíam os recursos humanos e materiais necessários à conquista do sertão, salientava-se o grupo dedicado à pecuária pelo interesse apresentado na incorporação de novas áreas. Fechava-se o círculo da seguinte maneira: só os ricos proprietários tinham respaldo para empreender a conquista de novas áreas; conseqüentemente a estes estava reservado o direito de recebê-las em sesmarias. Exemplo significativo foi a Casa da Torre, importante empresa pastorel da Bahia, que nos anos 70 do século XVII, em sociedade com Domingos Afonso Sertão, combateu os índios gueguês em território piauiense. Uma vez eliminado o inimigo, foram instalados os primeiros currais, sendo imediatamente depois, requeridas as primeiras de uma série de concessões de terras em diferentes pontos da bacia do Parnaíba.

Durante o século XVII, o número de proprietários foi bastante limitado. Segundo o autor da *Descrição do Sertão do Piauí*, em 1697, todas as terras pertenciam aos senhores Domingos Afonso Sertão e Leonor Pereira Marinho. O autor do documento afirma ter percorrido toda a área ocupada, que compreendia os vales dos Rios Canindé, Poti, Itaueira, Longá e Gurguéia, onde se achavam implantadas 129 fazendas.\* É possível que o padre Miguel de Carvalho tenha cometido algum exagero quanto ao número de sesmeiros, porém, convém ressaltar que não eram muito os grandes grupos pecuaristas do nordeste.

A formação dos maiores latifúndios nordestinos no Piauí comumente é apontada como uma decorrência das características ecológicas regionais, como também, pelo baixo ní-

---

\* Veja Quadro nº 1. Capítulo III - ECONOMIA DO PIAUÍ ATÉ O SÉCULO XVIII.

vel técnico da pecuária. Outros aspectos ainda podem ser identificados quando observada a origem do latifúndio piauiense que dizem respeito, muitos deles, ao processo de ocupação do território.

Embora houvesse limites de área, fixados por lei, para as concessões sesmarias, verificou-se, com relação às doações no Piauí, um relaxamento ao cumprimento das determinações. Nem a condição fundamental exigida em outras localidades na aquisição de sesmaria, ou seja, demonstrar aptidão de cultivo do solo, foi respeitada. Como afirma Simplício Mendes, no Piauí,

"as cartas de sesmarias eram passadas sem ordem e sem uma orientação certa, previamente traçada aos diversos governadores coloniais. As medidas u esse respeito não firmaram um plano geral, uniforme e metodico para essas doações, de sorte que as condições variam, mudam de acordo com o momento, a influencia do beneficiado e as diversas medidas ocasionais expedidas pelo governo da metropole".(5)

A liberalidade verificada na distribuição dos títulos podia estar relacionada ao pouco interesse que a terra do Piauí despertou nos colonos por ser distante, pobre para a agricultura e acolher uma população nativa agressiva. A afirmativa resulta da observação de que nas primeiras décadas da ocupação territorial não ocorreram conflitos mais sérios, entre colonos, por questões de terra. Isso talvez porque, na ocasião, a terra não funcionasse como propriedade imobiliária e nem influenciasse no preço da produção local.

Também o fato de haver terra em demasia e pouca gente para ocupá-la pode ter contribuído no sentido de que fossem atenuadas as determinações concernentes às distribuições dos lotes\*. A flexibilidade da fronteira permitia a generosidade nas doações, vez que havia espaço a ser ocupado pelos retardatários.

Durante o século XVIII, entretanto, a concentração da terra veio provocar o sério conflito social entre sesmeiros e posseiros. É provável que esse novo aspecto da luta pelo domínio da terra não se deveu à limitação da área conquistada tendo em vista que foi bastante expressiva a expansão territorial neste período. Observe-se a expansão da área conquistada entre 1697 e 1761 nos mapas cartográficos a seguir. Tudo leva a crer que um complexo de fatores circunstanciais e conjunturais tenha corroborado neste sentido.

O aumento natural dos rebanhos exigia a fixação de currais novos nas áreas favoráveis e de preferência ainda não exploradas. Ao lado disso verificou-se também o rápido crescimento populacional. Segundo os quadros de nºs 3 e 4 no ano de 1697 o número de pessoas dedicadas às fazendas era na ordem de 434, e no ano de 1762 sua população já correspondia a 12.684 habitantes.

---

\* A sesmaria deveria medir três léguas de comprimento por uma de largura. Contudo, a título de exemplo da concentração da propriedade desta, cita-se a concessão feita em 1681 correspondendo a "dez léguas de terra a cada um do grupo composto por Domingos Afonso Mafrense, Júlio Afonso Serra, Francisco Dias de Ávila e Bernardo Pereira Gago, que já haviam recebido anteriormente outros títulos. PEREIRA DA COSTA - Cronologia Histórica do Piauí - vol. 1, p. 48.

Mapa elaborado por João Gabriel Baptista cedido gentilmente para publicação neste trabalho.

Figura 1

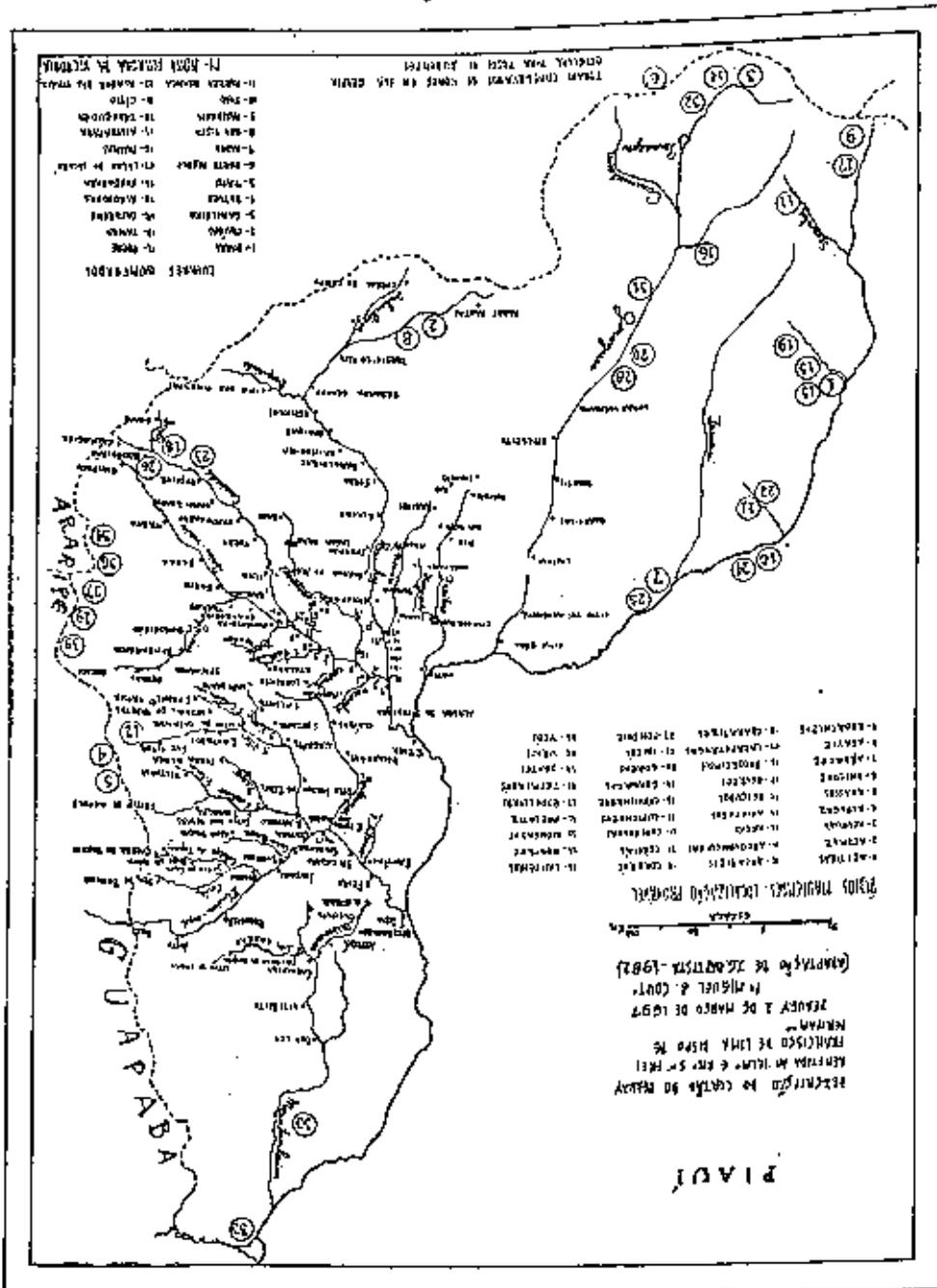
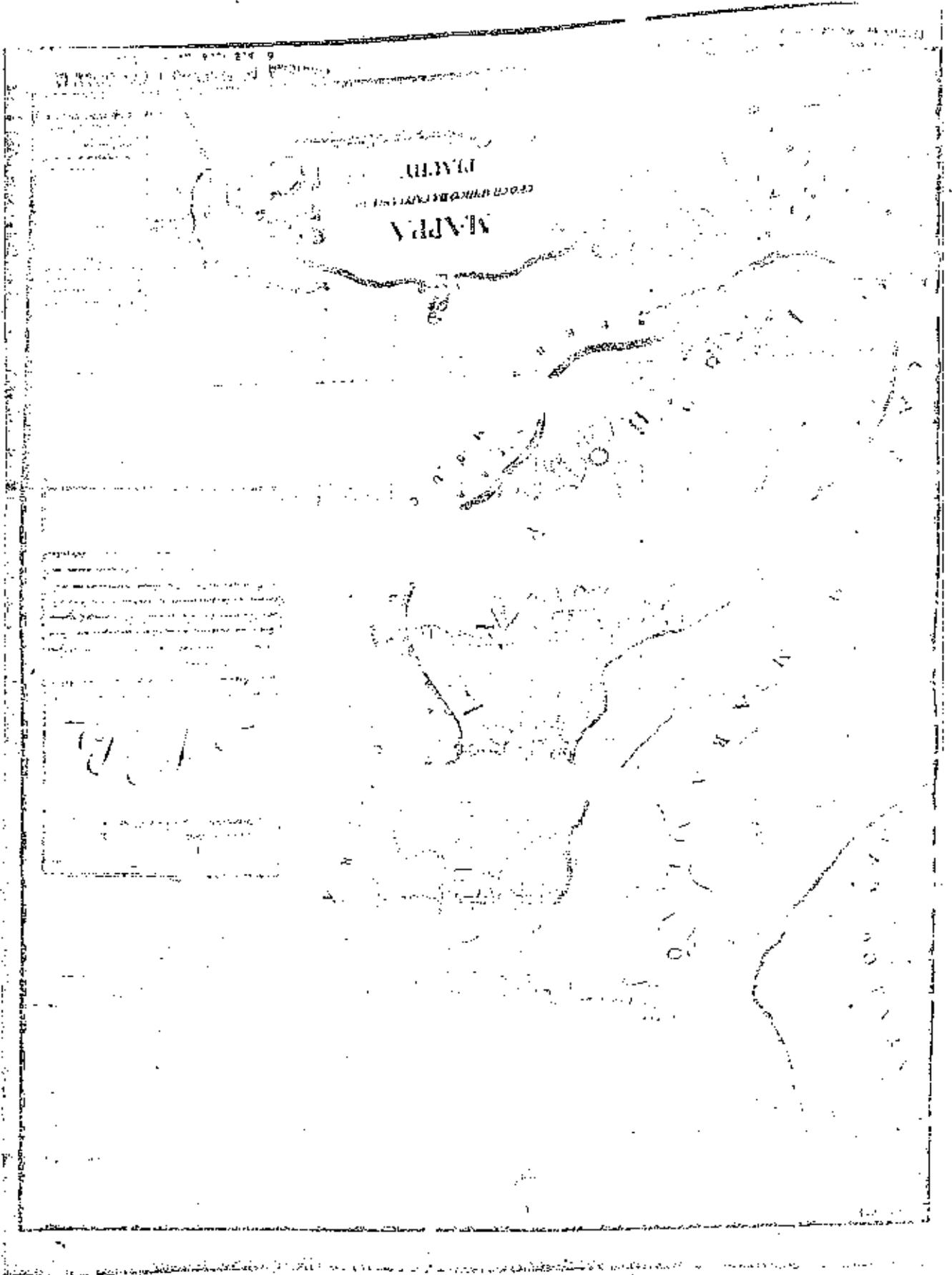


Ilustração neste trabalho.

Mapa do arquivo particular de Manuel Carvalho gentilmente cedido para pu

Figura 2

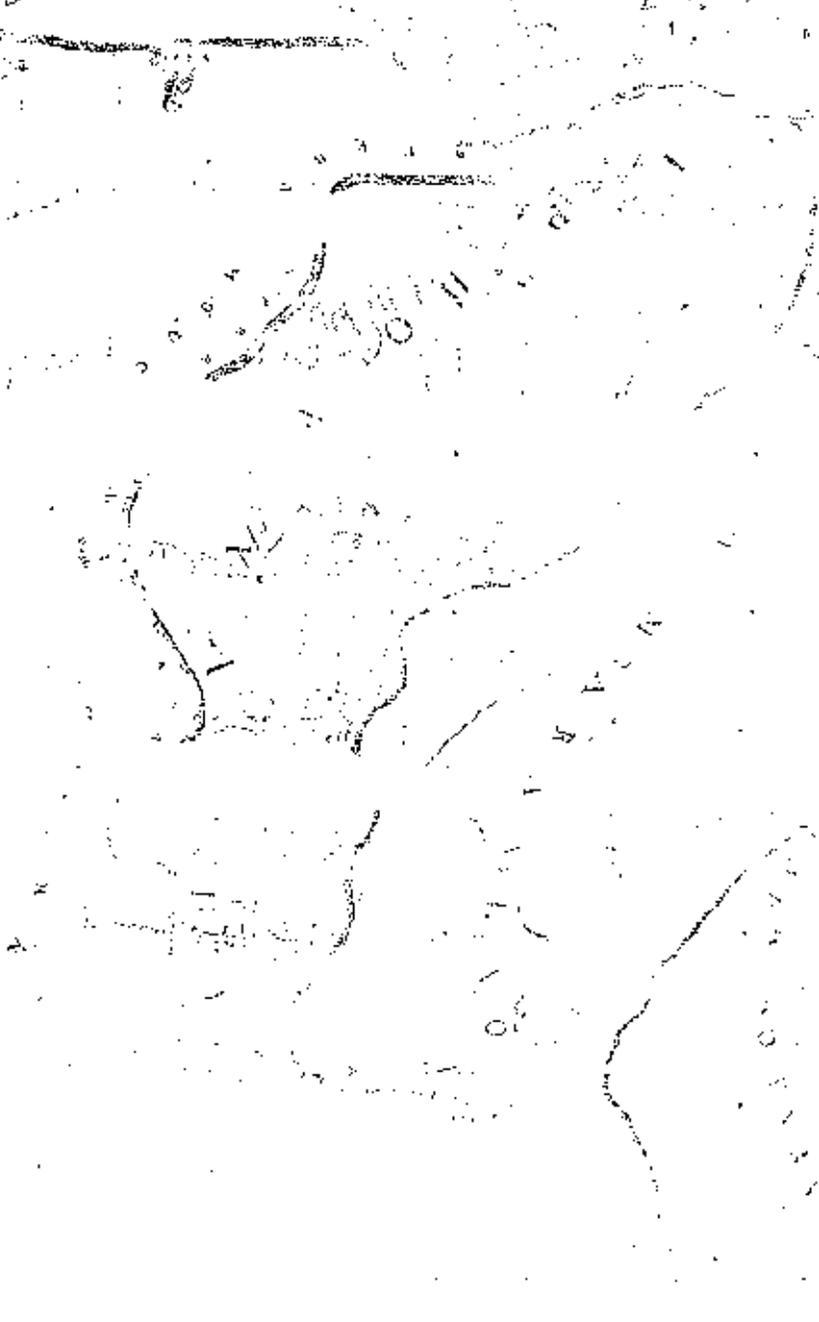


MAPPA

PROV. VARESE

MAPPA

Scale 1:50,000  
Scale 1:100,000  
Scale 1:200,000  
Scale 1:500,000  
Scale 1:1,000,000  
Scale 1:2,000,000  
Scale 1:5,000,000  
Scale 1:10,000,000  
Scale 1:20,000,000  
Scale 1:50,000,000  
Scale 1:100,000,000  
Scale 1:200,000,000  
Scale 1:500,000,000  
Scale 1:1,000,000,000



A maneira acelerada como se deu o aumento dos moradores das fazendas, mesmo porque, no final do século XVII, em sua quase totalidade, compunha-se de elementos do sexo masculino, permite que se atribua à chegada de novos habitantes a ocorrência desse fenômeno demográfico no Piauí.

Convém lembrar que neste período - segunda metade do século XVII e primeira do seguinte - quando se engajava o Piauí efetivamente no bloco colonial, a economia exportadora do Brasil enfrentava forte crise. É possível que os habitantes, tanto da região agrícola como da mineira, buscassem o Piauí como refúgio.

A atração que o Piauí passou a exercer sobre os colonos pode ser atribuída em primeiro lugar por se achar pacificado. A expulsão das tribos indígenas permitia a construção de novos currais de modo mais seguro do que no início do devassamento. Por outro lado, é interessante observar que a pecuária mesmo depois de passada sua fase áurea, garantiu uma renda estável tendo em vista que seus tradicionais mercados consumidores continuavam crescendo. Apesar de a economia açucareira, por razões relativas ao contexto internacional, de frontar-se com sérios problemas, no que concerne às necessidades da produção e da população da zona canavieira, não houve modificações. A exigência de aumento das exportações do açúcar, bem como o crescimento contínuo da população imprescindível aos gados do Piauí.

Tudo isso certamente estimulou a instalação de novos currais e a fixação de novos habitantes em terras piauienses. Descrevendo em 1772 a Capitania de São José do Piauí, Durão chegou a afirmar que,

"Enquanto os primeiros descobridores davam ao longo, uma grande idéia destes sertões

movidos dela se abalavam muitos a seguir-lhes o exemplo, para lhes ser companheiros nos interesses que se prometiam, se evacuavam todas as capitâneas vizinhas".\*

Esse êxodo para o Piauí pode ter concorrido no sentido de agravar os conflitos sociais do século XVIII. Em face da alteração no quadro demográfico, novo valor pode ter sido conferido à terra, visto que a posse de um quinhão garantia um tipo de vida mais tranquila pois permitia a subsistência do proprietário.

A questão fundiária no Piauí durante este período é um indicativo do interesse que despertava nos colonos as terras da região. A já decantada aspiração dos moradores do Brasil em se transformarem em grandes senhores rurais, é facilmente comprovada na colonização do Piauí. Conforme Simplício Mendes, foi tão desmensurada a ambição de possuir vastos domínios territoriais (...) que até chegaram a pedir despropositos. (6)

Analisando-se as fontes, percebe-se que na verdade muitos meios foram utilizados objetivando a posse de immensos patrimônios territoriais no Piauí. Um dos mais comuns foi o requerimento de várias sesmarias nos mais diferentes pontos ou até mesmo limítrofes a glebas anteriormente recebidas em doações. Outra fórmula muito empregada foram os pedidos feitos em nome da esposa e filhos, alguns deles até menores

---

\* DURÃO, Antonio José de Moraes. Descrição da Capitania de São José do Piauí - 1772, in: MOTT, L.R. B. Descrição da Capitania de São José do Piauí - 1772, Revista nº 112, São Paulo, 1977, p. 564.

de idade.

Além desses outros métodos também foram empregados no alargamento das propriedades e que se pode considerar, até certo ponto, dúbios. Nas transcrições de doações constantes em Catálogo das Sesmarias concedidas a particulares no Piauí, identifica-se certa imprecisão quanto aos limites da área solicitada ou ainda a indicação de marcos perecíveis\*.

O fato é que, por todo o século XVIII, consolidou-se o latifúndio no Piauí, tipo de propriedade rural pertencente a um senhor, tendo por base a pecuária e com boa parcela da área sem cultivo.

A formação social do Piauí teve seu início quando, paralelamente ao devassamento e ocupação do território, estabeleceu-se a pecuária como base do aproveitamento econômico local. A predominância do latifúndio pecuarista e a vigência da escravidão no contexto piauiense indicam a possibilidade de aplicação do modelo colonizador brasileiro, cujas definições identificam como características fundamentais a grande propriedade, uma estrutura econômica respaldada numa única atividade e no emprego do trabalho escravo.

Em geral a historiografia aborda a região pasto

---

\* Como exemplo cita-se o caso de Manuel de Sousa Martins, que recebeu só no ano de 1798 quatro lotes em diferentes datas, conseqüentemente com registros diferentes, cada uma compreendendo uma área de três léguas de comprimento por uma de largura. No ano de 1799, volta a receber outra concessão. Catálogo, p. 121.

Outro exemplo interessante é o de Alexandre Gusmão Nogueira, que recebeu uma sesmaria no ano de 1800 com os seguintes limites: "fica dentro um olho d'água chamado vulgarmente de Tamboril, extremado para essa

ríl de forma globalizante\* sem que sejam observadas situações conjunturais bem peculiares, tanto do ponto de vista do momento histórico, como das condições naturais da área.

Verifica-se, provavelmente em decorrência dessa visão, a atual carência de estudos mais específicos, principalmente no que concerne ao regime de trabalho dominante nas fazendas. Contudo, duas linhas de pensamento se contrapõem à vigência da escravidão na pecuária sertaneja.

A mais tradicional, exatamente aquela que generaliza o quadro pecuarista, identifica o caráter não escravista da sociedade do interior nordestino. Entre os que defendem esta tese encontra-se Werneck Sodré, que afirma ter a pecuária do sertão definido suas linhas no século XVI, aperfeiçoando-as nos seguintes. Embora tivesse sua origem na zona agrícola do litoral, de caráter escravista, e com ela manteve estreitas relações, a região pastoril veio apresentar fisionomia diferente. Conclusivamente o autor identifica como a mais nítida e mais antiga divergência entre as duas regiões a resistência ao escravismo demonstrado pela pecuária. (7) Partindo também da premissa de que a pecuária não exigiu o trabalho escravo, Alberto Passos Guimarães nega a existência da escravidão nas fazendas de gado do nordeste. Têm a mesma concepção Celso Furtado, Caio Prado e Clóvis Moura, dentre outros estudiosos, julgando ser livre e de origem indígena a mão-de-

---

parte com a fazenda do impetrante, para outra com a fazenda de Bebedouro e para outra com as Caatingas inúteis". Idem, p. 63.

\* Vale ressaltar que poucos têm sido os historiadores que voltaram suas atenções para a realidade piauiense.

obra nos currais do sertão.

Alguns historiadores nordestinos contestam essa conclusão. Diana Galisa, detendo-se na análise do quadro paraibano observou que o trabalho escravo e livre co-existiram na pecuária desde a implantação dos primeiros currais até o final do século XIX quando foi extinta oficialmente a escravidão no Brasil. (8)

No caso piauiense, Odilon Nunes em suas Pesquisas, faz referência a índios e negros escravizados nas diferentes etapas da economia piauiense até o ano de 1888. Mesmo no século XIX, quando a pecuária perdeu sua posição de destaque no cenário brasileiro, continuaram existindo escravos do rei que recebiam apenas roupas e carne, devendo retirar o restante de seu sustento de suas próprias plantações e crias. Segundo ainda Odilon, em 1832, o índice de escravizados no Piauí superava o do Ceará, sendo menor dentre as províncias do norte e nordeste, ao do Maranhão, Pará e Pernambuco. (9)

Ao se preocupar com a pecuária piauiense Gayoso e Almendra confere grande importância ao regime de trabalho escravo. Chega inclusive a cometer exageros, quando responsabiliza a abolição da escravatura pelo declínio da economia provincial. (10)

Com a proposta revisionista da história do Brasil, autores mais modernos, a exemplo de Jacob Gorender e Luiz Mott, maior divulgação passou a ter a tese de que o escravismo foi uma das principais características da estrutura econômico-social do Piauí durante a fase colonial.

Nos capítulos seguintes algumas das principais questões relativas à formação social de caráter escravista que predominou durante os séculos XVII e XVIII serão estudadas com mais detalhes. Nessa parte do trabalho, a preocupação

principal diz respeito à maneira como Portugal, até o século XVIII, conseguiu manter, expandir e integrar seus domínios americanos. Verifica-se que nesse sentido, procurou o reino português, conciliar o aproveitamento econômico do território piauiense aos moldes do Antigo Sistema Colonial, apesar de serem reduzidos os recursos disponíveis.

## NOTAS DO CAPÍTULO II

1. Carta do Rei para o Governador de Pernambuco, em 08.01.1699 - A. H. U./Pe - Cód. 257, fl. 5v.
2. NUNES. Pesquisa para a História do Piauí, v. 2, p. 37.
3. Petição de Jerônima Candeira Fróis, requerendo sesmaria a F.A. Pereira da Costa - Cronologia Histórica do Piauí - vol. I, p. 69.
4. Carta de El Rei, de 13.01.1699 - A.H.U./Pe - Cód. 257, fl. 7v.
5. MENDES. Propriedade Territorial do Piauí, p. 23.
6. IDEM, idem. p. 22.
7. SODRÉ. História da Burguesia Brasileira, p. 26.
8. GALISA. O Declínio da Escravidão na Paraíba - 1850/1898, p. 57.
9. NUNES. op. cit. p. 159.
10. GAYOSO E ALMENDRA. Pecuária, p. 15.

CAPÍTULO III

## A ECONOMIA DO PIAUÍ ATÉ O SÉCULO XVIII

Nos séculos XVII e XVIII, como foi visto anteriormente, a pecuária foi a base da formação social piauiense. Em face disso, quando são desenvolvidos estudos relativos à economia do Piauí, contribuições podem ser acrescidas ao conhecimento histórico dessa atividade no Brasil, que comumente não desperta a atenção dos estudiosos, talvez por não se vincular diretamente com o comércio internacional. Contudo, a importância no contexto colonial não se limitou ao fato de subsidiar o setor exportador da economia brasileira. Outra relevância da criação de gado foi ter dado origem a sociedade do sertão bastante articulada com princípios colonizadores.

Surgiu a pecuária no nordeste brasileiro como reflexo da empresa agrícola litorânea, implantada pelos portugueses no início do processo de colonização do Brasil. Sua expansão pode ser interpretada como produto do crescimento natural do rebanho, como também do contínuo desenvolvimento da demanda de animais de tiro e consumo de carne na colônia.

Quando Werneck Sodré esquematiza a evolução da atividade pastoril no nordeste do Brasil, identifica três importantes momentos. No primeiro, contemporâneo à implantação da empresa açucareira, foram transplantadas para o Brasil as primeiras matrizes. A partir de então, o gado firmou-se como um dos principais fornecedores da força motriz necessária ao processo de fabricação do açúcar: transportava a cana, movia a engenhoca, conduzia o produto final aos portos exportadores e alimentava a população dos engenhos.

A fase seguinte, tem início na primeira metade do século XVII, quando se aguçam as dificuldades de convivên

cia pacífica entre o gado e a cultura da cana na mesma pro  
priedade. Em virtude da importância do canavial para a econom  
ia da colônia, começou então a pecuária a ceder espaço, pene  
trando no interior do território.

A característica principal desse período foi a  
separação, embora limitada ao aspecto espacial, entre o cur  
ral e engenho. Embora o gado e o engenho fizessem ainda par  
te do mesmo complexo produtor, pois ambos continuavam perten  
cendo ao mesmo proprietário, pode-se observar a ocorrência  
da primeira modificação da atividade pastoril. A administra  
ção dos currais passou a cargo dos vaqueiros, geralmente, pes  
soas residentes junto ao curral e não ligada diretamente ao  
cultivo da cana.

A terceira etapa da evolução pecuarista iniciou  
-se por volta de meados do século XVII, quando os pecuaristas  
penetraram bastante no sertão, chegando a atingir o territó  
rio que atualmente constitui o Estado do Piauí.

Ao ocupar a bacia oriental do Parnaíba, a pecuá  
ria adquiriu total autonomia. Além das duas atividades ocupa  
rem áreas distintas, o curral e o engenho passaram a perten  
cer a diferentes senhores. Econômica e socialmente, sobres  
cer a diferentes senhores. Econômica e socialmente, sobres  
saíram-se então, as pessoas que se dedicavam especificamente ao  
criatório. A grande distância entre os dois núcleos produto  
res veio colaborar no sentido de que fossem atenuados os la  
ços estabelecidos entre as duas principais atividades econômi  
cas no nordeste. Os contatos entre habitantes das duas áreas  
produtoras tendem a ser periódicos, ocasião em que se fazia o  
comércio do excedente de produção.

Numa tendência que já vinha se efetivando, evo  
luiu o curral, transformando-se em fazenda de significado  
mais amplo, correspondendo a uma propriedade rural pecuarista

cuja rentabilidade originava-se da venda do gado e da própria terra, que aglutinava maior número de pessoas dedicadas a um conjunto de atividades além do pastoreio do rebanho.

A intensificação da atividade criatória no nordeste, coincidiu com a crise que a economia açucareira viveu na segunda metade do século XVII e a primeira metade do século seguinte. Esse fenômeno não é dos mais difíceis de compreensão, tendo em vista que a expansão da atividade pecuarista não se processou em detrimento da açucareira. A longa duração do estado de crise da empresa do açúcar decorreu de sua impossibilidade de vencer a concorrência no mercado externo, tendo em vista a ampliação do quadro de produtores com a participação da Holanda e Inglaterra. As dificuldades do mercado internacional não se fizeram sentir apenas no setor exportador, refletiram-se também naquele ligado ao abastecimento interno. Uma das principais alterações foi o interesse que a pecuária começou a despertar entre os habitantes do Brasil. Tratava-se de um empreendimento cujas exigências a nível de capital eram mínimas e sem maiores complexidades quanto à técnica empregada.

A evolução histórica do Piauí permite a constatação desse fato; a pacificação da área e a combinação dos meios de produção fundamentais como pasto, água e animal representavam os condicionamentos internos que asseguravam sólida posição à pecuária, frente às crises externas, com redução dos custos monetários.

Quando se iniciou o século XVIII, eram grandes as perspectivas para a economia do Piauí. A existência de terras não ocupadas permitia a multiplicação dos currais, cujos rebanhos aumentava satisfatoriamente. Funcionou, ainda, como elemento estimulador, o esforço dos senhores de engenho para manterem seu padrão econômico-financeiro. A quebra do

preço do açúcar induzia-os ao aumento da produção. Com isso puderam os currais disporem de mercado certo em nível crescente.

É certo que a existência no Piauí de recursos naturais favoráveis ao desenvolvimento da pecuária foi fator de suma importância, pois possibilitou o crescimento quantitativo dos rebanhos. No entanto, além desse aspecto, como também daqueles peculiares ao criatório, foram decisivos no desenvolvimento da pecuária os estímulos originados da conjuntura econômica do momento.

Todo esse conjunto de fatores permitiu que se formassem no Piauí as mais importantes fazendas de criação de todo o nordeste. Possibilitou ainda aos currais dessa capitania monopolizar os mercados consumidores de gado que se ampliavam com o surgimento de outras praças.

As capitanias do Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande, Paraíba, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais foram abastecidas pelos gados do Piauí, durante os últimos anos do século XVII e por todo o século XVIII. Os depoimentos dos contemporâneos documentam os fatos históricos. Rocha Pita em sua História da América Portuguesa afirmou ser a terra do Piauí, na passagem do século XVII para o XVIII,

"tão abundante de pastos para todo o gênero de gados, e os cria tão grandes e em tanto número, que além de vir muito para a Bahia, sustentam todos os povos das Minas do Sul, que sem esta abundância não floresceriam na sua opulência." (1)

Até aproximadamente à década de 90 do século XVIII, quando sucessivos períodos de estiagem ocorreram no nordeste,

o ritmo expansionista da produção bovina no Piauí foi bastante significativo. Segundo o autor de *O Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí*, uma fazenda em estágio florescente produzia anualmente uma média de oitocentos a mil crias. (2)

Essa indicação serve de ponto de partida para os cálculos que permitem estimar o volume de gado de uma fazenda. Para atingir mil crias anualmente, seriam necessárias, no mínimo, mil vacas em idade de reprodução sem que sejam aqui computadas as perdas motivadas por morte dos bezerros nascidos e as prováveis gestações interrompidas. Portanto, é muito provável, que numa fazenda em estado florescente haviam mais de duas mil matrizes, fora os garrotes machos e fêmeas, as vacas velhas, os touros reprodutores e bois.

Segundo as informações do documento citado acima, eram retirados de cada curral uma média de 250 a 300 bois, para serem remetidos às feiras de gado. Essa retirada se fazia do produto líquido obtido, aproximadamente 675 cabeças, depois de deduzidos o dízimo e a quarta parte pertencente ao vaqueiro. As fêmeas eram mantidas na fazenda para reprodução do rebanho e consumo local.

O ritmo expansionista das fazendas pode ser observado através da quantidade de propriedades instaladas a cada ano. Entre 1697 a 1730, portanto em 33 anos, o número de fazendas do Piauí passou de 129 a 400, correspondendo a uma implantação de 8,2 a cada ano. No corte cronológico de 1730 a 1762, criaram-se a cada ano, 4,2 novas fazendas, pois em 1762, havia um total de 536 unidades. Na década de 1762 a 1772, foi mantida a mesma proporção, uma vez que, no final do período, eram 578 as fazendas de gado no Piauí.

## QUADRO 1

## NÚMERO DE FAZENDAS DE GADO DO PIAUÍ: 1764-1772

ANO	Nº DE FAZENDAS DE GADO
1674	30
1697	129
1730	400
1762	536
1772	578

FONTE: HOTT. Estrutura Demográfica das Fazendas de Gado do Piauí - Colonial: um caso de povoamento rural centrífugo; in: Revista Ciência e Cultura, 30 (10):1197, out. 1978.

Verifica-se que o maior índice de criação de fazenda por ano no Piauí, ocorreu até os anos 30 do século XVIII, e o que pode estar relacionado ao processo de devassamento e conquista da região, o qual nessa ocasião já se encontrava bastante adiantado, permitindo a implantação de currais de forma mais acelerada. É provável que a baixa no índice ao longo dos anos, resulte da concentração de terra efetivada rapidamente no período anterior. Vale a pena esclarecer que uma fazenda não correspondia a um curral, tratava-se de um complexo pecuarista que poderia abranger vários currais, dependendo do número de gado e das terras disponíveis.

Contudo, é interessante observar que o número crescente de instalação de novas fazendas coincidiu com a fase mais importante da pecuária piauiense. Embora mantendo-se como grande fornecedor de gado, o piauí perdeu o monopólio

no abastecimento da Colônia na década de 1730. A partir de então, com a abertura da estrada que ligava o Rio Grande do Sul à zona mineira, os bois do sertão passaram a enfrentar a concorrência do gado dos pampas. Os efeitos podem ser observados nas arrecadações do dízimo. Em 1730 correspondeu a 76.000 cruzados, enquanto que 24 anos depois foram estes arrematados por 66.750 cruzados, ou seja 26:700r\$000. (3)

A exportação das boiadas piauienses se fez para o norte, nordeste e centro da Colônia. Todavia, foi a região da grande lavoura que se firmou como a tradicional praça importadora da produção bovina do Piauí, não só pelo volume, mas também pela constância das remessas feitas durante o século XVII e XVIII.

Em segundo lugar destaca-se a região das Gerais. Com a intensificação das atividades mineradoras surgiram novas perspectivas para o comércio dos gados do Piauí. Com isso, a pecuária piauiense pode extrapolar sua condição de fornecedora de carne aos núcleos litorâneos.

As determinações que proibiam garimpeiros de exercerem outra atividade além da extração dos minérios somadas ao rápido crescimento da população mineira contribuíram no sentido da expressiva valorização do gado. É sabido que entre 1699 a 1701, quando se verificou irregularidades no abastecimento da carne nas Gerais, várias pessoas morreram de fome naquela região, embora tivessem grande quantidade de ouro armazenada.

A necessidade de prover os núcleos que se desenvolviam no centro do Brasil, onde o poder aquisitivo se apresentou crescente e bem representado pelo ouro, destacou a região das Minas Gerais como mercado de grande potencialidade. Exercia por isso forte atração sobre os fornecedores de gado. Afirma C.R.Boxer em seu estudo sobre a Idade do Ouro no Brasil

que

"os preços que obtinham pelo gado em Minas Gerais era muitíssimo maior do que qual quer outro que pudessem esperar obter nas cidades litorâneas. Bois que alcançavam de três a cinco oitavas de ouro por cabeça nestes últimos lugares, alcançavam de quinze a trinta em Minas Gerais".(4)

É provável que essa ampliação do mercado e a expectativa do lucro, aumentado pelo contrabando do ouro, tenham contribuído, para que ocorressem irregularidades ou redução das remesas destinadas às tradicionais praças. Talvez por esse motivo, o Governador Geral solicitou em 1705, aos fazendeiros do Piauí, o envio de gado à Bahia, assegurando o preço de um cruzado por arroba de carne.

Determinar o volume do comércio do gado piauiense é tarefa bastante difícil, porque as remessas feitas por via marítima em geral saíam pelo porto maranhense ou quase clandestinamente pelo de Salinas, na barra do Igarapé. Com relação às saídas pelos caminhos do sertão, tudo indica que eram mais expressivas. Entretanto, aos dados referentes a elas são desconhecidos.\* Dessa forma até mesmo estimá-las seria bastante arriscado, tendo em vista que a distribuição dos bois no mercado não era feita por cotas determinadas.

---

\* Segundo Odilon Nunes por volta de 1758 Belém consumia anualmente entre vinte e oito a trinta mil bois do Piauí e que pelo Juazeiro, no Rio São Francisco, transitavam no início da década de 1780. sessenta mil bois oriundos das fazendas piauienses com destino às feiras do Brasil. Pesquisas para História do Piauí. vol. I, p. 117 e 134.

" ... cada particular vai vender as suas boiadas, onde tem maior comodidade e interesse, ou por serem melhores, as estradas, ou mais curta a marcha, ou maior o preço, porque as reputação, que he o primeiro objecto do vendedor". (5)

Somente a partir das fazendas de Mafrense, que por sua morte foram legadas aos jesuítas e confiscadas pela Coroa em 1760, quando da expulsão dos missionários, pode-se e laborar uma conjectura aproximada dos rendimentos da pecuária no Piauí. Contudo, os dados disponíveis a partir dos anos 60, quando as fazendas passaram a ser administradas por pessoas nomeadas e pagas pelos cofres do reino, podem não corresponder à realidade. Como se observará mais adiante, o descaso, a ignorância nesse tipo de atividade e ainda a atitude duvidosa dos administradores comprometem a análise. No entanto, são os indicadores disponíveis.

No ano de 1739, as Fazendas da Capela, como eram chamadas, achavam-se distribuídas em 100 léguas de terras. Seu rebanho importava em 3.000 cabeças de gado vacum e 1.500 cavalares, donde anualmente eram retirados 1.000 bois vendidos por quatro escudos romanos a unidade.\* Dos 4.000 escudos arrecadados, os jesuítas retiravam 1.600 para o cumprimento das determinações testamentárias alheias à Companhia de Jesus. Com o transporte do gado às feiras foram gastos 600 escudos, do restante, isto é, 1.200 escudos, conforme havia ordenado Mafrense, 800 foram reservados ao sustento do noviciado de Jequitiaia e 400 revestidos em favor da companhia, como forma de pagamento pela administração. Do montante, 600 escudos

\* Documento transcrito por Odilon Nunes. op. cit. vol. I, p. 102.

foram aplicados nas fazendas.

Ao se tentar adaptar esses números às fazendas dos particulares, convém a observação de que suas receitas não se achavam obrigadas a determinações testamentárias. Portanto, a renda líquida seria revestida em favor unicamente do proprietário. Quanto aos gastos referente a transporte das boiadas, dificilmente atingiam o mesmo valor, tendo em vista que os fazendeiros contavam com seus escravos, agregados e vaqueiros para as funções de guias e passadores.

Fora a compra de escravos, alguns utensílios agrícolas como enxada, pá e pequenas moendas para a obtenção dos produtos necessários à subsistência dos moradores da fazenda, o montante correspondente às vendas dos bois, era lucro. Nenhum beneficiamento mais dispendioso se fazia na terra, tanto para a agricultura, como na obtenção de pastagem artificial para o gado. Por sua vez, a manutenção e crescimento do rebanho se fazia de forma natural, portanto, sem emprego de capital. Vale a pena ressaltar que, ao gado e à lavoura locais, competia o abastecimento da fazenda. Desta forma, os rendimentos da pecuária permitiam ao proprietário a obtenção de artigos de luxo, como os móveis, as jóias, as sedas declaradas nos inventários, bem como todas as drogas e couros comestíveis do reino apesar dos altos preços dos impostos. (6)

O estudo dos dados constantes nos inventários, analisados detalhadamente mais adiante, indica que a maior parte das inversões dos fazendeiros era feita em escravos.

Retomando-se os indicadores dos rendimentos das fazendas de Mafrense no que diz respeito exclusivamente ao gado, observa-se o seguinte: em 1757 o rebanho correspondia a 32.000 cabeças de bovinos e 1.600 cavalares. Nesse ano, a re

tirada para comercialização foi da ordem de 1.200 bois.\* Dan-  
do-se a cada boi o mesmo valor obtido em 1739, o resultado em  
1757 seria de 4.800 escudos romanos. Mantendo-se, ainda, o  
valor cambial do final da década de 30, quando o escudo roma-  
no correspondia a 1\$000rs\*\*, os 1.200 bois exportados rende-  
ram 4:800\$000rs. Segundo o levantamento feito pelas autorida-  
des em 1762, as mesmas 30 fazendas renderam 7:923\$000rs.

De acordo com o quadro das exportações das fa-  
zendas do fisco, (final desse capítulo) referente ao período  
entre 1770 a 1789, somente nos anos de 1776, 1782, 1786, 1788  
e 1789, as arrecadações superam aquela obtida em 1762. Dmons-  
tra ainda que as retiradas foram mais volumosas do que as de  
1739 e 1757, chegando ao final da década de 80, a exportação  
de 13 boiadas, com 3.039 cabeças de gado.

Nas três últimas décadas do século XVIII, obser-  
va-se tendência de baixa no preço do gado, podendo ser esta a  
tribuída à excessiva produção em relação à capacidade de ab-  
sorção dos mercados. Se, por um lado, continuou sendo a regi-  
ão litorânea a mais importante dos mercados; por outro, além  
da concorrência firmada pela pecuária do sul, as demais capi-  
talias contavam nessa ocasião com rebanhos locais. Isso, sem  
falar nas dificuldades que porventura surgiam em decorrência  
da crise econômica colonial e que certamente limitava o poder  
aquisitivo da população.

---

\* Documento transcrito por Odilon Nunes . op. cit. vol.I, p. 102.

\*\* Idem, idem.

Outras variáveis provavelmente influenciaram na redução dos saldos provenientes das fazendas reais. Podia se relacionar a uma má distribuição no mercado. Recomendações oriundas de Lisboa permitem a hipótese, pois regulamentavam as autoridades por ser mais conveniente,

"que os gados do agreste das fazendas de Nazaré e Canindé se remetam para o consumo do Maranhão a exemplo dos particulares proprietários das fazendas naqueles sítios que os gados da inspeção de São José do Piauí e o resto das outras inspeções se esportão para a Bahia na forma já praticada". (7)

Além da tentativa de que fosse evitada a saturação do mercado, as recomendações diziam respeito às despesas de transporte que, conforme o quadro 2 das exportações, eram bastante significativas.

A longa caminhada até as feiras, é certo ocasionava o desgaste da boiada. As precárias condições dos pastos e água das estradas, principalmente durante o verão, acarretava perdas, avariações e vendas dos bois estroplados. No enviam tanto, é quase certo também que as despesas registradas não correspondiam apenas ao transporte do gado do rei. Nas remesas estavam incluídas reses pertencentes a particulares. A citação seguinte permite ainda que se conclua haver, na trajetória pelo sertão, elementos que se aproveitavam das vendas comumente feitas ao longo do caminho, em cujos lotes podiam se incluir gado ainda aproveitável.

" ... não deve sair boiada com mais de

duzentos e cinquenta cabeças para dar lugar ao que o passador leva de empréstimo e algumas dos escravos as quais por nenhum caminho serão em número que venha a passar a boiada de trezentas cabeças pois tem mostrado a experiência que a boiada quando mais maneira melhor condição tem e menos riscos. Na conformidade das mesmas ordens ordenará v<sup>mcê</sup> aos passadores das boiadas que expedir não devem vender em caminho gado algum de fazenda ou seu, e mesmo os escravos, que possa caminhar e chegar a feira por que Nella lhe ha tomar conta o Cap. Manuel Henrique de Carvalho". (8)

É lamentável que o referido quadro não especifique que o número de gados que deixavam o curral com destino às feiras, nem o local para onde foram levados. Desta maneira, não se pode verificar as percentagens relativas às vendas feitas no trajeto e o número de perdas, a fim de calcular o real valor do boi exportado.

Um documento de 1796 (9), que registra o recebimento do montante correspondente às vendas do ano anterior, é mais elucidativo, embora omita o total das saídas, como também a quantidade perdida por morte ou extravios na caminhada. Segundo essa fonte, pelas 557 cabeças vendidas na feira de Itapucuru Mirim, apurou-se 3:745\$670rs líquidos. Dessa quantidade de bois, 385 foram vendidos a 7\$050rs, enquanto 172 outros a 6\$700rs. No percurso até a feira, 43 bois foram vendidos ao preço de 2\$116rs, cada um, importando num total de 86\$500rs. Somando-se as 557 primeiras às 43 outras, conclui-

se que cada uma das três boiadas remetidas era formada por mais de trezentos bois.

Comparando-se estes dados aos constantes no quadro das exportações, observa-se outro aspecto interessante. No quadro, a quantidade gasta nas remessas é constante, de valor exato, sem frações, correspondendo a quase metade do apuro líquido. Enquanto que na correspondência da Junta para a entrega dos 3:745\$670rs líquidos recebidos, foram gastos 207\$480rs, valor monetário quase irrisório.

O documento citado abaixo, datado de 14.09.1797, também é esclarecedor. Presta conta de quatro boiadas recebidas e vendidas por Miguel Antonio dos Santos.

"chegaram com setecentos e quarenta bois e se venderam a saber trezentos e sessenta e oito bois a sete mil reis, cento e noventa e sete a seis mil e novecentos reis, quinze a seis mil e quatrocentos reis e cento e sessenta que ficaram para gastos da fazenda real segundo a ordem que tive e assim mais a quantia de cento e quarenta e três mil e quinhentos e sessenta reis importância de sessenta bois que os passadores venderam no caminho fazendo tudo a soma de 4:174\$860 de que se abatem 324\$180 gastos com as referidas boiadas fica líquido a quantia acima de 3:850\$680 de que fez a entrega". (10)

Conclui-se, assim, que, se havia algum prejuízo nas exportações, se devia ao péssimo estado das estradas e à

má escolha da praça.

Torna-se interessante observar que, no período correspondente aos anos registrados no quadro, os administradores das fazendas reais sugeriram às autoridades que as vendas fossem feitas na própria fazenda, a fim de se tornarem mais lucrativas. Contudo, os números provam o contrário. Em 1789, as 3.039 reses vendidas nos currais importaram em ..... 8:329\$500rs, enquanto que as 2.117 cabeças exportadas em 1797, corresponderam ao também líquido resultado de 9:815\$330rs. Portanto, é quase certo que os rendimentos das três Inspeções nas décadas de 70 e 80 do século XVIII poderiam ter sido maiores.

Esse era, como demonstra a correspondência oficial, o pensamento das autoridades de Lisboa. Confirmam inclusive ser mais lucrativo o envio das boiadas para serem vendidas em outras capitanias, salvo se os compradores pagassem pelos bois ainda nas fazendas, preço superior ao médio então obtido na Bahia, que era de 2\$800rs. Caso isso não acontecesse, providências deveriam ser tomadas quanto à mudança dos guias e passadores, tanto os do Piauí, como os das demais capitanias consumidoras. A segunda recomendação se fez necessária em virtude dos prejuízos obtidos nas vendas realizadas durante a caminhada dos bois à feira, conforme denuncia o documento abaixo:

"se fez reparável nas últimas contas das remessas dos gados para a Bahia o grande número de reses vendidas no caminho aos Procuradores a título de refugo com uma diferença de quarenta por cento a despeito das primeiras boiadas". (11)

Convém que se repita aqui que as fazendas do

fisco se distribuía em três departamentos e que, desde o confisco, passaram a ser administradas por pessoas pagas pelo erário real, nem sempre inteiradas do funcionamento de uma fazenda. Por outro lado ainda, tais supervisores não se achavam impedidos de possuírem bens de raiz, quer em terras do Piauí, quer nas regiões próximas aos caminhos das boiadas pelo sertão. Nada os impedia também, de serem os arrematadores das boiadas vendidas nas porteiras dos currais reais.

Nas fontes oficiais consultadas e já citadas, que fazem referência a administração dessas fazendas, em geral seus autores espelham-se nas fazendas dos particulares. Deixam transparecer que eram melhor administradas e que davam mais lucros. O que é perfeitamente compreensível, pois, o vaqueiro trabalhando sob o regime de parceria (de quatro bezerro nascido recebia um), interessava-se naturalmente pelo aumento da produção. Além disso, periodicamente ocorriam as visitas dos proprietários ou de seus representantes, ocasião em que eram feitas as partilhas e o controle do rebanho.

Com relação ao comércio do gado, também levavam vantagem os particulares. Para o transporte de suas boiadas, além de seus escravos e agregados contavam com guias experientes, de confiança, pagos por jornada, que se responsabilizavam pela boiada, até mesmo em função do poderio dos senhores. Quanto à colocação no mercado, tinham muita atenção no que diz respeito à proximidade do curral e quanto ao melhor preço pago pelo produto.

Já nas fazendas reais, não se observava o mesmo fato. Veja-se por exemplo que, no período de 1782 a 1788, as três Inspeções - do Canindé, Piauí e Nazaré - remeteram seus gados para a Bahia, sem que fossem levadas em conta a distância e a possibilidade de saturação do mercado. Em 1789, di-

zia a Junta do Maranhão ao governo interino do Piauí:

"nos 18 anos precedentes mandado para a Bahia 33532 bois que vem a sair a 1.263 por ano ... o rendimento anual será maior ou menor a propoção que se extra<sup>r</sup>ir mais ou menos gados ... da Inspeção de Canindé se exportaram nos ditos anos para aquela capitania 5.657 bois que renderam líquidos 16:924\$500, da Inspeção do Piauí 3.099 bois que renderam 8:754\$990, e de Nazaré 3.307 bois que renderam 8:192\$200 resultando daí sair cada boi da primeira Inspeção a 2\$991 reis, da segunda 2.825, e da terceira a 2.477 em todos em comum a 2.808 reis preço médio". (12)

Apesar da má administração e até descaso dos encarregados, não se pode dizer que a Coroa tivesse prejuízo em suas fazendas no Piauí. Como proprietária, seu apuro líquido nas décadas de 70 a 80 do século XVIII, superou a casa dos 83:929\$000rs. Como Metrópole, somava ainda os dízimos arrecadados sobre o gado. Para se ter uma idéia, no ano base de 1791/1792, foram estes arrematados por 80:600\$000 distribuídos da seguinte forma:

Oeiras	-	24:050\$000
Jerumenha	-	8:350\$000
Valença	-	12:450\$000
Parnaguá	-	7:450\$000
Marvão	-	12:050\$000
Campo Maior	-	25:250\$000 (13)

Contudo, a questão básica, isto é, de quanto seria a renda da pecuária não pode ser respondida quantitativamente, principalmente quando se trata das fazendas particulares. Sabe-se, apenas, que dispunham de uma estrutura montada no que tange a administração e exportação do produto. Certamente os fazendeiros lucravam mais que a Coroa. É provável que se beneficiassem ainda mais com a revenda dos bois leiloados nas fazendas reais, por determinação dos governadores, conforme afirma um contemporâneo:

"os arrematadores, como senhores de sua fazenda acompanham ao destino para onde a vão dispor e a conduzem com todo o zelo, e cuidado o que não acontece aos que a governam por conta de sua majestade". (14)

As dificuldades para a economia do Piauí se iniciam em meados do século XVIII. O agravamento da situação econômica da colônia ocasiona reorganização interna, refletindo-se no setor de subsistência.

A retração econômica dificultava o crescimento do mercado, pois diminuía o poder aquisitivo dos consumidores. Por outro lado, não foi encontrada outra atividade que viesse substituir a indústria do açúcar. O que se verificou foi o aumento do rebanho nordestino, não apenas no Piauí, mas também nas demais capitanias, concorrendo para a desvalorização do gado. A concorrência imposta pela pecuária do sul agravava ainda mais esse quadro.

É provável que o fluxo de renda gerado pela exportação, principalmente nas últimas décadas do século XVIII, já não era mais suficiente para assegurar ascendente nível de

vida. Para tanto, necessitava ser vendida maior quantidade de gado. Até mesmo as exigências mais comuns dos fazendeiros foram se tornando difíceis de serem satisfeitas. Os inventários registrados em Campo Maior indicam que ocorre um declínio no poder aquisitivo da população. Apenas os escravos, entre os produtos importados, continuavam sendo adquiridos mais ou menos na mesma proporção do período anterior.

Na tentativa de estabilizar seu padrão de vida, os proprietários elevam os abates e exportações, chegando inclusive a comprometerem o rebanho da Capitania, preocupando seriamente as autoridades, que passam a determinar medidas protecionistas. (15)

A ocorrência tardia desse fenômeno na pecuária piauiense, ou seja, dos efeitos da situação conjuntural internacional, explica-se em parte pela ligação indireta que mantinha com o comércio externo. Demonstrou a experiência que o criatório não esteve imune às crises da economia brasileira. Entretanto, apresentou-se resistente ao estado de crise, cujos efeitos se tornaram perceptíveis somente a médio e a longo prazo, devido provavelmente à sua capacidade de crescer extensivamente com baixíssimos custos monetários.

Merecem destaque também os mecanismos de defesa de que dispunha a pecuária para enfrentar as dificuldades. Em primeiro lugar o aproveitamento dos sub-produtos. A exploração do couro serve de exemplo. Segundo Antonil, da Bahia e Pernambuco, a cada ano, saíam para Portugal, 90.000 meios de sola correspondendo a 169:000\$000rs dos 201:800\$000 correspondente à produção da Colônia. Informa Odilon Nunes que no início da década de 1780 saíam da vila da Parnaíba entre trinta e dois mil couros em cabelo e quatro mil meios de sola. (15a) De acordo com João da Maia Gama, o método de curtimento do couro empregado no Piauí era bastante singular, uti-

vida. Para tanto, necessitava ser vendida maior quantidade de gado. Até mesmo as exigências mais comuns dos fazendeiros foram se tornando difíceis de serem satisfeitas. Os inventários registrados em Campo Maior indicam que ocorre um declínio no poder aquisitivo da população. Apenas os escravos, entre os produtos importados, continuavam sendo adquiridos mais ou menos na mesma proporção do período anterior.

Na tentativa de estabilizar seu padrão de vida, os proprietários elevam os abates e exportações, chegando inclusive a comprometerem o rebanho da Capitania, preocupando seriamente as autoridades, que passam a determinar medidas protecionistas. (15)

A ocorrência tardia desse fenômeno na pecuária piauiense, ou seja, dos efeitos da situação conjuntural internacional, explica-se em parte pela ligação indireta que mantém com o comércio externo. Demonstrou a experiência que o criatório não esteve imune às crises da economia brasileira. Entretanto, apresentou-se resistente ao estado de crise, cujos efeitos se tornaram perceptíveis somente a médio e a longo prazo, devido provavelmente à sua capacidade de crescer extensivamente com baixíssimos custos monetários.

Merecem destaque também os mecanismos de defesa de que dispunha a pecuária para enfrentar as dificuldades. Em primeiro lugar o aproveitamento dos sub-produtos. A exploração do couro serve de exemplo. Segundo Antonil, da Bahia e Pernambuco, a cada ano, saíam para Portugal, 90.000 meios de sola correspondendo a 169:000\$000rs dos 201:800\$000 correspondente à produção da Colônia. Informa Odilon Nunes que no início da década de 1780 saíam da vila da Parnaíba entre trinta e trinta e dois mil couros em cabelo e quatro mil meios de sola. (15a) De acordo com João da Maia Gama, o método de curtimento do couro empregado no Piauí era bastante singular, uti-

lizando-se a casca do angico. No entanto hê melhor solla que  
toda a do Brasil e como a de atarado. (16) (Veja fig. nºs 3 e 4)

Outro mecanismo de defesa da pecuária foi sua  
 capacidade de transformar-se, desde que houvesse possibilida  
 de de alcançar novos mercados. Aproveitando-se dessa caracte  
 rística em 1770,

"abrio João Paulo Diniz, negociante de Vil  
 la de São João da Barra da Parnaíba num  
 novo caminho para a extração dos referi  
 dos gado (piauienses) levantando oficinas  
 nas margens do ditto rio Parnaíba oitten  
 ta legoas acima da sua foz, onde os reduz  
 a carnes secas, que carrega num barco pe  
 lo mesmo Rio até à ditto Villa para d'ahi  
 serem ré-exportadas à Bahia, Rio de Janei  
 ro e Pará." (17)

A indústria da carne apresentou-se como alterna  
 tiva para a comercialização do principal produto da região.  
 Em Porto das Barcas eram abatidas anualmente em doze a treze  
mil bois. (18) Contudo Odilon Nunes fundamentando-se em do  
cumentos de 1781, informa que o abate anual nas charquedas de  
 Parnaíba era de 40.000 bois (18a)

Apesar de toda a versatilidade da pecuária no  
 final do século XVIII tornou-se irreversível a crise econômi  
 ca do Piauí. Além dos condicionamentos conjunturais, interfe  
 riram também os de caráter estruturais. Ao longo dos séculos,  
 apesar de algumas tentativas de inovações, mantém a pecuária o  
 método quase extrativista do início da colonização.

Por outro lado, nenhuma outra atividade surgiu  
 como alento para economia da Capitania. Nem mesmo a agricul

tura praticada desde os primórdios da colonização, perdeu, com o passar dos anos, seu caráter de subsistência. Fora o arroz, feijão, milho e mandioca plantava-se também o algodão, o fumo e a cana.

Quanto à fabricação do açúcar utilizando-se a cana, embora comumente nas fazendas existisse uma moenda, em toda a Capitania até o final do século XVIII não havia um só dos chamados engenhos reais. Na exploração do fumo empregava-se o método praticado na Bahia mas sem colheita expressiva.

No que diz respeito ao algodão, seguia-se o método do Itapecuru e Pará, utilizando-se a produção no fabrico de tecidos mais grosseiros para confecção do vestuário dos escravos.

Mesmo incentivada pelas perspectivas do mercado externo, a cultura do algodão não foi capaz de amenizar a crise econômica do Piauí. Se, por um lado, teve influência a tradicional vocação pecuarista do morador do Piauí, por outro as alterações no cenário mundial, estimuladoras da participação brasileira no mercado algodoeiro, tiveram caráter passageiro. Dessa forma, o quadro não se definiu de maneira que favorecesse a penetração de novos e desordenados fornecedores.

Desconhece-se quantitativamente a produção algodoeira do Piauí durante o século XVIII. Entretanto, a documentação oficial procura estimular seu cultivo, embora reconheça não ser do tipo mais aceito no mercado. O comércio regular do produto só pode ser avaliado a partir de 1815 até 1864 em função da disponibilidade dos registros das exportações.

Durante os séculos XVII e XVIII, as unidades produtoras do Piauí demonstraram tendência a auto-suficiência tanto no momento de apogeu da pecuária, quanto no de estagnação e declínio. Embora não fosse integral, alcançou níveis

bastante significativos em função da própria organização econômico-social.

A distância que separava as fazendas uma das outras, bem como aquela existente entre a Capitania e os principais centros da Colônia, contribuiu no sentido de que a auto-suficiência das fazendas extrapolasse o âmbito da alimentação. Com relação aos ofícios e serviços como a tecelagem, carpintaria, construção, cerâmica e outros, eram atendidos na sua grande maioria pelos escravos e elementos subordinados, assegurando relativa independência às fazendas.

Em função dessa capacidade, inibiu-se o desenvolvimento do mercado interno. A aquisição de alimentos não produzidos no local, como também as manufaturas e utensílios domésticos mais finos, faziam-se diretamente nos centros litóreos ou recorria-se ao comércio ambulante, muito comum nesse período.

Outro aspecto interessante da economia piauiense diz respeito às funções econômicas desempenhadas no contexto colonial. A peculiaridade da articulação mantida com a economia do Brasil Colônia, embora tivesse caráter suplementar, foi de grande importância. Sobre isso, afirma Gorender ter sido tão significativa quanto a participação do fumo e do algodão. (19)

Esse engajamento na filosofia econômica da Colônia não se traduz em termos numéricos, na contribuição dada à balança comercial. Na verdade, somente 2,8% coube à pecuária não somente a nordestina, no total das exportações brasileira durante a fase colonial. Essa percentagem chega a ser insignificante quando comparada aos 56% de responsabilidade do açúcar e aos 31,7% atingida pela mineração do mesmo período.

É certo, como se observou anteriormente, que a

bastante significativos, em função da própria organização econômico-social.

A distância que separava as fazendas uma das outras, bem como aquela existente entre a Capitania e os principais centros da Colônia, contribuiu no sentido de que a auto-suficiência das fazendas extrapolasse o âmbito da alimentação. Com relação aos ofícios e serviços como a tecelagem, carpintaria, construção, cerâmica e outros, eram atendidos na sua grande maioria pelos escravos e elementos subordinados, assegurando relativa independência às fazendas.

Em função dessa capacidade, inibiu-se o desenvolvimento do mercado interno. A aquisição de alimentos não produzidos no local, como também as manufaturas e utensílios domésticos mais finos, faziam-se diretamente nos centros litôrneos ou recorria-se ao comércio ambulante, muito comum nesse período.

Outro aspecto interessante da economia piauiense diz respeito às funções econômicas desempenhadas no contexto colonial. A peculiaridade da articulação mantida com a economia do Brasil Colônia, embora tivesse caráter suplementar, foi de grande importância. Sobre isso, afirma Gorender ter sido tão significativa quanto a participação do fumo e do algodão. (19)

Esse engajamento na filosofia econômica da Colônia não se traduz em termos numéricos, na contribuição dada à balança comercial. Na verdade, somente 2,8% coube à pecuária não somente a nordestina, no total das exportações brasileiras durante a fase colonial. Essa percentagem chega a ser insignificante quando comparada aos 56% de responsabilidade do açúcar e aos 31,7% atingida pela mineração do mesmo período.

É certo, como se observou anteriormente, que a

formação econômica do Piauí manteve a tendência à monocultura da colonização brasileira, tendo em vista que a pecuária até o final do século XVIII, foi a quase única atividade da área. No entanto, fortalecia-se assim o pacto colonial pois estabelecia a dependência entre esta região e as demais da Colônia, e vice-versa.

As capitâneas exportadoras, mais precisamente a agrícola e mineira, dependiam da produção bovina do sertão para manterem as unidades produtoras. Vale a pena ressaltar, que nessas regiões diretamente vinculadas ao mercado externo, os fatores de produção eram concentrados na obtenção do principal produto. Isso não se dava apenas por opção econômica dos habitantes, mas também pela força dos mecanismos institucionais que pretendiam favorecer a produção de determinados artigos exportados. Assim, é visível a interdependência regional.

"As Capitâneas e Povoações que só consistem na criação de gado, excedendo a multiplicação dos mesmos, no necessário para a sua subsistência, e não podendo dar dentro d'ellas mesmas consumo ao supellio (sic) procura as Capitâneas da Marinha, como mais povoadas, para ali os venderem, haverem as manufaturas, e mais generos da metrópole, os escravos de África também necessários para a cultura comestíveis do Paiz, e trato da mesma criação de gado". (20)

Como se observa na citação, além de a pecuária alimentar a população local, fornecer os gados necessários às

regiões exportadoras, mantinha ligação com o comércio impor-  
tador adquirindo produtos lusitanos e escravos da África. Por-  
tanto, colocava-se em prática um dos princípios básicos da  
política colonial: a colônia devia consumir produtos metropo-  
litanos. Sobressaiu-se a importância da pecuária, quando se  
constata seu papel no engajamento do sertão no contexto colo-  
nial.

Observe-se que, do ponto de vista econômico e  
demográfico, não havia razão da utilização da mão-de-obra es-  
crava no Piauí. Contudo, o escravo foi aí empregado tanto no  
plano mercantil da pecuária piauiense, quando abasteceu os  
principais centros brasileiros, como no setor de subsistência  
da fazenda, conforme será tratado posteriormente.

QUADRO 2

EXPORTAÇÃO DAS FAZENDAS DO FISCO - 1770 a 1789

ANO	INSPEÇÃO	BOIADAS	Nº DE RESES	DESPESAS	APURO LÍQUIDO
1770	CANINDÉ	3	920	600\$000	1.713\$240
	PIAUI	2	419	400\$000	529\$740
	NAZARÉ	2	552	400\$000	585\$560
	TOTAL	7	1.891	1.400\$000	2.828\$540
1771	CANINDÉ	3	943	600\$000	1.940\$720
	PIAUI	2	492	400\$000	827\$640
	NAZARÉ	2	617	400\$000	1.163\$200
	TOTAL	7	2.052	1.400\$000	3.931\$560
1772	CANINDÉ	3	791	600\$000	1.341\$700
	PIAUI	2	505	400\$000	928\$460
	NAZARÉ	1	326	200\$000	585\$560
	TOTAL	6	1.622	1.200\$000	2.855\$720

	TOTAL	6	1.622	1.200\$000	2.853\$720
1773	CANINDÉ	3	936	600\$000	2.291\$020
	PIAUI	2	504	400\$000	895\$720
	NAZARÉ	2	543	200\$000	1.041\$880
	TOTAL	7	1.983	1.400\$000	4.228\$620
1774	CANINDÉ	4	1.145	800\$000	2.307\$320
	PIAUI	2	547	400\$000	951\$340
	NAZARÉ	2	579	400\$000	844\$080
	TOTAL	8	2.269	1.600\$000	4.102\$740
1775	CANINDÉ	-	-	-	-
	PIAUI	-	-	-	-
	NAZARÉ	-	-	-	-
	TOTAL	-	-	-	-
1776	CANINDÉ	6	1.676	1.200\$000	3.800\$920
	PIAUI	2	511	400\$000	1.173\$920
	NAZARÉ	3	854	600\$000	1.754\$360
	TOTAL	11	3.141	2.200\$000	6.729\$200
1777	CANINDÉ	3	916	600\$000	2.177\$220
	PIAUI	2	437	400\$000	1.055\$220

	CANINDÉ	3	916	600\$000	2.177\$220
	PIAUÍ	2	437	400\$000	465\$840
	NAZARÉ	2	568	400\$000	1.294\$200
	TOTAL	7	1.921	1.400\$000	3.937\$260
1778	CANINDÉ	2	556	400\$000	1.383\$280
	PIAUÍ	2	497	400\$000	889\$120
	NAZARÉ	2	568	400\$000	1.005\$240
	TOTAL	6	1.621	1.200\$000	3.277\$640
1779	CANINDÉ	3	889	600\$000	2.672\$820
	PIAUÍ	-	-	-	-
	NAZARÉ	2	561	400\$000	1.647\$440
	TOTAL	5	1.450	1.000\$000	4.320\$260
1780	CANINDÉ	4	1.158	800\$000	2.539\$200
	PIAUÍ	2	569	400\$000	1.186\$280
	NAZARÉ	2	590	400\$000	1.258\$320
	TOTAL	8	2.317	1.600\$000	4.983\$800
1781	CANINDÉ	1	306	200\$000	790\$960
	PIAUÍ	1	302	200\$000	703\$040
	NAZARÉ	1	305	200\$000	646\$150
	TOTAL	3	1.013	600\$000	2.139\$150

1782	CANINDÉ	3	811	600\$000	2.949\$620
	PIAUI	2	536	400\$000	1.842\$620
	NAZARÉ	2	567	400\$000	1.916\$800
	TOTAL	7	1.914	1.400\$000	6:759\$040
1783	CANINDÉ	3	909	600\$000	2.424\$680
	PIAUI	2	562	400\$000	1.207\$120
	NAZARÉ	2	595	400\$000	1.183\$000
	TOTAL	7	2.066	1.400\$000	4.812\$800
1784	CANINDÉ	2	627	400\$000	1.685\$720
	PIAUI	1	272	200\$000	901\$360
	NAZARÉ	2	627	400\$000	1.817\$460
	TOTAL	5	1.526	1.000\$000	4.404\$540
ANO	INSPEÇÃO	BOIADAS	Nº DE RESES	DESPESAS	APURO LÍQUIDO
1785	CANINDÉ	1	206	200\$000	554\$800
	PIAUI	-	-	-	-
	NAZARÉ	1	237	200\$000	641\$200
	TOTAL	2	443	400\$000	1.195\$000

	PIAUI	4	971	800\$000	2.499\$720
	NAZARÉ	3	725	600\$000	1.475\$320
	TOTAL	13	3.256	2.600\$000	9.638\$580
1787	CANINDÉ	1	205	200\$000	420\$620
	PIAUI	-	-	-	-
	NAZARÉ	1	252	200\$000	546\$760
	TOTAL	2	457	400\$000	967\$380
1788	CANINDÉ	6	1.500	1.200\$000	2.940\$370
	PIAUI	3	752	600\$000	1.774\$170
	NAZARÉ	2	573	400\$000	773\$580
	TOTAL	11	2.765	2.200\$000	5.488\$120
1789	CANINDÉ	6	1.399	-	4.002\$000
	PIAUI	3	675	-	1.890\$000
	NAZARÉ	4	965	-	2.437\$500
	TOTAL	13	3.039	-	8.329\$500
	TOTAL GERAL	135	36.746	24.400\$000	83.734\$656

FONTE: Livro nº 10

Documento de 17.08.1789 - Livro 22 - p. 72v/74v.

OBSERVAÇÕES: 1 - A Inspeção do Canindé sempre exportava mais.

2 - Nos anos de 1781 e 1788 - O total referente ao nº de reses traz um resultado que não confere com a soma do correspondente.

Figura 3

Figura 4

Tanques cravados na rocha usados para curtume de couros. Utiliza-se a casca de angico, planta taninosa. Localizados em São Pedro, município de José de Freitas - Pi.

## NOTAS DO CAPÍTULO III

1. PITA. História da América Portuguesa. p. 180
2. Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauhhy; IN: Rev. Trimensal do Instituto Histórico, Tomo XLII, P.I. p. 79.
3. NUNES. Pesquisa para a História do Piauí. vol. I, p. 98.
4. BOXER. A Idade de ouro do Brasil. p. 67.
5. Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauhhy. op. cit. p. 94.
6. Diário da viagem de regresso para o Reino, de João da Maia da Gama, e da inspeção das Barras dos rios do Maranhão e das Capitánias do Norte, em 1728; IN: Um Herói Esquecido - F.A. Oliveira Martins. v. 2, p. 23
7. Ordem de Lisboa para a Junta da Fazenda Real do Maranhão, Lisboa, 18.05.1795, Livro 8, p. 111 (C.A.B.).
8. Carta ao Ten. Basilo Pimenta Correia - inspetor do Piauí, expedida pelo Governo Interino, em 21.03.1791, Livro 9, p. 33 e 34 (C.A.B.).
9. Documento de 19.06.1796, Livro 8, Registro de 1780/1799 (C.A.B.).
10. Documento da Junta do Maranhão a Miguel Antonio Gonçalo dos

Santos, em 14.09.1797, Livro 8 (C.A.B.).

11. Ofício de Lisboa dirigido à Junta da Fazenda Real, Livro 8, em 18.05.1795 (C.A.B.).
  12. Ofício de 23.11.1784 da Junta do Maranhão aos Senhores do Governo Interino da Capitania do Piauí. Livro 8, Registro 1780/1798 (C.A.B.).
  13. Renda do Piauí, in Cronologia Histórica do Piauí - Pereira Caldas, v. I, p. 88.
  14. Documento de 17.08.1798, Secretário do Estrangeiro e Marinha, livro 22, p. 71v - 72.
  15. Ofício de Antonio Sales e Noronha ao Governo Interino da Capitania do Piauí em 29.09.1783, Livro 8, Registro 1780 1779 (C.A.B.)
- Cartas expedidas do Governo Interino do Piauí, em 04.12. 1794, que circula a partir de 15.03.1795, Livro 9, p. 103 (C.A.B.).
- Ofício de 16.11.1799 - Livro 12, p. 124v - Correspondência para a Metrópole (C.A.B.).
- 15a. NUNES. Pesquisas para História do Piauí. vol.I. p. 134.
  16. Diário da viagem de regresso para o Reino, de João da Maia da Gama, e de inspeção das Barras dos rios do Maranhão e das Capitánias do Norte, em 1728; op. cit., p. 24.
  17. Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí; op. cit. p. 64.

18. NUNES. op. cit. p. 109.
- 18a. Idem. Idem. p. 134.
19. GORENDER. O Escravismo Colonial. p. 411.
20. Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauhhy; op.  
cit. p. 105.

CAPITULO IV

## FORMAÇÃO SOCIAL DO PIAUÍ SÉCULO XVIII

Ao estudar a sociedade do sertão nordestino, a historiografia brasileira define-a quase sempre como esdrúxula, por se apresentar fora dos padrões comuns da sociedade colonial brasileira. Em geral essa concepção tem por base indicadora a estrutura fundiária e as características próprias da atividade pastoril, incluindo-se seu caráter de subsistência e a mão-de-obra empregada nas fazendas.

Um dos elementos que influenciou decisivamente no aspecto social do sertão foi a não vinculação de sua base econômica com os mercados externos. Segundo a maioria dos historiadores, este fato evitou uma ação mais efetiva por parte de Portugal, contribuindo para um desenvolvimento social mais autônomo. Por outro lado, no interior nordestino, onde foram aplicados recursos próprios dos colonos, a renda obtida permaneceu na sua totalidade em mãos dos investidores.

De acordo ainda com a mesma tendência teórica, a Metrópole, na ocasião da penetração do gado, achava-se interessada em distanciar rebanhos das áreas da cana e na ocupação do interior. Diante disso, o sistema de doação de sesmarias teria beneficiado colonos de pequena posse social e economicamente menos favorecidos, popularizando a posse da terra. Mesmo nos imensos latifúndios que se formaram na região pastoril do sertão em consequência, principalmente, das sucessivas concessões feitas a determinadas pessoas ou grupos, vem sendo observada a existência de uma camada social intermediária com possibilidade de ascender econômica e socialmente.

É comum entre os historiadores que se referem

no setor da pecuária, destacar como característica relevante a mobilidade social permitida aos habitantes. Além dos mulatos, dos foragidos e colonos pobres de outras regiões que se tornaram grandes fazendeiros no sertão, apontam a figura do vaqueiro para exemplificação. Homem livre, misto de empregado, parceiro e sócio dos currais, na maioria dos casos, possuía apenas sua força de trabalho quando chegava a uma fazenda, passando o prazo mínimo de cinco anos de administração de um curral, poderia elevar sua condição social, por ter se tornado proprietário de gado.

Outro aspecto bastante enfatizado por essa corrente historiográfica é o caráter da força de trabalho nas fazendas de criar. Se por um lado, a baixa renda da pecuária não permitiria a compra de escravos, por outro, a fiscalização das atividades destes seria impossível no pastoreio do gado. Desta forma, os reduzidos elementos requeridos nas unidades produtoras, seriam recrutados entre os habitantes livres da região e na grande maioria entre os nativos, que se adaptariam de forma excelente aos trabalhos dos currais.

Todos esses elementos, e mais o isolamento em que vivia a população interiorana, motivado não apenas pela distância dos principais centros e postos da colônia, mas também, pelo próprio caráter de subsistência da pecuária, teriam contribuído no sentido de fazer surgir uma sociedade mais democrática.

O estudo da sociedade do Piauí colônia permite ampliar o conhecimento sobre essa parcela do quadro social brasileiro, tendo em vista que se desenvolveu em terras longínquas do sertão nordestino e dentro dos padrões impostos pela pecuária colonial.

Embora tivesse a sociedade do Piauí apresentado

características peculiares bastante marcantes, estas não foram suficientemente dominantes a ponto de torná-la exótica no contexto brasileiro em geral. Na formação social piauiense na fase colonial foram conservadas muitas das características apontadas como fundamentais no modelo social brasileiro do mesmo período.

Por outro lado, muitos dos adjetivos imputados a sociedade pecuarista, via de regra, não se aplicam ao caso piauiense. Com relação ao caráter democrático, basta que se tome os julgamentos e opiniões contemporâneos para questioná-lo. Mesmo aqueles que qualificaram a sociedade piauiense como diferente das européias e até das americanas, denunciam o espírito aristocrático da população quando afirmam que todos desde o mais humilde ao senhor de fazenda ou roça, julgavam-se nobres e fidalgos, com direito à prática de crime quando contrariados.

O corpo social do Piauí formou-se de elementos vindos de outras regiões, sendo que alguns eram já proprietários de gado, de terra e escravo em suas localidades de origem, enquanto que outros nada possuíam além da liberdade pessoal e, ainda, havia aqueles que nem isso possuíam. Todos, indiscriminadamente, penetraram no sertão com o objetivo de formar e ampliar seu próprio patrimônio. Para tanto, os mais variados recursos, legais ou não, foram utilizados.

De acordo com as fontes históricas, durante o século XVII e XVIII, distinguiu-se a sociedade piauiense por seu aspecto violento. É evidente que a agressividade da população resultou do processo colonizador. Na primeira fase, quando se iniciou o povoamento da região, foi exigido dos conquistadores, não só o espírito aventureiro mas a coragem e a audácia suficientes para dominar a natureza hostil, afugentar o índio bravo e relutante e abastecer a gaderia aos novos

pastos. A própria luta pela sobrevivência e garantia da terra conquistada teve caráter violento.

Nem bem estava encerrado o devassamento, já os moradores do Piauí enfrentavam outro tipo de batalha. A luta não mais se limitava aos combates contra os nativos, tinha agora como alvo os senhores das terras que concentravam grande extensão delas. Residentes no Piauí ou em ricos palacetes nas outras capitâneas, esses latifundiários procuravam ampliar seus domínios dificultando a distribuição de terras entre os demais habitantes. Com o intuito de aumentar a renda de suas propriedades, os grandes senhores exigiam dos seus moradores pagamentos pela exploração da terra, muitas vezes superior às possibilidades dos arrendatários. O nível da agressividade do conflito chegou a tal ponto que João da Maia Gama confessou ao rei de Portugal:

"tendo eu corrido todos os domínios de V. Mag<sup>de</sup>. em Portugal India e Brasil me parecesse que não achei em parte alguma a honde os vacallos de V. Mag<sup>de</sup>. experimentassem de outro vassallo mais violencias, nem matéria mais digna da real atenção de V. Mag<sup>de</sup>." (1)

O caráter violento da sociedade piauiense pode ser constatado nos documentos relativos aos séculos XVII e XVIII. Um dos contemporâneos mais preocupados foi Antonio de Moraes Durão, inteligente observador social do Piauí. Para ele, o principal responsável era o fato de que os moradores,

"desde meninos se habitua a matar e ver matar com frequência toda casta de ani

mais, perdem insensivelmente a compaixão e praticam ao depois sem dificuldade, com os indivíduos da sua mesma espécie, o mesmo que sempre costumaram com os das mais" \*.

Para outro ouvidor geral do Piauí, José de Barros Coelho o estado de ignorância em que vivia a população em geral era o principal agravante. Deste modo, solicitou o envio de missionários de vida exemplar, de sorte que maiores atenções fossem dadas à educação das crianças, procurando difundir os princípios da doutrina católica. (2)

Além desses fatores acusados por aqueles que viveram o momento, é provável que a instalação do poder constituído efetivada um século após o início do povoamento, fosse uma forma de evitar a vigência da lei do mais forte. \*\* Nas fazendas vivia um determinado número de pessoas sem maiores comunicações com os demais núcleos produtores. O que se chama de isolamento das fazendas pode ter gerado o individualismo nos habitantes, tendo em vista que na fazenda se desenvolviam, via de regra as atividades básicas necessárias ao auto-consumo.

---

\* DURÃO, A. J.M. Descrição da Capitania de São José do Piauí - 1772, in MOTT, L.R.B. Descrição da Capitania de São José do Piauí - 1772. Revista de História nº 112 p. 565.

\*\* De acordo com a documentação, o Piauí não apresentava as condições mínimas para a criação da Capitania 1718. Daí porque só em 1759, foi instalada a máquina administrativa com a posse do primeiro Governador.

O rápido e desordenado crescimento populacional pode ser apontado como agravante estado de insegurança da sociedade. Observando-se as informações contidas no quadro a seguir, verifica-se que a população do Piauí cresceu nos sessenta e cinco primeiros anos à razão de 188,4 habitantes por ano. Esse número só se torna significativo porque na época do primeiro censo havia apenas 434 moradores nas fazendas. Acredita-se que grande parte desses novos habitantes não resultou do crescimento natural da população, tendo em vista que em 1697 existiam apenas trinta e duas mulheres. Daí em diante, o aumento anual foi cada vez mais se intensificando, de maneira que, em pouco mais de um século de povoamento, a população do Piauí se multiplicou quase 119 vezes. O mais alto índice ocorreu nos cinco anos entre 1772 e 1777 quando 6.900 novos habitantes são multiplicados, correspondendo a um crescimento de 1380,6 por ano.

## QUADRO 3

## EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DO PIAUÍ - 1697 a 1797

PERÍODO	Nº DE ANOS	POPULAÇÃO NOS LIMITES DO PERÍODO	AUMENTO POPULACIONAL	MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO
1697/1762	65	434 - 12.684	12.250	188,4
1762/1772	10	12.684 - 19.191	6.507	650,7
1772/1777	5	19.191 - 26.094	6.903	1.380,6
1777/1797	20	26.094 - 51.203	25.103	1.255,4
1697/1797	100	434 - 51.203	50.769	507,6

FONTES: CARVALHO, Pe. Miguel. Descrição do sertão do Piauí Remetida ao Illm<sup>o</sup> e Rm<sup>o</sup> Sor. Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco, in: FERNES, Ernesto. As Guerras dos Palmares - subsídios para a sua História. 1º volume, série 5ª, v. 127, 1938.

Resumo de todas as pessoas Livres e Cativas. Fogos e Fazendas da cidade, villas e sertões da Capitania de São José do Piauí. João Pereira Caldas. Arquivo Histórico Nacional, Lata 267, Maio 2, Pasta 1, 1760.

DURÃO, A.J.M. Descrição da Capitania de São José do Piauí - 1772, in: MOTT, L.R.B. Descrição da Capitania de São José do Piauí - 1772. São Paulo, Revista de História nº 112, 1977.

MOTT, L.R.B. Estrutura Demográfica das fazendas de gado do Piauí-Colonial: um caso de povoamento rural centrífugo. São Paulo, Ciência e Cultura, 30(10), out. 1978.

De acordo com os dados censitários disponíveis, esse aumento demográfico nas fazendas do Piauí durante o século XVIII não é proveniente da incorporação de indígenas. Conforme análise feita mas adiante, o número de índios foi sempre inexpressivo nas unidades pecuaristas, embora ainda existissem tribos em seu estado natural residindo na Capitania.

Os documentos consultados que dizem respeito ao período, fazem alusão às muitas penetrações de colonos no Piauí durante o século XVIII. Dessa forma, pode-se inferir que foram essas as responsáveis pela evolução do quadro demográfico. Conquanto a Metrópole, embora interessada na rápida ocupação da área, não patrocinou expressiva corrente migratória para o Piauí, que graças às suas características climáticas e econômicas, os estrangeiros, com destino ao Brasil, não procuraram se fixar no local. Assim, a grande maioria dos 507,6 novos habitantes que anualmente engrossavam a população do Piauí nos 100 anos que separaram 1697 de 1797, provavelmente, chegavam das capitâneas vizinhas principalmente da mineira e das açucareiras.

Como foi mencionado anteriormente, os colonos habitantes do Piauí sentiam-se atraídos pela estabilidade econômica que oferecia a pecuária. Mesmo nos anos em que foram constantes as queixas relativas à queda do preço do gado no mercado colonial, o fluxo migratório não diminuiu. A década de 70 serve de ilustração. Vivia a economia piauiense momentos difíceis, e no entanto foi nesse período que se deu, com maior intensidade, o aumento da população.

Paralelamente ao crescimento populacional, verificou-se a expansão das fazendas de criar. Entre 1674 e 1772 surgiram, no Piauí, 548 novas fazendas, correspondendo, nestes 99 anos, à instalação em média de 5,51 novas unidades por ano. De acordo com o quadro logo a seguir, o maior índice de edificações ocorreu nas três primeiras décadas do século XVIII, à razão anual de 8,21.

## QUADRO 4

## EVOLUÇÃO DAS FAZENDAS DE GADO NO PIAUÍ - 1674/1797

PERÍODO	Nº DE ANOS	QUANT. DE FAZENDAS NOS LIMITES DO PERÍODO	DIFERENÇA NO Nº DE FAZENDAS	MÉDIA ANUAL DE EXPANSÃO DAS FAZENDAS
1674/1697	23	30 - 129	99	4,30
1697/1730	33	129 - 400	271	8,21
1730/1762	32	400 - 236	136	4,25
1762/1772	10	536 - 578	42	4,2

FONTE: MOTT, Estrutura Demográfica das Fazendas de Gado do Piauí - Colônia: um caso de Povoamento Rural Centrífugo - SP. Ciência e Cultura, vol. 30(10) outubro de 1978.

CARVALHO, Pe. Miguel. Dezcrição do Certão do Peauhy Remetida ao Illmº e Rmº Sor. Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco, in ENNES, Ernesto. As Guerras nos Palmares - subsídios para a sua História. 1º volume, série 5ª, vol. 127, 1938.

João Pereira Caldas. resumo de todas as pessoas livres e cativas. Fogos e Fazendas da cidade ... Arquivo Nacional, Lata 267, Maço - 2, Pasta - 1, 1762.

DURÃO, A.J.M. Descrição da Capitania de São José do Piauí-1772, in: MOTT, L.R.B. Descrição da Capitania de São José do Piauí - 1772. São Paulo, Revista de História nº 112, 1977.

Embora o aumento quantitativo de fazendas tenha sido bastante significativo levando-se em conta que em 1674

só existiam 30 delas, o crescimento da população foi mais elevado. Em 1697 a média de habitantes por propriedade era de 3,3 aproximadamente e em 1762 essa taxa havia subido para 23,6.

Considere-se que as atividades nas unidades produtoras permaneceram basicamente as mesmas durante o século XVIII, pois nem mesmo a agricultura foi desenvolvida. Conclui-se então, que o índice de marginalização sócio-econômica foi bastante alto e com tendência a crescer em face das constantes fixações de novos elementos. Vale a pena ressaltar que o principal motivo da expansão dos currais foi o crescimento do rebanho somado à necessidade de serem ocupadas as terras conquistadas. Portanto, não havia grandes necessidades de ampliar em tamanha proporção o quadro de empregados.

Durante os dois primeiros séculos da história do Piauí, verificou-se uma concentração muito grande da população no setor rural. As palavras de Sérgio Buarque identificando as origens do Brasil, adaptam-se perfeitamente ao caso piauiense.

"Toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos. É efetivamente nas propriedades rústicas que toda a vida da colônia se concentra durante os séculos iniciais da ocupação européia". (3)

Até o ano de 1762, por conseguinte um século depois de iniciada a ocupação do Piauí, não existia vida urbana na capitania. A única vila que havia sido criada, e, a bem da verdade em condições precárias, era a da Mocha. Em 1717, ocasião de sua instalação, cinco anos depois de ter sido criada

da, teve o governador do Maranhão que enviar muitas famílias para habitá-la. Pouco tempo depois 300 degredados portugueses, também foram enviados a fim de promover o desenvolvimento de sua população. (4) Entretanto, quase inexpressivo foi o avanço nesse sentido. Quando de sua elevação à condição de cidade e capital da Capitania em 1762, a então Oeiras contava com 270 casas, incluindo-se entre essas, as edificadas a um raio de uma légua. Residiam então na localidade 1.200 pessoas, sendo que apenas 655 eram livres.

O caráter ruralista da sociedade piauiense predominou durante os anos setecentistas vez que os moradores achavam-se dispersos pelos latifúndios, sem núcleo demográfico de grande importância. Esse quadro, além de favorecer a consolidação do poderio dos grandes senhores, dificultava a administração da justiça e arrecadação dos impostos. Tornando-se então necessária a centralização do poder político-administrativo e a formação de centros urbanos.

Esses dois acontecimentos ocorreram no início da década de 60 do século XVIII. Note-se que nessa época toda a política metropolitana dirigia-se no sentido de melhorar a economia portuguesa e fortalecer o regime colonial que vinha sofrendo ameaças. Entende-se assim o porquê das providências de Portugal com relação ao Piauí e as palavras do Rei:

"tendo consideração ao muito que convém ao serviço de Deus, e meu, e ao bem comum de meus vassallos dessa capitania, que nela floresça, e seja bem administrada a justiça, sem a qual não há Estado que possa subsistir; e atendendo a que a necessária observância das leis não pôde até agora conseguir, para da

mesma capitania, vivendo os seus habi-  
tantes em grande distância uns dos ou-  
tros, sem comunicação, como inimigos  
da sociedade civil, e do comércio huma-  
no".(5)

Os primeiros centros urbanos do Piauí não surgi-  
ram espontaneamente. Foram criados e instalados através de  
determinações vindas de Lisboa e até mesmo quanto à localiza-  
ção tiveram as autoridades que interferir. Com relação aos  
futuros habitantes dessas vilas, o governo enfrentou dificul-  
dades bastante sérias. A população em geral não se sentiu a-  
traída pelos privilégios e concessões oferecidas às pessoas  
que se instalassem nas vilas. Poucos, ainda, foram aqueles  
que se comprometeram construir casas nas sedes: em Jerumenha,  
15 pessoas; Campo Maior, 45; em Marvão, o número foi 23; em  
Parnaíba, Valença e Parnaíba, foram respectivamente 10, 45 e  
59 o número de pessoas que prometeram edificar suas residênci-  
as. (5) Convém ressaltar que nem todas as promessas foram  
cumpridas.

No início dos anos 70 do século XVIII, as vilas  
ainda não haviam apresentado progresso algum. Verifica-se que  
o número de fogos, entendidos aqui por casas, até mesmo decli-  
nou em algumas delas. Veja-se os quadros referentes aos anos  
de 1762 e 1772:

## DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR FREGUESIA, ZONAS URBANA E RURAL, PIAUÍ - 1762

FREGUESIA	POPULAÇÃO URBANA		POPULAÇÃO RURAL		TOTAL
	Absoluta	Porcentagem	Absoluta	Porcentagem	
Oeiras	1.120	26,01	3.186	73,99	4.306
Valença	156	10,51	1.329	89,49	1.485
Marvão	65	6,14	994	93,86	1.059
Campo Maior	162	8,68	1.705	91,32	1.867
Piracuruca	19	0,80	2.349	99,20	2.368
Jerumenha	99	14,20	598	85,80	687
Parnaguá	97	10,75	805	89,25	902
<b>T O T A L</b>	<b>1.718</b>	<b>13,54</b>	<b>10.966</b>	<b>85,46</b>	<b>12.684</b>

FOH'E: Resumo de todas as pessoas livres e cativas, fogos e fazendas da cidade, vilas da capitania São José do Piauí. JOÃO PEPETPA CALDAS (1762) Lata 267 - Maço 2 - Pasta 1. Arquivo Nacional.

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR DISTRITO, ZONAS URBANA E RURAL DO PIAUÍ - 1772

DISTRITO	POPULAÇÃO URBANA		POPULAÇÃO RURAL		TOTAL
	Absoluta	Porcentagem	Absoluta	Porcentagem	
Oeiras	1.252	21,96	4.448	78,03	5.700
Parnaguá	191	7,85	2.242	92,14	2.433
Jerumenha	81	5,29	1.450	94,70	1.531
Valença	407	16,04	2.129	83,95	2.536
Marvão	93	7,01	1.233	92,98	1.326
Campo Maior	363	12,21	2.608	87,78	2.971
Parnaíba	337	12,50	2.357	87,49	2.694
<b>T O T A L</b>	<b>2.724</b>	<b>14,20</b>	<b>16.467</b>	<b>85,80</b>	<b>19.191</b>

FORTE: Descrição da Capitania de São José do Piauí - 1772. Antonio Maria de Moraes Durão. in: MOTT - Descrição da Capitania de São José do Piauí - 1772. Revista de História nº 112, São Paulo, 1977.

Oeiras, por exemplo, capital da Capitania em dezembro de 1772, no perímetro urbano, compreendendo o centro da Vila e mais uma área de uma légua correspondendo ao subúrbio, tinha 296 fogos sendo que apenas 157 deles ficavam no centro. Outro caso interessante é o de Parnaguá, que ao findar o ano de 1772, na vila e subúrbio havia 31 fogos sendo 29 no centro.

No entanto, é Jerumenha que melhor ilustra a situação das vilas no Piauí. Em todo o distrito - zona urbana e rural - havia 253 casas, sendo que apenas 5 delas ficavam na sede e 18 nos arredores da vila.

Ao descrever a capitania do Piauí, Durão, reportando-se às vilas e à cidade de Oeiras, informa que nas mesmas não havia oficinas, igrejas, mercado, cadeias nem qualquer outro tipo de serviço. Sobre a capital e maior de todas, diz:

"Não tem relógio, Casas de Câmara, cadeia, açougue, ferreiro ou outra alguma oficina pública. Servem da Câmara umas casas térreas de barro e sobre que corre litígio. A cadeia é cousa indigníssima sendo necessário estarem os presos em troncos e ferros, para segurança. A casa do açougue é alugada, e demais coisa nenhuma. As casas da cidade todas são térreas até o próprio palácio do governo. Tem uma rua inteira, outra de uma só face, e metade de outra. Tudo o mais são nomes supostos; o de cidade verdadeiramente só goza o nome".

\* DURÃO, A. J. M. Descrição da Capitania de São José do Piauí - 1772, in:

Em termos demográficos, a zona rural apresenta-se mais significativa. Em 1762, quando foram instaladas as sete primeiras vilas, 86,46% do total da população residia na zona rural. Em 1772 o índice é de 85,8 dos 19.191 habitantes da Capitania.

A alteração, isto é, a queda de 0,66% não significa propriamente uma tendência dos moradores de se fixarem no setor urbano. O que pode ter contribuído nesse sentido foi o desenvolvimento de Parnaíba. Com uma população correspondendo a 19 pessoas, 0,8% dos habitantes da freguesia, no início da década de 60, dez anos depois, ampliou para 337 o número de seus moradores.

Pertencente à freguesia de Piracuruca, Parnaíba foi sempre a sede do distrito, tanto que João Pereira Caldas identifica como moradores do setor urbano, aqueles residentes na localidade. Em 1772, em função do fabrico das carnes secas e couramas, segundo Durão, aumentou consideravelmente sua população. Não se pode, entretanto, afirmar que houve um deslocamento de pessoas da própria capitania para aquela localidade. É provável que os novos habitantes tenham vindo de outras regiões, já que além da indústria da carne, se desenvolvia na vila o comércio de importação e exportação. Mesmo assim, ainda se observa um fato interessante relativo a Parnaíba. Se, em 1762, 100% de sua população era urbana, em 1772 somente 12,5% residiam no centro e subúrbios. Dos 2.694 habitantes, 2.357 moravam na zona rural em 1772.

---

MOIT, L.R.B. Descrição da Capitania de São José do Piauí - 1772. São Paulo, Revista de História nº 112, 1977, p. 554.

Em função do caráter ruralista da sociedade piauiense, grande parte dos estabelecimentos residenciais ficavam nas fazendas. Em 1762, a percentagem de fogos existentes na zona rural era de 79,62% do total de 1.983. Retirando-se os 58 das aldeias indígenas instaladas em Oeiras nas 536 fazendas do Piauí ficavam 1.521 o que correspondia à média 2,83 fogos em cada fazenda. Na zona urbana havia 404 fogos.

## QUADRO 7

## CAPITANIA DO PIAUÍ - NÚMERO DE FOGOS POR FAZENDA - 1762

FREGUESIA	Nº DE FOGOS	Nº DE FAZENDAS	FOGOS/FAZENDAS
Oeiras	324	169	1.9
Valença	266	52	5.1
Marvão	176	39	4.5
Campo Maior	276	86	3.2
Piracuruca	330	84	3.9
Jerumenha	77	51	1.5
Parnaguá	130	55	2.4
<b>T O T A L</b>	<b>1.579</b>	<b>536</b>	<b>2.9</b>

FORTE: JOÃO PEREIRA CALDAS (1762) Lata 267 - Maço 2 - Pasta 1. Arquivo Nacional - Resumo de todas as pessoas livres e cativas, fogos e fazendas da cidade, vilas da Capitania de São José do Piauí.

No início da década de 70 do século XVIII, 80,94% dos 3.034 fogos situavam-se na zona rural piauiense. Cada uni

dade rural tinha em média 3,09 fogos, isto porque eram 794 unidades produtoras compreendendo 568 fazendas e 226 sítios. Na zona urbana havia 126 sítios e 11 fazendas.

## QUADRO 8

## CAPITANIA DO PIAUÍ - NÚMEROS DE FOGOS, FAZENDAS E SÍTIOS-1772

DISTRITO	Nº FOGOS	FOGOS		Nº FAZENDAS	Nº SÍTIOS
		URBANA	RURAL		
Oeiras	1.002	299	733	182	103
Parnaguá	329	31	298	60	11
Jerumenha	253	23	230	69	46
Valença	369	67	302	58	46
Marvão	190	24	166	39	50
Campo Maior	447	86	361	91	49
Parnaíba	444	78	366	79	47
<b>T O T A L</b>	<b>3.034</b>	<b>578</b>	<b>2.456</b>	<b>579</b>	<b>352</b>

FONTE: DURÃO, A.J.M. Descrição da Capitania de São José do Piauí - 1772.  
 in MOTT. Descrição da Capitania de São José do Piauí - 1772.  
 Separata da Revista de História nº 112 - São Paulo, 1977.

Nas vilas e cidades, provavelmente, residiam apenas funcionários públicos, civis e militares, pequenos comerciantes, o pároco e alguns marginalizados, fora os escravos. Mas, de maneira geral, os moradores do Piauí dedicavam-se exclusivamente à pecuária bovina, caprina, suína, ovina e equina. Escreveu assim o Ouvidor da Capitania em 1772.

"cuidam muito habitantes deste país em fugir da sociedade vivendo nos matos e brenhas, onde se figuram mais livres e donde vem a falta de instrução que padecem, e o respirar tudo a bárbaro e feroz. Verdade esta bem indicada pelos muitos e graves crimes que cometem principalmente de morte e resistencias". \*

A história do Piauí, neste período, é rica em acontecimentos que demonstram a reação dos fazendeiros à autoridade imposta, fosse ela política ou religiosa. Como exemplo, cita-se a destruição da primeira Capela, edificada em louvor a N. S. da Vitória, próxima à Ilócha. Contudo é provável que esse comportamento rebelde caracterizado também, na ocasião da instalação da máquina administrativa fosse um mecanismo de proteção à ordem vigente ou resultasse das exigências da pecuária.

A composição étnica da população piauiense é característica relevante no estudo da formação social do Piauí. Em geral os autores quando se referem ao assunto, afirmam que o pessoal empregado nas fazendas era na sua maioria índio e mestiço. Entretanto, observa-se que só posteriormente estes últimos vêm corresponder à maior parcela da população. \*\* Nos dados populacionais fornecidos por Pe. Miguel de Carvalho, referentes aos anos finais do século XVII, os mestiços são apenas nas oitavas, incluindo-se crianças, principalmente do sexo feminino, cafusos e mamelucos, conforme quadro seguinte.

\* DURÃO, A. J. B. Doc. cit. p. 555

\*\* Veja fig. nº 6 no final do capítulo como ilustração do tipo mestiço piauiense.

## QUADRO 9

## POPULAÇÃO DO PIAUÍ NO FINAL DO SÉCULO XVII, POR GRUPOS ÉTNICOS

GRUPO ÉTNICO	POPULAÇÃO	
	ABSOLUTA	PORCENTAGEM
Branco	154	35,48
Negro	208	47,93
Índio	64	14,75
Mestiço	8	1,84
<b>T O T A L</b>	<b>434</b>	<b>100,00</b>

FONTE: CARVALHO, Pe. Miguel de. Descrição do Certão do Peauhy Retida da ao Illmo e Rmo S<sup>or</sup>. Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco<sup>co</sup>, in: ENNES, E. As Guerras nos Palmares: subsídios para a sua História. 1<sup>o</sup> volume, série 5<sup>a</sup>, v. 127, 1938, p. 370 a 389.

Com relação aos índios, embora existissem ainda no território do Piauí, muitas tribos vivendo em seu estado natural, nas fazendas e sítios apenas 14% dos habitantes eram nativos, lideravam, portanto, brancos e negros. Os primeiros totalizavam 154, isto é, 35,48%, enquanto que os pretos respondiam à maior parcela, equivalente a 47,93% do total da população.

No início da década de 60 do século XVIII de acordo com o levantamento feito pelo governador Pereira Caldas a população indígena em processo de aculturação, limitava-se a 691 residentes nas aldeias de Jaicós e São José de Sende, distrito de Oeiras.

Referindo-se à camada livre da população, diz

o primeiro governador do Piauí que os pretos eram em menor número nessa categoria social, embora superassem os brancos. O grupo maior era formado por mulatos. (7)

Em 1772 a população achava-se distribuída da seguinte maneira, segundo a tonalidade da pele.

## QUADRO 10

## DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DO PIAUÍ DE ACORDO COM A COR DA PELE DOS HABITANTES - 1772

POPULAÇÃO	S E X O	
	MASCULINO	FEMININO
Branços	1.885	1.320
Mulatos	2.150	1.900
Mestiços	1.554	1.554
Vermelhos	556	575
Mamelucos	668	686
Pretos	3.856	2.487
<b>T O T A L</b>	<b>10.669</b>	<b>8.522</b>

FONTE: DURÃO, A. J. N. Descrição da Capitania de São José do Piauí - 1772, in: MOTT, Descrição da Capitania de São José do Piauí - 1772 - São Paulo, Separata da Revista de História nº 112, 1977.

Observa-se assim o declínio da participação do índio no cômputo geral da população, pois nos dois censamentos do século XVIII corresponde a um pouco mais de 5,0%. Declinava também a quantidade de elemento de cor branca passando no início dos anos 70 a compreender 16,7% do total de habitantes. O mesmo fenômeno verifica-se com relação aos pretos que setenta e cinco anos antes eram quase metade da popu

lação e agora perfaziam 35% do total. De acordo com as informações de 1697, 1762 e 1772, durante o século XVIII foram os mestiços que apresentaram maior aumento, pois a taxa de 1,84% foi alterada para 44,35%.

Esses dados explicam até certo ponto, o peculiar relacionamento racial mantido entre os elementos livres da população piauiense, durante o século XVIII. Segundo João Pereira Caldas, em carta dirigida ao ministro do ultramar, em outubro de 1762,

"nesse sertão, por costume antigüíssima, a mesma estimação tem brancos, mulatos e pretos, e todos, uns e outros, se tratam com recíproca igualdade, sendo rara a pessoa que se separa deste ridículo sistema, porque se seguirem o contrário expõem as suas vidas". (8)

Ao que parece, na sociedade do Piauí até o final dos anos setecentos, a tonalidade da pele dos habitantes não tinha estreita relação com o nível social, como acontecia em geral nas demais regiões brasileiras. O negro tanto podia ser escravo como fazendeiro. É provável que somente os índios não desfrutassem dessa característica geral.

Durante os séculos XVII e principalmente no século XVIII a estrutura social do Piauí comportava dois grandes grupos: um formado por pessoas livres e outro por escravos. Entre os primeiros, encontravam-se os fazendeiros, os vaqueiros, posseiros, os agregados e sitiantes. Quanto ao segundo, o qual será tratado posteriormente, era composto de índios, negros e mestiços submetidos ao regime jurídico-social da escravidão.

Na sociedade piauiense, sobressai-se o grupo constituído pelos fazendeiros, pessoas proprietárias de gado, terra e escravos. Embora correspondessem à menor parcela social os fazendeiros eram de maior expressão política, social e econômica.

Como foi visto em capítulo deste trabalho relativo à colonização do Piauí, já no século XVII, verificou-se uma grande concentração de terra em poder de poucos, apesar da grande quantidade de pessoas empenhadas na conquista do território.

Durante o século XVIII, embora não se possa precisar a quantidade de donos de fazendas, observa-se que houve uma expansão de grupo social composto pelos fazendeiros. Além do fracionamento das propriedades motivado pela venda e herança, nesta fase prosseguiu o devassamento permitindo a incorporação de novas áreas territoriais. Somente pelo governador do Pará foram concedidas 309 novas sesmarias, conforme o Índice de Sesmarias do Piauí. (9)

Convém ressaltar que nem todas essas doações foram feitas a novos proprietários. Da mesma forma não se pode afirmar que 536 fazendas declaradas por João Pereira Caldas, como também 579 fazendas e 352 sítios identificados por Dução, correspondiam a idêntico número de proprietários.

Aspecto interessante a ser observado no grupo social dos fazendeiros diz respeito a sua atividade econômica no final do século XVII e por algum tempo do seguinte, dono de fazenda era também conquistador de terras e apresador de índios.

Não se pretende afirmar que o senhor pessoalmente cuidasse da administração de seu patrimônio, de sua ampliação e se dedicasse ao mesmo tempo, ao tráfico de escravos in

dígenas. Principalmente nos primeiros momentos da colonização, eram os proprietários absenteístas que viviam das rendas oriundas dos currais e do arrendamento da terra, cuja administração ficava a cargo do vaqueiro. Residentes em outras capitâneas, esses sesmeiros patrocinavam a organização de expedições cuja finalidade era a conquista de novas terras e o aprisionamento do indígena que seria comercializado.

Esse quadro, durante o século XVIII, sofreu modificações, tendo em vista uma série de circunstâncias. Em primeiro lugar porque depois de longo período de acirrados combates, as tribos indígenas ou foram exterminadas ou expulsas para regiões mais interioranas. Por outro lado tem início a campanha contra a escravidão dos nativos. Observa-se também que passada a primeira fase do povoamento, maior número de conquistadores tinham por meta edificar suas fazendas onde passavam a residir, administrando mais de perto seus bens. Contudo, em 1772, existiam ainda 107 fazendas pertencentes a pessoas que residiam fora do Piauí. O que significa dizer no mínimo 18,48% das fazendas continuavam sendo exploradas de conformidade com absenteísmo. No entanto não se pode afirmar que cada uma destas fazendas pertencia a um único dono. Sabese apenas que seus proprietários residiam em Portugal, Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão."

A pecuária principal atividade econômica do Piauí, como foi visto anteriormente, concorreu para que o povoa

---

\* DURÃO, A. J.M. Descrição da Capitania de São José do Piauí - 1772, in MOTT, L.R.B. Descrição da Capitania de São José do Piauí - 1772. São Paulo, Revista de História nº 112, 1977, Mapa Geral da Capitania do Piauí nº 1, p. 567.

mento e estrutura produtiva locais apresentassem singularidades, cujos reflexos podem ser identificados na organização social. Uma delas diz respeito ao grupo formado pelos sítiantes: pessoas livres, geralmente proprietários de gado e escravos que por não possuírem título de posse fundiária arrendavam aos latifundiários, lotes, conhecidos como sítios. Convém ressaltar que nessas propriedades haviam também sítios pertencentes ao dono das terras, de modo que nem todos esses eram áreas arrendadas. (Veja fig. nº 5 no final do capítulo)

A coexistência de sítios e fazendas no Piauí tem início no século XVII. Segundo Pe. Miguel de Carvalho, Domingos Afonso Sertão e Leonor Pereira Marinho além de ocuparem suas terras com gados seus,

"as mais arrendão a q.<sup>m</sup> lhe quer meter gados pagandolhe 10rs de foro por cada çitio, e desta sorte estão entruduzidos donatarios das terras sendo só sizmeiros p.<sup>a</sup> as povoarem com gados seuz."\*

Quando enumera as 129 unidades produtoras, descrevendo sua localização geográfica e seus moradores, o referido padre identifica nove sítios. Um deles o sítio de Catharina, arrendado por Antonio Gomez que mora no local com três negros, pertence ao fazendeiro André Gomez da Costa, também residente no Piauí. Em 1772, o percentual de sítios entre as

\* CARVALHO, Pe. Miguel de. Descrição do Ceará do Peauhy Remetida ao Illm<sup>o</sup> Rem<sup>o</sup> Sr<sup>o</sup> Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco<sup>co</sup>, in: ENNES, E. As Guerras nos Palmares: subsídios para a sua História. 1<sup>o</sup> volume, Brasília, série 5<sup>a</sup>, v. 127, 1938, p. 370.

unidades de produção rural era de 28,4% pois haviam 568 fazendas e 226 sítios situados nesse setor da Capitania.\* Nos sítios, além da criação de gado, praticava-se o cultivo da mandioca; batata, arroz, milho, feijão e frutas, principalmente, banana.\*\* O excedente da produção, tanto agrícola como pecuarista destinava-se às fazendas e vilas da Capitania, podendo ser remetido algum gado para outras capitânicas.

Conforme Maria Isaura Pereira de Queiroz, essa camada social, que ela denomina sítiantes tradicionais, dividia-se em independentes e subordinados aos fazendeiros. O segundo grupo fazia parte da clientela dos grandes senhores.

"Foram estes seus protetores, padrinhos de seus filhos, seus banqueiros, seus advogados, seus chefes políticos, isto é, seus elementos de ligação com a sociedade global, fatores de sua integração nesta".

(10)

É provável que a generalização feita por Maria Isaura se adapte ao quadro piauiense. Entretanto, não se pode afirmar se havia sítiantes autônomos no Piauí. Fica difícil aquilatar, mesmo na sociedade escravista, a importância econômica, social e política das pessoas que possuíam apenas gado e escravos. Isto porque se sabe que na sociedade colonial a camada privilegiada era a dos grandes proprietários rurais.

Entretanto, durante o século XVIII, quando a lu

---

\* DURÃO. op. cit. p. 567.

\*\* CARVALHO. op. cit. p. 379.

ta pela posse da terra se caracterizou pelo conflito entre posseiros e sesmeiros, o grupo social que não detinha a posse da terra contou com o apoio dos sitiantes. A adesão pode ser interpretada como alternativa na aquisição de propriedade já que objetivavam distribuição mais justa da terra. O que leva a crer que além de buscarem ascensão social e econômica, procuravam os sitiantes fugir da exploração dos grandes senhores

Em meio aos componentes dessa camada social intermediária entre os fazendeiros e os escravos, destaca-se o vaqueiro, figura simbólica da região pastoril, tanto no folclore local como na historiografia. Por um lado, representa toda a sociedade pecuarista, por ser o elemento diretamente envolvido com o gado. Por outro, o tipo de vida que levava, montado a cavalo solto pelos campos, administrando um patrimônio longe da fiscalização do patrão, serviu como indicador da liberdade existente nas sociedades do interior pastoril.

Embora existissem escravos vaqueiros (em 1697 foram identificados quatro), via de regra, as pessoas encarregadas de olhar o rebanho e administrar as fazendas e sítios, eram livres. Na grande maioria, os vaqueiros não possuíam terra, nem gado e nem escravos, principalmente, quando chegavam à Capitania.

Além do gado e da terra, era da competência do senhor de fazenda fornecer os escravos e os instrumentos agropecuários necessários a uma fazenda. Assim o vaqueiro participava com seu trabalho, cujo pagamento se fazia sob o regime de parceria no que diz respeito à produção do curral. Quanto aos produtos agrícolas não há qualquer referência sobre a participação dos vaqueiros.

A documentação contemporânea enfatiza apenas que o posto de vaqueiro era ambicionado por todos. Este fato é

bastante compreensível porque a função oferecia estabilidade de emprego somada à consideração e apoio dispensados pelos fazendeiros e demais pessoas. Entretanto, é provável que o interesse em ser escravo ficasse por conta da possibilidade que os vaqueiros tinham de algum dia serem donos de currais.

Reservava-se portanto aos vaqueiros grandes possibilidades de mobilização social. Completados os cinco primeiros anos de contrato na administração de uma fazenda, recebia então 25% da produção. Dessa maneira poderia o vaqueiro passar à condição de criador autônomo quer como arrendatário de sítio, quer como posseiro ocupando com seu curral e lavouira, terras devolutas. Ao que tudo indica, não havia qualquer impedimento formal ao fato do vaqueiro permanecer na fazenda juntamente com seus gados. No caso do gado ser retirado da propriedade do grande senhor não se sentia o vaqueiro obrigado a abandonar sua antiga função desde que contratasse os serviços de outras pessoas.

Como o de fazendeiro, o número de vaqueiros era limitado. Achava-se relacionado à quantidade de fazendas e sítios instalados. Vale ressaltar que a expansão dos currais achava-se determinada pelo aumento natural do rebanho.

Outra figura pertencente à sociedade piauiense era o posseiro. Elemento de condição jurídica social livre que se instalava nas terras que conquistava dedicando-se à agricultura de subsistência e à pecuária. Embora não possuíssem o título de posse da gleba ocupada e nem pagassem foro pelo usufruto da mesma; caso pertencesse a outro senhor, os posseiros demonstraram maior independência que os sitiantes e vaqueiros. Empreenderam verdadeira luta contra o monopólio da terra chegando a preocupar a Coroa, apesar de não terem alcançado concretamente resultados favoráveis.

Entre os habitantes livres do Piauí destacavam-

se os agregados. Figura que formava grande parcela da sociedade piauiense e que não se engajava no sistema produtivo da região. Achavam-se divididos entre os que se estabeleciam nos latifúndios, chegando a cultivar em pequena escala alguns gêneros, mediante certas condições, sem que possam ser considerados propriamente empregados ou lavradores e aqueles que viviam agregados a uma família como pessoa da casa. Os dois tipos foram identificados por Durão da seguinte maneira:

"uns que algumas ocasiões servem como criados inerentes às famílias, outros que nem servem, nem na família se incluem, antes têm fogo separado, posto que dentro da mesma fazenda. Os primeiros, dado que maus, são toleráveis, mas os segundos, são péssimos e danosos em todo o sentido".\*

A origem dessa categoria social pode estar na probabilidade de que muitos dos colonos que buscavam o Piauí para residir fossem foragidos da justiça ou dos senhores de escravos, necessitando pois da proteção do senhoril do Piauí para manter sua condição no obscurantismo. Mas é provável que a concentração fundiária no Piauí também possa ter sido responsável, vez que parte da população não tinha acesso à propriedade dos meios de produção. As dificuldades de proceder a conquista da terra, a limitação ao número de vagas de administradores nas fazendas, pouco ou quase nenhum recurso disponível para se fixarem em terras arrendadas e a preferência pelo trabalho escravo foram elementos que concorreram para que

---

\* DURÃO. op. cit. p. 557.

mesmo aqueles livres de qualquer compromisso social ou jurídico, fossem submetidos ao domínio dos fazendeiros.

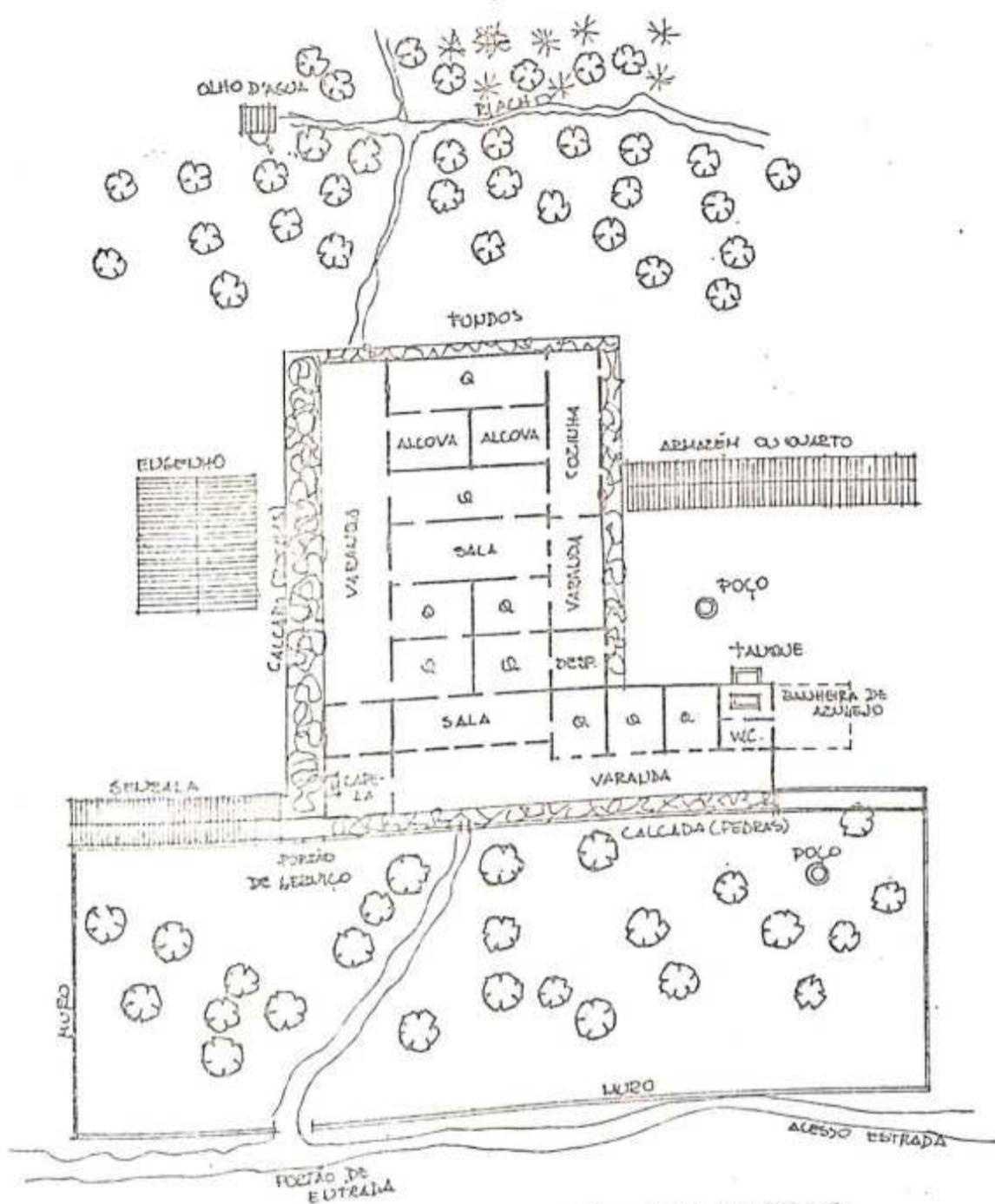
Formavam os agregados uma espécie de clientela dos proprietários de terra, pronta para executar tarefas violentas até cometendo crimes de morte por ordem e interesse do senhor. As relações de dependência homem a homem tornavam-se necessárias em decorrência da ausência de um governo constituído que fizesse cumprir as leis. A dispersão populacional e a insegurança pessoal exigiam a presença de elementos preparados para defender a propriedade, bem como as pessoas ali residentes.

Dessa forma, no Piauí, o agregado foi simultaneamente fruto e elemento confirmador da sociedade do tipo escravista paternalista como era a piauiense, onde eram de grande importância as relações de caráter pessoal.

A estratificação social no Piauí Colônia, de maneira geral, tinha por base os recursos econômicos. Três categorias podem ser identificadas: a primeira compunha-se dos proprietários de terra, gado e escravos; a intermediária, mais variada, abrangia as categorias dos sitiantes, vaqueiros, feitores, posseiros e agregados. Na base da pirâmide social encontrava-se a massa escrava, compreendendo as pessoas que estavam sujeitas a um senhor, consideradas como propriedade. A composição quanto à origem, idade, sexo dessa categoria bem como as funções sociais por ela desempenhadas, é objeto de estudo em capítulos seguintes.

Quanto à mobilidade social, como foi demonstrado, nos séculos XVII e XVIII era bastante limitada. Fora os vaqueiros, que podiam chegar a proprietários de gado e escravos, poucas chances tinham as demais categorias de ascender socialmente. O elemento definidor era a posse de títulos fun

diários. No entanto, em virtude dos critérios vigentes na concessão de sesmarias, sendo de grande importância a influência político-econômica do requerente, ocorreu a concentração fundiária. Distanciavam-se assim, socialmente, os elementos livres proprietários de imensos latifúndios daqueles que não possuíam terra alguma.



## CASA-GRANDE DE SÃO DOMINGOS

FIGURA 5

Planta baixa elaborada a partir das edificações existentes, das ruínas em contradas e descrições feitas por descendentes dos antigos proprietários. Observa-se a proporção entre as dimensões da Casa-Grande e da Senzala, bem como a localização dessa última e do engenho. Compartimentos denominados "Armazém ou quarto" provavelmente eram utilizados pelos agregados.

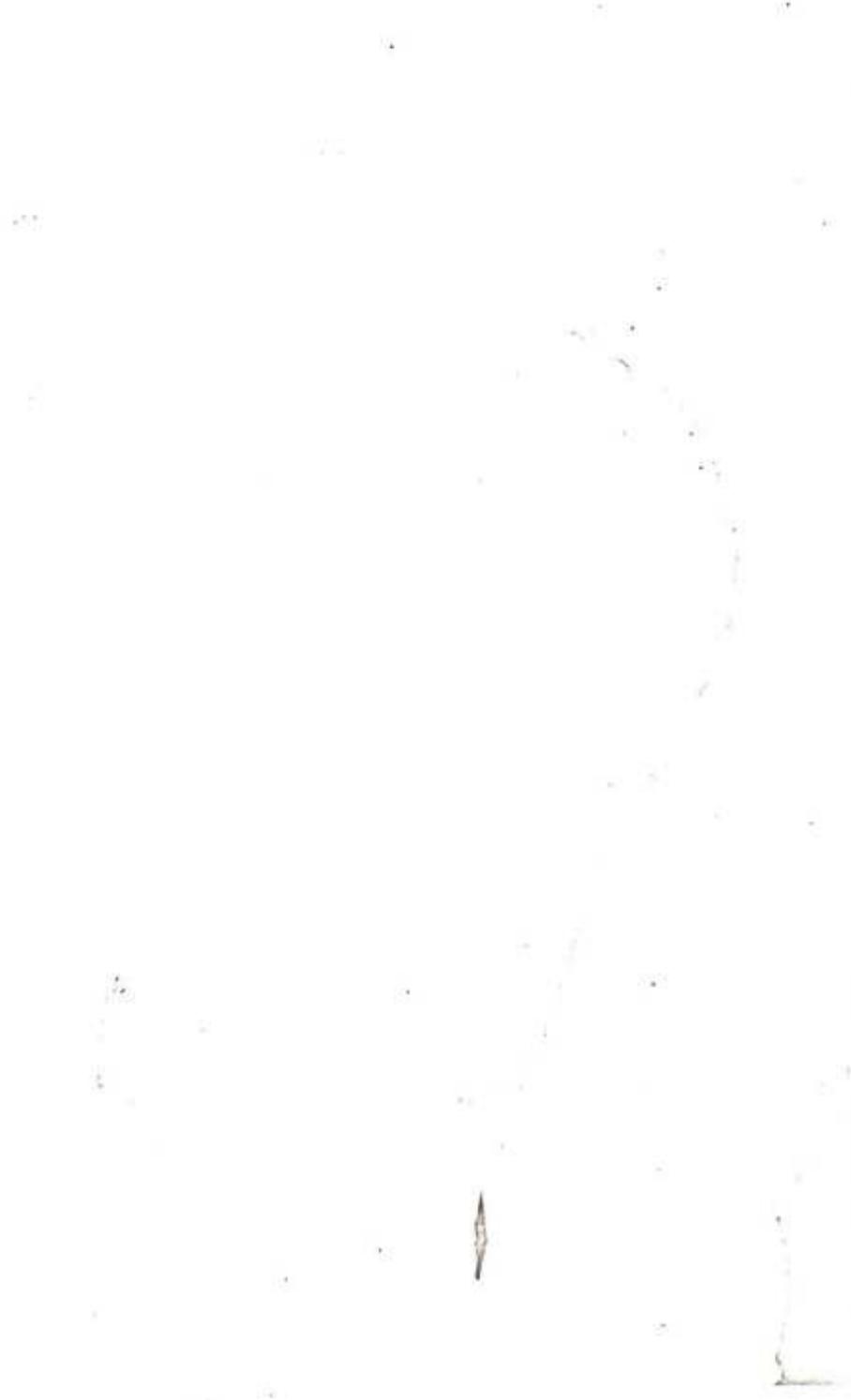


Figura 6

Maria Júlia Gomes de Sousa, 23 anos natural do município de Miguel Alves. Tipo de mestiça muito comum no interior do Piauí. Identifica-se na mesma traços fisionômicos in dígenas e africanos.

## NOTAS DO CAPÍTULO IV

1. Diário da viagem de regresso para o Reino, de João da Maia da Gama, e de inspeção das Barras dos rios do Maranhão e das Capitanias do Norte, em 1728; in: OLIVEIRA MARTINS - Um Herói Esquecido - 2º volume, p. 28.
2. PEREIRA DA COSTA. Cronologia Histórica do Estado do Piauí. p. 103.
3. BUARQUE. Raízes do Brasil. p. 41.
4. PEREIRA DA COSTA. op. cit. v. 1, p. 82.
5. Carta Régia de 19.06.1761, in: PEREIRA DA COSTA. op. cit. p. 144.
6. Idem, op. cit. p. 155.
7. Carta ao ministro de ultramar em 09.10.1766, in: PEREIRA DA COSTA. op. cit. p. 167.
8. Livro 18, p. 25. C.A.B
9. C.A. B. - S/D - avulso.
10. QUEIROZ. O Campesinato Brasileiro: ensaios sobre civilizações e grupos rústicos no Brasil, p. 26.

CAPÍTULO V

## CARACTERÍSTICAS DA ESCRAVARIA NO PIAUÍ

A nível historiográfico, a questão sobre a existência de escravos nas zonas pecuaristas do nordeste brasileiro sofre atualmente processo revisionista. Até bem pouco tempo não era contestada a idéia de que a sociedade sertaneja havia se desenvolvido fora do regime escravista. Essa interpretação é comumente encontrada nos trabalhos que objetivam analisar o contexto social e econômico do Brasil colônia, a partir das zonas exportadoras, tendo em vista o destacado papel desempenhado por esses setores no contexto colonial mercantilista.

Partem, em geral, esses autores, do princípio de que a escravidão foi instituída nas áreas coloniais, única e exclusivamente, pela necessidade de obter da produção resultados que atendessem à demanda do comércio externo. Dessa forma, nas zonas produtoras, mesmo coloniais, que não estivessem engajadas diretamente no comércio mundial, não teria vigorado a escravidão.

Entre os defensores da determinação econômica, como responsável pelo emprego da mão-de-obra cativa, destaca-se Clóvis Moura quando afirma ser

"verdade incontestável que a economia pastoril não podia arcar com o ônus do escravo, caro, e de difícil aquisição na zona sertaneja." (1)

Acredita o autor que na zona pecuarista predominou uma economia rigorosamente fechada. Contudo, conforme fi

cou demonstrado anteriormente neste trabalho, o caráter de subsistência da pecuária diz respeito ao âmbito colonial. Sua estrutura mercantil despontou no momento em que o gado passou a ser vendido aos donos dos engenhos e demais consumidores das zonas exportadoras.

Por outro lado, em face das reduzidas exigências de capitais para implantação e manutenção das fazendas, havia facilidade de capitalização. Em primeiro lugar, os recursos iniciais geralmente eram próprios, contribuindo para que ficassem em mãos do proprietário, as rendas oriundas das fazendas. Em segundo, a reposição do rebanho se fazia de forma natural sem necessidade de reinversões. O pagamento dos empregados se limitava ao do vaqueiro, sendo utilizado o regime de sorte ou parceria, salvo na ocasião de remessas de boiadas. Analisando-se sessenta e um inventários registrados no Cartório do 1º Ofício na cidade de Campo Maior entre 1762 a 1800, em apenas quatro deles não foram declarados escravos pertencentes aos inventariados.

Nas últimas décadas o estudo da escravidão vem sendo objeto de grande interesse entre estudiosos. Esse fato vem contribuindo no sentido de que algumas lacunas existentes no conhecimento sejam agora preenchidas. A preocupação metodológica quanto ao corte cronológico e quanto à definição do objeto a ser estudado vem dando origem a trabalhos mais específicos, permitindo maior aprofundamento na análise das variáveis, numa visão conjuntural. Sobre a sociedade pastoril no Brasil colônia, as obras de Fernando Henrique Cardoso e Diana Galisa, por exemplo, demonstram que ela não foi a mesma na Paraíba e no Rio Grande do Sul. (2)

Com relação à estrutura e funcionamento da sociedade piauiense, novas interpretações têm sido apresentadas. Jacob Gorender tomou a primeira iniciativa. Em seu trabalho

sobre o Escravismo Colonial, faz severa crítica historiográfica no que diz respeito à natureza da força de trabalho nas fazendas do Piauí. Luiz R.B. Mott, através de publicações em revistas e periódicos especializados, divulga e reinterpreta documentos referente ao Piauí na fase colonial.\*

Fundamentados em documentos do século XVII e XVIII, os dois pesquisadores concluem que a formação social piauiense teve caráter escravista.

A introdução do escravismo no Piauí obviamente não se ligou ao aspecto puramente econômico da produção como aconteceu nas regiões agro-exportadoras litorâneas. As próprias características da atividade econômica local dispensavam o emprego de cativos e, até certo ponto, impunham dificuldades ao controle da massa subjugada. O mais lógico e racional, portanto, seria a utilização de pessoas livres que abundavam na região e que, graças ao paternalismo reinante, tornavam-se dependentes dos proprietários das fazendas, a quem dedicavam fidelidade.

Entretanto, o surgimento e evolução da sociedade piauiense não se fez de maneira aleatória, fora dos padrões colonialistas. Se Domingos Afonso Certão, como afirmou em seu testamento, e os outros primeiros colonizadores trouxeram juntamente com o gado, os primeiros escravos para o Piauí, é óbvio que a prática escravista na pecuária vinha de outras regiões. Logo, não foi na bacia oriental do Parnaíba que ela adquiriu essa característica.

A escravidão foi um fato histórico de todo o Brasil Colônia. Como afirma Walter Piazza ao identificar negros

---

\* Algumas dessas publicações constam na Referência Bibliográfica deste trabalho.

cativos na economia minifundiária de Santa Catarina,

"estabelecia-se a escravidão negra em terras do Brasil, espalhando-se em todos os seus quadrantes, sob a alta proteção da Coroa, que concedia favores aos que se instalavam como mercadores, nos entrepostos e feitorias da Costa d'África, às Companhias que faziam o tráfico, e, punham, enfim, no Brasil, toda uma imensa coorte de funcionários a serviço desse comércio que, inegavelmente, representava para o seu Erário um forte esteio". (3)

A própria metrópole era uma nação escravista. No norte da colônia, quando pretendia garantir a posse das conquistas, utilizou-se dos negros escravizados na construção de fortaleza, enviando, diretamente da África contingente de negros por conta da fazenda real. Na mesma época e na mesma região, distribuiu 300 negros entre as pessoas que povoavam o Itapicuru. (4)

Conclui-se então que ao reino metropolitano interessava a difusão do regime de trabalho escravo na colônia, dando preferência ao africano. A farta legislação normatizando e proibindo a escravização do gentio além de contraditória foi ineficaz, demonstrando que essa prática envolvia altos interesses, inclusive da própria coroa.

Sob dois aspectos, a escravidão se fez presente no Piauí desde o início do devassamento territorial. A primeira modalidade diz respeito a empresa de saque, fonte fornecedora de escravos indígenas. A outra refere-se ao emprego, propriamente dito, de escravos e não apenas tapuias, na econo

mia local.

A guerra feita ao elemento nativo, ao tempo em que promovia a limpeza da região através da expulsão e eliminação das tribos, permitia a redução dos sobreviventes ao cativeiro. Parte dos elementos apresados eram mantidos nos contingentes sob o domínio dos bandeirantes que empreendiam a conquista. Além de peças militares, eram os índios que praticavam a agricultura de subsistência para o terço. Outra parcela dos índios apresados era comercializada em outras capitâneas para o trabalho na lavoura. O tráfico de peças do sertão foi no século XVII e XVIII empreendimento bastante lucrativo. As irregularidades no abastecimento e o alto preço do negro abriam perspectivas para o tráfico de índios capturados. No Pará, por exemplo, diz Vicente Salles que

"As chamadas peças do sertão eram oferecidas aos lavradores por preços irrisórios, comparativamente ao preço do escravo africano importado diretamente ... O escravo negro, importado pelo estanco de 1682, custava 100 mil réis, enquanto o indígena era vendido a 30 mil réis e ainda havia lucro de quatrocentos por cento para a administração da fazenda real na colônia."

(5)

Embora apontassem restrições ao trabalho do índio, os colonos de baixa renda geralmente envolvidos com atividade de subsistência obrigavam-se a comprá-los.

Declarou Souza Gayoso que no Maranhão o preço de escravos atingiu o nível mais alto de toda a América. (6) Mas, não eram só as capitâneas do norte que absorviam os escravos

da terra, São Vicente e até aquelas onde desenvolvia a agricultura exportadora, também empregavam os índios cativos.

Além dos particulares também as autoridades usufruíram do comércio de indígenas e, de acordo com a legislação que normatizava também a guerra ao gentio, a venda das peças aprisionadas deveria ser em praça pública pelo maior lance.

"A importância que deles (leilões) resultar se pague a fazenda Real a despesa que nesta guerra fizer, e que do quinto que lhe Tocam sobrando alguma coisa se dê para o governador de Pernambuco e o mais reparta pelos cabos, oficiais e soldados como dispõe o Regimento das Fronteiras".\*

Tudo indica que o tráfico de índios do Piauí para outras localidades brasileiras foi bastante expressivo. Levando-se em conta que ao findar o século XVII, as bacias do Canindé, Itaim-açu, Itaueira, Maratoã e Gurguéia achavam-se conquistadas e povoadas, conclui-se que grande quantidade de índios havia sido escravizada. Como dos 434 habitantes das fazendas naquela época, apenas 64 eram nativos, fica claro que os demais apresados foram traficados. A participação de vinte mulheres indígenas, entre esses 14,75% da população, demonstra que na sua grande maioria os elementos masculinos retirados de suas tribos saíam do Piauí.

\* Carta Régia de 1708, in: SOBRINHO, Barbosa Lima: Devassamento do Piauí - vol. 25, série 2ª, p. 116.

Passada a fase do devassamento teve continuidade o estado de guerra entre colonos e ameríndios. Apesar das manifestações dos jesuítas objetivando proteger as tribos, bem como das proibições régias ao cativoiro dos índios, as entradas das preadoras tiveram prosseguimento, intensificando-se após a expulsão da Companhia de Jesus. Já em 1763, o governador João Pereira Caldas promoveu campanha contra os Acaroás, Guêguês e Timbiras, que habitavam a região fronteira da Capitania. (7) Em 1777, forte expedição militar, sob o comando do tenente-coronel João do Rêgo Castelo Branco, empreendeu guerra aos Pimenteiras. (8) Em 1797 foi a vez dos Gamelas sofrerem aos ataques dos colonos. (9)

Tinham cunho oficial essas expedições militares. O grosso de suas tropas era formado pelos próprios índios, cujos conhecimentos da região e habilidades guerreiras foram aproveitadas. Alguns desses chegaram inclusive a receber uma forma de patente que os constituía Capitães, Alferes e Ajudantes. (10) Informa um contemporâneo que

"os índios são sem questão alguma os melhores soldados para estas diligências" (11)

Os sobreviventes, conforme informa a vasta documentação do período\*, tinham destinos variados. Alguns eram levados para as aldeias, outros, os mais rebeldes eram encaminhados para os mercados de escravos. As mulheres e principalmente crianças podiam ser distribuídas entre os habitantes das fazendas e vilas.

\* Ver Bibliografia referente a documentação pesquisada.

As aldeias, até o início da década de 1760, conhecidas como missões eram dirigidas pelos jesuítas. C.R. Boxer descreve-as de maneira interessante,

"... assemelhavam-se a orfanatos ou internatos dirigidos por sacerdotes rigidamente puritanos, embora piedosos. E, impondo idéias européias, tais como a de vestir os internos, os missionários fizeram mais mal do que bem aos seus protegidos"

(12)

Depois da saída dos padres, essas missões foram transformadas em estabelecimentos oficiais. Submetidos ao regime de escravidão, embora disfarçada, os índios não apresentaram aumento quantitativo. As condições oferecidas nas aldeias eram péssimas. Quando estive no Piauí, Durão preocupou-se a ponto de questionar como podiam subsistir os que ali se encontram. O mesmo aconteceu com o capitão Francisco Lopes de Sousa:

"não há plantações para o sustento dos índios ... não há condições ... não sei como estes pobres índios se hão de sustentar, enquanto não tiverem plantas capazes de comerem, sempre dispersos em diligencia a serviço do tenente coronel..."

(13)

Depoimentos contemporâneos permitem que se conheça o comportamento dos índios aldeados. Um deles referente aos índios denuncia que

"muito dos índios chamados Jaicós, os quais foram aldeados há perto de quarenta anos, sendo já hoje tão práticos e civilizados na língua e costumes dos portugueses que destes se não diferem mais do que na falta de obediência ... por não fazerem roças, nem outro nenhum serviço que lhe seja útil para a subsistência de vida, a maior parte do ano vivem no mato, roubando e matando muito gado de várias fazendas da mesma capitania" (14)

Sobre o mesmo problema, tem idêntica opinião o ouvidor Moraes Durão

"ao mesmo tempo em que se iam domesticando, já por força ou por arte, muitos índios que faziam uma vida muito livre e muito brutal, por todo o gênero de vícios lapidam segundo os seus antigos vícios e costumes que nunca largaram"

A população nativa declinou em ritmo acelerado durante o século XVIII, vitimada pela guerra, doenças e pelo próprio regime a que foi submetida. A maioria das tribos ainda

---

\* DURÃO, Antonio José de Moraes - Descrição da Capitania de São José do Piauí-1772, in: MOTT - Descrição da Capitania de São José do Piauí - 1772, Revista de História nº 112, 1977, p. 565.

da não pacificadas achavam-se na capitania do Maranhão. No censo de 1762, embora a população do Piauí esteja distribuída pelo aspecto racial, consta apenas os índios aldeados em Jai<sup>u</sup>cós e São João. Pelo destaque dado, entende-se serem esses os únicos entre os moradores da região conquistada. Dez anos depois, quando faz o levantamento geral dos habitantes do Piauí, Durão deixou de incluí-los no mapa por achar que não prometiam aumento. Relacionou apenas os 1.131 que figuravam entre os habitantes das vilas e fazendas. É provável que esse número seja resultado das campanhas realizadas entre os anos dos censos. No arrolamento de 1797 também não foram incluídos entre os moradores, nem mesmo foi feita qualquer observação sobre o assunto. No entanto, é possível que ao findar o século XVIII, ainda existissem tribos em seu estado natural do território piauiense. A atitude dos rescenseados em não mencioná-los talvez se explique pela dificuldade de registrá-las.

Estudar a sociedade piauiense nos primeiros séculos de sua formação implica em se verificar as principais características dos escravos que a constituíam, uma vez que no contexto social foram sempre expressivos desde a primeira fase do povoamento do Piauí.

As principais fontes históricas relativas à segunda metade do século XVII são de autoria do Pe. Miguel de Carvalho, que visitou o Piauí na década de 90 com o objetivo de criar a primeira freguesia da região. Nesses documentos observa-se que os termos **negros e fábricas** foram utilizados como sinônimos de escravos. Veja-se por exemplo o Termo de Obrigação dos Moradores para com a recém criada freguesia de Nossa Senhora da Vitória:

"outro sim digirão que por este se obriga

vão todos a pagarem aos R.<sup>dos</sup> curas as proçois ordinárias q. ate agora pagavão aos da Matris da Conceição do Rodella, a saber cada morador, dois mil rs. e os S.<sup>res</sup> de fazendas pela parte dos seus negros e pella fabricas des tostois"\*

A grande disparidade entre as cotas fixadas indica a condição social dos contribuintes. Por cada escravo deveriam ser pagos 1\$000rs, correspondendo à metade daquela cota exigida aos fazendeiros. A hipótese de que há equiva- lência entre os termos **negros, fábrica e escravos** se confirma quando no documento esses pertenciam a um senhor que se via obrigado ao pagamento da respectiva contribuição.

No entanto, é na Descrição do Certão do Piauí, primeiro censo da população, que se observa a sinonímia entre negro e escravo. Parte da população, a livre, foi identificada como ser humano, enquanto que outra, a grande maioria, foi coisificada, animalizada: em cada hũa (fazenda) vive hũ homem com hum negro e em algũas se achão mais negros".\*\* Outra observação interessante nesse sentido pode ser observada. Ao redigir o documento, o autor mencionou a condição social de escravo apenas quando esse exercia as funções de va-

\* CARVALHO, Pe. Miguel de. Termo de Obrigação dos Moradores, in: ENNES, Ernesto - As Guerras nos Palmares: subsídios para a sua História - 1º volume, série 5ª. vol.127, 1938, p. 366.

\*\* IDEM. Descrição do Certão do Piauí remetida ao Ilmº e Rmº Sºr. Frei Francisco de Lima, Bispo de Pernambuco, in: ENNES, Ernesto. op. cit. p. 373.

queirice.

"esse riachinho (do Boety) de o prim<sup>ro</sup>.  
 que da p.<sup>te</sup> do sul entra no Canindé jun  
 to de sua Cabeceira tem hũa só faz.<sup>da</sup> de  
 Egoas, está nella hũ negro escravo, do  
 capp.<sup>m</sup> D.<sup>os</sup> Affonso Certão, S<sup>o</sup>r da d.<sup>a</sup>  
 fazenda este negro se chama Fran<sup>co</sup>. he  
 cazado com hũa hindia de q.<sup>m</sup> yem 5 fi  
 lhas, he negro de conta e sem br.<sup>co</sup> a dâ  
 da razenda (sic) a seu S<sup>o</sup>r"\*

Vale ressaltar que referindo-se aos administra-  
 dores das fazendas, o citada jesuíta não especificou a tona  
 lidade de suas peles, salvo quando os mesmos eram escravos.  
 Em contrapartida, quando identifica os fábricas teve o cuida  
 do de registrar se os mesmos eram negros, mestiços ou indíge  
 nas, sem contudo tratá-los pelo nome.

"a segunda (fazenda) se chama Boqueirão  
 está nella Manoel Alves com 3 negros ..."

De acordo com as informações do Pe. Miguel, a  
 distribuição dos habitantes do Piauí em 1697 era da maneira  
 descrita no quadro nº 11.\*\*\* Tomando-se por base a interpre  
 tação do documento feita acima, conclui-se que 280 habitantes  
 achavam-se sob o regime escravo, correspondendo a 64,51% do  
 total. Entre esses, a maior percentagem, 74,28% refere-se

\* CARVALHO, Pe. Miguel de. op. cit. p. 381.

\*\* IDEM, idem, p. 373.

\*\*\* Veja final capítulo.

aos negros, seguidos dos indígenas, que perfaziam 22,85% dos escravos.

Havendo nesse período apenas vida rural, a distribuição por fazenda era na ordem de 1,19 pessoa livre por unidade produtora, enquanto que a média de escravo ficava em torno de 2,17. Embora com pequena vantagem, a região banhada pelo rio Gurguéia e seus afluentes destaca-se com um maior número de homens livres. Mesmo assim, há um negro para cada fazenda. Pela tonalidade de seus escravos, conclui-se serem importados, pois não contavam com índios nem mestiços. Em compensação, na bacia do Canindé onde estava o maior número de fazendas, havia uma média de 2,33 escravos para cada unidade. (Veja o quadro nº 12 no final do capítulo)

De acordo com as observações feitas ao levantamento da população em 1697, o elemento feminino da sociedade é basicamente escravo. Pelo tratamento diferenciado dispensado a D. Mariana Cabral, esposa de Domingos de Aguiar, único homem br.<sup>co</sup> que ha cazado nesta nova freguesia,\* conclui-se que a mesma era a única mulher livre da região. Entre as 31 outras restantes, sete eram negras, uma cabocla, duas mestiças,\*\* uma mulata e vinte indígenas.

O desequilíbrio entre a quantidade de homens e mulheres se deve às próprias características do povoamento sertanejo. Em geral o colono emigrava para o sertão sem a família em face das condições de viagem e a insegurança de vida própria da região. O dado mais interessante diz res

---

\* CARVALHO, Pe. Miguel de. op. cit. p. 379.

\*\* Por mestiço fica subentendido aqueles provenientes do cruzamento de raças não identificadas.

peito ao predomínio das indígenas, justificado pelo fato de que a importação de negras implicaria o desvio dos recursos reservados à compra de peças masculinas mais aptas ao trabalho das fazendas. A preferência pela nativa pode ser explicada pela facilidade de captura e o baixo preço no mercado colonial.

Quando o primeiro governador João Pereira Caldas recenseiou a população piauiense em 1762, achava-se a mesma disposta de acordo com o quadro nº 13. Como se observa, os habitantes achavam-se distribuídos nas zonas rural e urbana da capitania. Em 1762 foram identificados, pela primeira vez, os escravos residentes em vilas e cidades existentes. Correspondiam a 5,35% do total da população, retirados os indígenas aldeados. Entre os habitantes desses centros populacionais, a camada cativa compreendia 37,37% do total.

A maior concentração ocorria em Oeiras, única cidade e sede do governo, onde estavam 465 dos 642 escravos urbanos da capitania. A vila de Parnaguá era possuidora da mais alta taxa de cativos. Viviam escravizados 61,86% do total de seus moradores. Em Marvão, apenas 13,85% dos habitantes achavam-se na mesma condição.

A média de habitantes por casa na zona urbana em toda a capitania era 4,2 pessoas, sendo que para cada fogo havia 1,6 escravos. A distribuição por residência, nas sete freguesias pode ser observada no Quadro 7 deste trabalho, onde se verifica que Jerumenha apresentava a maior taxa com relação às pessoas livres, mas é em Piracuruca que existe quantidade maior de escravo por residência.

Na década de 60 do século XVIII, a maioria dos habitantes do Piauí residia na zona rural, como demonstram os quadros demográficos que fazem parte deste trabalho. Reti

rando-se os 691 indígenas na zona pecuarista propriamente dita, isto é, nas fazendas e sítios estavam 10.275 pessoas, logo 85% de todos os habitantes da Capitania.

O contingente de pessoas livres, nos anos 60 do século XVIII, mantêm-se superior ao de pessoas escravizadas, mesmo quando se subtraem os índios aldeados mencionados por João Pereira Caldas. Esse fato será analisado posteriormente nesse trabalho, objetivando verificar o papel do escravo na formação social piauiense. Convém, no entanto, que seja lembrado o rápido aumento populacional ocorrido na primeira metade do século XVIII, ocasionando alterações no quadro social do Piauí. Ressalte-se ainda que, como ficou demonstrado anteriormente, entre fazendeiros e escravos existia uma camada social intermediária onde foram enquadrados os agregados, que eram elementos livres não engajados em atividades econômicas locais.

Retomando-se a análise das informações referentes ao ano de 1762, verifica-se que na zona rural da Capitania existiam 1.579 fogos distribuídos entre as 536 fazendas, numa média de 2,9. A massa escrava, compreendendo 4.002 almas correspondia a 2,5 por casa e 7,4 por fazenda. Vale ressaltar que o índice de escravos era superior, tendo em vista que nos números referentes à população e fogos, acham-se incluídos os 691 indígenas e os 58 fogos das aldeias de Jaicós e São João de Sende, localizadas na freguesia de Oeiras.

A freguesia onde se encontrava o maior índice de pessoas livres habitando a zona rural era a de Piracuruca com uma taxa de 74,37% de seus 2.349 habitantes com 7,16 escravos por fazenda. O menor percentual ficava em Parnaguá. Entretanto, para cada fazenda dessa freguesia, havia em média 10,5 escravos acima da média geral da Capitania que era de 7,50 cativos por unidade produtora.

Como o censo de 1797 não traz as mesmas informações contida naquele elaborado em 1762, torna-se difícil verificar a evolução do quadro demográfico de forma mais ampla. Em 1762 o governador preocupou-se com as fazendas e vilas, observando a quantidade de fogos, pessoas livres e escravas existentes nos dois setores. Já com relação a 1797, os dados referem-se apenas à população livre e escrava quanto ao grupo racial de apenas 6 das 8 freguesias existentes na Capitania. Contudo, é possível observar-se alguns aspectos da dinâmica populacional desses trinta e cinco anos processada em Campo Maior, Jerumenha, Oeiras, Parnaíba, Piracuruca e Valença. (Veja quadro 14 no final do capítulo)

Um aspecto digno de nota no documento de 1797 é a ausência de indígenas entre os habitantes do Piauí. Nas cinco freguesias, cujos dados estão completos, ocorreu aumento da população livre nas três últimas décadas do século XVIII. Este fato pode significar que a taxa de natalidade entre os habitantes livres era mais alta ou que os escravos morriam mais cedo. O número de livres também pode ter aumentado devido a participação do alforriado. Vale ressaltar que o aumento geral da população foi muito grande entre 1762 e 1797, passando de 12.684 pessoas para um total de 51.263, o que significa uma taxa de crescimento na ordem de 304,15%.

O fato de a maioria dos novos habitantes identificados, em 1797 serem de pessoas livres, por si só não indica declínio da população escrava. Ocorre que os primeiros podiam se locomover espontaneamente de região para região da colônia em busca de melhorias. Quanto aos escravos que chegavam, estavam ligados às necessidades dos senhores proprietários que os compravam e os transferiam para seus currais.

Convém esclarecer que na segunda metade do sé

culo XVIII, como foi dito anteriormente, a economia piauiense enfrentou uma crise muito forte. Devido a esse fato é provável que as importações de braços cativos não acompanhassem o ritmo do período anterior. Dessa forma comparando-se os dados populacionais, verifica-se que em 1797, Jerumenha tinha a menos de 6,1% de escravos do que no ano de 1762; Valença apresentou uma quebra de 13,3% no mesmo período; em Oeiras a diferença nas taxas foi de 10%; em Campo Maior a queda no índice foi a mais baixa apresentada, correspondeu a 1,1%.

Segundo o levantamento parcial da população no ano de 1797, o percentual correspondente às pessoas brancas era da ordem de 16,44%. Demonstra esse dado um possível declínio na quantidade desses habitantes que em 1697 a taxa era de 35,48%. Tudo leva a crer que a maior quantidade de habitantes livres, 32,19% da população identificada era mulata. Esse dado é perfeitamente compreensível, tendo em vista que esses mestiços compunham o grosso da população marginalizada social e economicamente na colônia. Observa-se ainda que os pretos tinham uma participação modesta entre os livres identificados, o índice de 7,0% aproximadamente. A maioria dos negros, pois, se achava sob o regime do cativo e correspondia à maior parcela dos escravos no Piauí, isto é, 21,9% de todos os habitantes constantes no Quadro 14. Entre os cativos, os mulatos eram os mais reduzidos, ficando em torno de 5%.

Alguns outros dados que possam oferecer maiores detalhes sobre as características do escravo no Piauí são encontrados nos inventários. Com esse objetivo, analisou-se uma amostragem aleatória do distrito de Campo Maior, região típica do Piauí setecentista, onde se desenvolvia a pecuária extensiva escravista e cuja produção se destinava aos mercados coloniais. Sua agricultura também não fugia dos parâ-

metros da regional. Além da mandioca, feijão, milho, arroz para o consumo local, algumas moendas extraíam da cana a caçaça e a sacarose consumidas nas fazendas, sítios e vilas.

A sede administrativa do distrito, que Durão descreve como semelhante às povoações do Reino, e com mais possibilidade de vir a ser uma cidade do que a própria capitania de Oeiras, nem qualquer outra oficina pública. A evolução do quadro demográfico de Campo maior assemelha-se ao da Capitania. Entre 1752 e 1797, a população do distrito cresceu de 1.867 para 8.302 habitantes, o que significa uma taxa de 344,6%. Conquanto a população livre tenha aumentado 351,9%, os escravos de Campo Maior, em 1797, apresentam uma taxa de crescimento na ordem de 330%.

Como a população em geral da Capitania, os moradores do distrito campomaiorense distribuíam-se pelas zonas urbana e rural, concentrando-se em maior quantidade nas fazendas e sítios. É lamentável que os censos populacionais consultados não ofereçam dados suficientes, de forma a permitir que seja verificada com maior amplitude a dinâmica de sua população.

Em sessenta e hum inventários registrados no Cartório do 1º Ofício da cidade de Campo Maior nas quatro últimas décadas do século XVIII, foram declarados 389 escravos. Logo, para cada proprietário havia uma média de 6,3 cativos. Entretanto, a quantidade de escravos que fazia parte do patrimônio do senhor variava bastante. Talvez estivesse relacionada com o tamanho do rebanho de cada curral ou a extensão das terras cultivadas ou ainda com o poder aquisitivo do proprietário.

Entre os inventariados, destacou-se Izabel de Castelo Branco como a maior proprietária de cativos. Ao fa

lecer possuía 39 escravos, 6.000 cabeças de gado vacum, 804 cavalares, 40 ovelhas e 16 cabras. (15) Logo em seguida esta va Ana Maria de Jesus que possuía 36 cativos, 3.106 gados bo vinos, 54 cavalares. (16) Nas proopriedades das duas cultiva va-se cana e mandioca. Apenas quatro inventários não possuí am escravos, correspondendo a taxa de 6,5 do total da amostragem.

Vale ressaltar que nos inventários foram declara dos apenas escravos residentes na zona rural. Se havia al gum escravo habitando a zona urbana, não foi mencionado pe los inventariantes. No entanto, é provável que, pelo fato de não existir o que se poderia chamar propriamente vida ur bana no Piauí até o século XVIII, os escravos, como a popula ção em geral, ligavam-se ao setor rural. Aqueles que foram identificados pelos recenseadores como escravos das vilas e cidade poderiam ser os domésticos que acompanhavam os senho res em suas temporadas citadinas.

Conforme demonstra o quadro nº 15, não foi decla rado índio algum como escravo, confirmando-se a informação do último censo do século XVIII. Se havia nativos trabalhan do em currais, não se achavam legalmente sob o regime do ca tiveiro. (Veja quadro nº 15 no final do capítulo)

Uma das principais características da popula ção escrava analisada é a superioridade, em termos de quantida de, dos elementos do sexo masculino, que correspondia a 62,2%. Característica não apenas do contingente de escravos analisa do, mas da população piauiense desde o século XVII, quando o Percentual referente ao elemento feminino era de 4,6%. Quan do em 1772, Durão elaborou o Mapa Geral da Capitania do Pi auí existiam 10.669 homens e 8.522 mulheres entre brancos, vermelhos, pretos e mestiços. A maior incidência de homens escravos explica-se provavelmente pelo tipo de atividade de

envolvida e a rústica vida do sertão, onde o elemento escravo importado não poderia se limitar aos serviços domésticos.

De acordo com as declarações dos inventariantes, a população escrava, nesse período, era bastante jovem. Em ambos os sexos predominava a faixa etária de 0 a 49 anos. Interessante observar que, enquanto os homens atingiam uma idade mais avançada, 7,0% achavam-se com mais de sessenta anos, o índice de mulheres a partir dos cinquenta anos declinava bruscamente chegando a zero entre os que tinha mais de sessenta anos e esse fato pode ser resultado de vários aspectos. Um deles seriam as condições de saúde, no que se refere a assistência médica. Nesse caso, as mulheres estariam mais vulneráveis em função da maternidade. Poderia ainda relacionar-se aos interesses do próprio fazendeiro, que via as escravas como agentes de reposição das peças. Observa-se que a partir da faixa de 39 anos o número de mulheres cai sensivelmente, coincidindo com o declínio da sua capacidade de reprodução. É provável ainda que fosse consequência das condições de trabalho, ocasionando maior número de mortes entre o elemento feminino. No entanto, o declínio na participação das mulheres relativamente mais idosas poderia ser reflexo de alforrias.

Quanto à nacionalidade, os cativos nascidos no Brasil eram em maior quantidade. Entre os de nacionalidade identificada, 47,8% do total da amostragem eram brasileiros, crioulos ou mestiços. O interessante, entretanto, é a relação que há entre sexo, idade e nacionalidade. Na faixa de 0 a 9 anos não foi declarado escravos africanos em ambos os sexos. Os 79 de nacionalidade conhecida com essa idade, eram brasileiros. Entre os mais velhos, entretanto, os africanos são mais numerosos, inclusive, entre as mulheres, cujo contingente era formado em maior número por brasileiras. Con-

clui-se, então, que na aquisição de escravos africanos dava-se preferência aos de idade superior a dez anos. Os de 20 a 39 anos, em ambos os sexos, tinham vindo da África. Constatou-se também que as importações de africanos, em maior escala, eram de homens, já que 76% do total eram do sexo masculino. (Veja figura nº 7, que ilustra descendentes de escravo)

No quadro elaborado com base nas informações contidas nos inventários, 7,9% dos escravos têm nacionalidade desconhecida. Essa taxa torna-se expressiva, uma vez que a amostragem limita-se a 389 cativos. No entanto, observou-se que entre os africanos tantos bantos como sudaneses foram trazidos para o Piauí. Relativamente às nações de origem, predominavam os procedentes de Angola, 56,68%, seguido pelas Minas, 13,17%, Benguela com 9,75% Guiné, 9,36%, Congos, 3,6% e Gegê, 2,43%. Havia ainda entre os Mossambiques, Rebolos e Cassangue com um percentual de 0,97% cada. Evidentemente, foram computados apenas os indivíduos para os quais constou explicitamente a nação de origem, uma vez que alguns entre os registrados foram identificados como da Costa, de Nação ou simplesmente da África, sem maiores esclarecimentos quanto à região de onde procediam.

É provável que os escravos africanos introduzidos no Piauí foram adquiridos na Bahia e no Maranhão. Maior quantidade, no entanto, deve ter sido importada através da Bahia, visto ser o principal porto ancoradouro de navios negreiros no nordeste. A regularidade na oferta e até abundância da mercadoria africana proporcionava certa estabilidade no valor do escravo. O preço de negro de Angola durante o século XVIII permaneceu em torno de 80\$000rs, enquanto que os da Costa da Mina custavam por volta de 100\$000, cotações inferiores às do Maranhão. (17) Por outro lado, a Bahia foi a mais importante praça consumidora do gado piauiense. Era

natural que pelos caminhos por onde passavam as boiadas, en trassem também os escravos. Outro indicador de que a escrava varia do Piauí, em maior quantidade, era importada através da Bahia é a própria nacionalidade dos cativos registrados nos inventários. Segundo Donald Pierson.

" a maior parte das importações (bairanas) veio da Angola durante a última parte do século XVI e durante o século XVII, e de Guiné, nos séculos XVIII e XIX. Por volta de 1710, o fumo baiano estava sendo embarcado para a "Costa de Mina", que desde então passou a constituir por mais de um século um terço da produção baiana"

(18)

Por fim, resta a questão sobre o preço do escravo. Como mostra o quadro nº 16, o valor do escravo tamém achava-se relacionado ao sexo, idade e nacionalidade. No conjunto era de preço mais alto o escravo do sexo masculino na faixa de 10 a 39 anos, o que significa dizer com maior potencial para o trabalho. A diferença em favor do escravo brasileiro homem, verificada no valor médio correspondente as faixas etárias de vinte e de quarenta anos, pode ser resultado de uma avaliação superior à média feita a algum escravo mais qualificado ou de estimação. É bom lembrar que os dados computados foram retirados das partilhas dos bens pertencentes à família. (Veja quadro 16 no final do capítulo)

No que diz respeito ao valor médio das escravas, observa-se que as de nacionalidade brasileira eram mais caras. Talvez por estarem mais socializadas, tinham preço mais elevado aquelas que se encontravam entre 20 e 29 anos,

o que pode significar capacidade para a reprodução como tam bém para o desenvolvimento de trabalhos pesados.

O valor comercial da jovem escrava brasileira poderia ainda, achar-se relacionado às características soci ais do Piauí, que desde o século XVII até o final do século XVIII, como foi visto, apresentou um desequilíbrio entre o número de habitantes do sexo feminino e masculino. Algumas fontes históricas de autoria de padres e administradores fa zem referência à vida desregrada e fora dos princípios da i greja católica que levavam os habitantes do Piauí. É prová vel que nessa época acontecesse o mesmo fenômeno que Gayoso denuncia ocorrer no Maranhão.

"A maior parte destas tres espécies, vive em huma mancebia continuáda, e o mais hé que há brancos que preferem esta amizade ilícita com huma mulata, negra, ou in dia, ao mais ajustado cazamento. Outros ha que já ligados ao estado matrimonial, abandonão huma mulher formosa, e que mui tas vezes fez a sua fortuna, por huma ne gra, ou mestiça, que certamente não mere ceria a menor predilecção, ao negro mais feio da costa de Africa. Se se lhe per guntasse de donde procedia hum gosto tão extravagante, ficarião estacados" (19)

Por conseguinte, a partir dos inventários, o perfil do escravo existente no Piauí até o século XVIII, não foi muito diferente daquele que residiu nas demais regiões do Brasil.

## POPULAÇÃO DO PIAUÍ NO FINAL DO SÉCULO XVII, POR FAZENDAS E GRUPOS ÉTNICOS

LOCALIZAÇÃO DAS FAZENDAS (NOME DAS BACIAS)	Nº DE FAZENDAS	H A B I T A N T E S								TOTAL DOS HABITANTES	
		BRANCOS		NEGROS		ÍNDIOS		MESTIÇOS		Absol.	Percent.
		Absol.	Percent.	Absol.	Percent.	Absol.	Percent.	Absol.	Percent.		
Canindé	68	83	53,91	115	55,29	36	56,25	8	100,00	242	55,76
Itaim-açu	36	45	29,22	60	28,85	25	39,06	-	-	130	29,95
Itaueira	9	10	6,49	14	6,73	2	3,13	-	-	26	5,99
Marataubã	9	8	5,19	12	5,77	1	1,56	-	-	21	4,84
Gurgueia	7	8	5,19	7	3,36	-	-	-	-	15	3,46
TOTAL	129	154	100,00	208	100,00	64	100,00	8	100,00	434	100,00

FONTE: CARVALHO, Pe. Miguel de. Descrição dos Sertões do Piauí - 1697, in ENNES, Ernesto - As Guerras nos Palmares: subsídios para a sua História, 1º volume - Ed. Brasiliense, Série 5ª, 1938.

## DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL E PROPORCIONAL DA POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA POR FAZENDA NO PIAUÍ EM 1697

BACIAS	FAZENDAS		LIVRES			ESCRAVOS		
	Absol.	Percent.	Absol.	Percent.	Média p/ fazenda	Absol.	Percent.	Média p/ Fazenda
Canindé	68	52,71	83	53,91	1,22	159	56,79	2,33
Itaim-açu	36	27,91	45	29,22	1,25	85	30,35	2,36
Itaueira	09	6,98	10	6,49	1,11	16	5,71	1,77
Maratoan	09	6,98	8	5,19	0,88	13	4,65	1,44
Gurgueia	07	5,42	8	5,19	1,14	07	2,50	1,00
TOTAL	129	100,00	154	100,00	1,19	280	100,00	2,17

FONTE: CARVALHO, Pe. Miguel de. Descrição do Certão do Piauhy Remetida ao Illm<sup>o</sup> e Rm<sup>o</sup> Sr. Frei Francisco de Lima, Bispo de Pernambuco. in: ENNES, Ernesto. As Guerras nos Palmares: subsídios para a sua História, 1<sup>o</sup> volume, série 5<sup>a</sup>, v. 127, 1938.

## DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA, ZONA URBANA E RURAL - POR FOGOS E FAZENDA

PIAUI - 1762

FREGUESIA	ZONA URBANA						ZONA RURAL						
	Nº DE FOGOS	PESSOAS LIVRES	MÉD. POR FOGO	PESSOAS ESCRAVAS	MÉD. POR FOGO	Nº DE FAZENDAS	Nº DE FOGO	PESSOAS LIVRES	MÉD. PES. POR FAZ.	MÉD. PES. POR FOGO	PESSOAS ESCRAVAS	MÉD. ESC. POR FAZ.	MÉD. ESC. POR FOGO
Oeiras	270	655	2.4	465	1.7	169	324	1.411	8.3	4.3	1.084	6.4	3.0
Valença	30	121	4.0	35	1.1	52	266	751	14.4	2.8	578	11.1	2.1
Marvão	19	56	2.9	09	0.4	39	176	715	18.3	4.0	279	7.1	1.9
Campo Maior	31	128	4.1	34	1.0	86	276	1.120	13.0	4.0	585	6.8	2.1
Piracuruca	04	08	2	11	2.7	84	330	1.747	20.7	5.2	602	7.1	1.1
Jerumenha	16	71	4.4	28	1.7	51	77	300	5.8	3.8	298	5.8	3.1
Parnaguá	34	37	1	60	1.7	55	130	229	4.1	1.8	576	10.5	4.1
TOTAL	404	1.076	2.6	642	1.5	536	1.579	6.273	11.7	3.9	4.002	7.4	2.1

FORTE: PEREIRA CALDAS. Resumo de todas as pessoas livres e cativas. Fogos e fazendas da cidade, Villas e Sertões da Capitania de São José do Piauí. Arquivo Nacional, Lata 267, Naço - 2, Pasta - 1, 1760.

## DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA POR FREGUESIA, NO PIAUÍ EM 1797

FREGUESIA	L I V R E							E S C R A V A					TOTAL
	BRANCA		PRETA		MULATA		TOTAL	PRETA		MULATA		TOTAL	
	Absol.	Percent.	Absol.	Percent.	Absol.	Percent.		Absol.	Percent.	Absol.	Percent.		
Oeiras	2.231	28,06	1.253	15,76	4.466	58,18	7.950	3.344	85,90	549	14,10	3.893	11.843
Valença	667	22,23	210	7,00	2.123	70,77	3.000	971	83,49	192	16,51	1.163	4.163
Marvão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.911
Campo Maior	1.957	34,70	735	13,03	2.948	52,27	5.640	1.531	57,51	1.131	42,49	2.662	8.302
Piracuruca	1.470	28,41	307	5,93	3.397	65,66	5.174	2.441	-	-	-	-	7.615
Jerumenha	526	32,11	527	32,17	585	35,72	1.638	614	54,67	509	45,33	1.123	2.761
Parnaguá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.000
Parnaíba	1.579	30,80	564	11,00	2.984	58,20	5.127	2.354	92,64	187	7,36	2.541	7.668
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	51.263

FONTE: Relatório do Presidente da Província do Piauí 1867 - Dr. Adelino Antonio de Lima Freire p. 41.

Relatório do Segundo Vice-Presidente da Província do Piauí - Dr. Manoel de Freitas/21 de junho de 1868.

## QUADRO 15

DISTRIBUIÇÃO POR AMOSTRAGEM DE ESCRAVOS POR IDADE, SEXO E NACIONALIDADE EM CAMPO MAIOR - PIAUÍ  
SÉCULO XVIII

I D A D E	SEXO MASCULINO							SEXO FEMININO						
	Brasil		África		Nac. não ident.		TOTAL	Brasil		África		Nac. não ident.		TOTAL
	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.		Abs.	Perc.	Abs.	Perc.	Abs.	Perc.	
0 - 9	43	17.8	0	0	3	1.2	46	36	24.5	0	0	8	5.4	44
10 - 19	25	10.3	19	7.9	4	1.6	48	24	16.3	9	6.1	3	2.0	36
20 - 29	20	8.3	45	18.6	3	1.2	68	12	8.2	12	8.2	4	2.7	28
30 - 39	3	1.2	26	10.7	0	0	29	8	5.4	11	7.5	1	0.7	20
40 - 49	2	0.8	19	7.9	1	0.4	22	4	2.7	8	5.4	2	1.4	14
50 - 59	1	0.4	11	4.5	0	0	12	2	1.4	2	1.4	1	0.7	5
Mais de 60 anos	3	1.2	13	5.4	1	0.4	17	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	97	40.0	133	55.0	12	5.0	242	86	58.5	42	28.6	19	12,9	147

FONTE: Inventários existentes no Cartório do 1º Ofício em Campo Maior - Piauí

## VALOR MÉDIO DO ESCRAVO EM CAMPO MAIOR-PI - 2ª METADE DO SÉCULO XVIII

I D A D E	SEXO MASCULINO			SEXO FEMININO		
	Brasileiros	Africanos	Nac. desconhec.	Brasileiras	Africanas	Nac. desconhec.
0 a 9	40\$200	0	38\$33	44\$940	0	25\$000
10 a 19	80\$000	83\$950	100\$000	81\$000	72\$700	101\$600
20 a 29	101\$750	99\$600	121\$687	100\$000	83\$900	90\$000
30 a 39	78\$300	87\$923	0	77\$500	70\$000	120\$000
40 a 49	68\$500	60\$000	70\$000	61\$250	55\$620	55\$000
50 a 59	40\$000	50\$910	0	35\$000	45\$000	40\$000
Superior						
a 60	28\$300	38\$500	20\$000	0	0	0

FONTE: Amostragem retirada dos inventários existentes no Cartório do 1º Ofício de Campo Maior - Piauí de 1762 a 1800.

## Figura 7

Maria do Livramento da Paixão - Negra piauiense de ascendência a  
fricana natural do município de José de Freitas - Beneficiada pe  
la lei do "Ventre Livre" permaneceu até a sua morte no sítio de  
propriedade dos antigos donos de seus pais.

## NOTAS AO CAPÍTULO V

1. MOURA. Rebeliões da Senzala: Quilombos Insurreições Guer  
rilhas. p. 222.
2. CARDOSO. Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: O  
negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul e  
Galiza. O Declínio da Escravidão na Paraíba - 1850/1868.
3. PIAZZA. O escravo numa economia minifundiária. p. 12
4. SALLES. O negro no Pará. p. 18.
5. IDEM. ibid. p. 13 a 14.
6. GAYOSO. Compêndio: Histórico-Político dos princípios da  
lavoura do Maranhão. p. 208
7. PEREIRA DA COSTA. Cronologia Histórica do Estado do Piauí:  
desde os seus tempos primitivos até a proclamação da  
República. p. 156 a 157.
8. Documento de 26.01.1777, Livro 7. (C.A.B.)
9. Documento de 15.03.1797, Livro 8. (C.A.B.)
10. Documento de 15.05.1773 por Gonçalo Botelho no período de  
1770/1781, Livro 23, p. 19 a 20 (C.A.B.)
11. Ofício de 24.04.1782, correspondendo o período de 1778/  
1782, Livro 33, p. 153/155v. (C.A.B.)

12. BOXER. A idade do Ouro do Brasil. p. 43
13. Relatório de 24.10.1778 - Livro 11. p. 47/48. (C.A.B.)
14. Carta dirigida a S. Magestade de 11.06.1771, a Secretaria do Estado, Negócios e Marinha; Livro 22. (C.A.B.)
15. Inventário datado de 14.09.1776, no Cartório do 1º Ofício da cidade de Campo Maior - Piauí.
16. Inventário datado de 13.08.1799, no Cartório do 1º Ofício da cidade de Campo Maior - Piauí.
17. SALES. op. cit. p. 42.
18. PIERSON. Branços e Prêtos na Bahia. v. 241, p. 116.
19. GAYOSO. op. cit. p. 122.

CAPÍTULO VI

## AS MANEIRAS DE TRABALHO E AS RENDAS ECONÔMICAS DO ESCRAVO NO PIAUÍ

Como foi exposto em capítulo precedente, a questão sobre o trabalho escravo na região interiorana do nordeste brasileiro vem sendo abordada pela historiografia de forma variada. A primeira e mais tradicional abordagem historiográfica considera o elemento escravizado desnecessário e até impossível de ter existido na pecuária em face da grande quantidade de braços livres e indígenas disponíveis. Ressaltam ainda os estudiosos que defendem este ponto de vista a dificuldade de fiscalização do trabalhador nos campos do criatório.

Contraopondo-se a essa conclusão, há autores que não apenas identificam cativos trabalhando nos currais como também chegam a supervalorizar sua participação, ao considerar a eliminação da escravatura como fator responsável pelas dificuldades que a economia regional sofreu no final do século XIX e início do seguinte.

Entre uma e outra dessas interpretações, encontra-se a tese mais moderada que afirma ter co-existido trabalho livre e escravo na região pastoril do sertão.

Durante os séculos XVII e XVIII, no Piauí, área pecuarista por excelência, o regime escravista foi dominante, embora tenha existido diversas formas de trabalho, desde o livre ao compulsório. Assim como são identificados os passadinhos, tropeiros, boiadeiros que transportavam as reses até as feiras contratados por jornadas, e os vaqueiros que sob a forma de parceria administravam as fazendas, também os escravos são utilizados desde a fase da conquista.

No primeiro momento da história do Piauí, quando

do vigoraram dois tipos de economia, podem ser identificados três tipos de escravos: o índio, o negro e o mestiço. O primeiro, utilizado na economia predatória, durante o devassamento da área, exercia as funções de guia e peça militar; tinha, nos arraiais, o encargo de cultivar gêneros alimentícios necessários à subsistência do terço sertanista.

Concomitantemente à conquista, instalou-se a pecuária, organizando-se desde cedo de forma definitiva. Surgiram as primeiras fazendas estruturadas como propriedade e a organização do trabalho foi definido logo de início. Percebese através da descrição feita por Pe. Miguel de Carvalho, analisado no capítulo V deste estudo, que já na segunda metade do século XVII o escravo foi utilizado de forma expressiva. Suas funções, na ocasião, variavam de vaqueiro a auxiliares de vaqueiro; conquanto entre os que se dedicavam ao tratamento do gado e o cultivo do arroz, feijão, mandioca e algumas frutas consumidas nas fazendas e sítios, foi observada a presença marcante de negros.

Embora com participação modesta, os índios também faziam parte do contingente populacional das unidades produtoras. A mulher escravizada correspondia a quase totalidade do elemento feminino da região ocupada pela pecuária, isto é, 96,8%. Competia a ela, os trabalhos domésticos, incluindo-se o papel de companheira e alguma da atividade agrícola. Vale ressaltar que nesse contingente predominou a nativa, já que correspondia a 62,5% dos habitantes nas rústicas propriedades do Piauí sessentista.

A importância do trabalho escravo até o final do século XVII é facilmente observada na distribuição dos moradores pelas fazendas e na composição social dos mesmos. Em apenas três das 129 fazendas residia o vaqueiro sozinho, em

quanto que 48% dessas habitavam o vaqueiro e três escravos. Mas, foi o próprio Mafrense que informando das necessidades de uma fazenda, nivelou o escravo aos instrumentos agrícolas e gados que deveriam ser fornecidos aos vaqueiros.

A predominância dos negros entre os cativos, já que 109 fazendas abrigavam esse tipo de escravo, pode ser explicada pela própria dificuldade de adaptação do indígena ao trabalho sistemático em seu habitat. Daí talvez porque entre os 64 indígenas apenas 44, correspondendo a 10,1% da população geral, eram do sexo masculino, naturalmente mais rebeldes que as índias.

Em meados do século XVIII o quadro demográfico do Piauí apresenta alterações que podem induzir o pesquisador a questionar sobre o papel do trabalho escravo. Na verdade, conforme análise feita no capítulo anterior, verifica-se a superioridade do número de habitantes livres, sobre o número de escravizados.

Entretanto, deixando de lado o aspecto quantitativo da composição social, convém esclarecer que a existência da escravidão como instituição jurídica numa determinada sociedade, automaticamente, faz com que se divida esta em homens livres e escravos, distinguindo-se as duas camadas em muitos aspectos. Além do comportamento diferenciado, compete a cada uma das categorias, funções também distintas. Nas sociedades escravistas, o elemento livre e principalmente o proprietário de escravos, não se incumbia de trabalhos pesados, considerado degradante. Por outro lado, o cativo antes de ser visto como pessoa (já que não era considerado cidadão colonial), era proprietário de um senhor. Representava, pois, capital que deveria, de preferência, gerar lucros. No mínimo tais elementos teriam de produzir o correspondente ao seu va

lor pago antecipadamente somado aos custos de sua manutenção. Nesse contexto, homens livres, proprietários ou não da força de trabalho, juntamente com os escravos, participavam diretamente do processo de produção, mas que há que se ressaltar o papel do escravo como elemento produtivo.

Como nas demais regiões do Brasil Colônia, no Piauí também vigorou o modo de produção escravista que significou um sistema de produção social tendo por base o trabalho escravo. Tomando a definição de um modo de produção pelas relações sociais de produção, Décio Freitas afirma que a produção escravista era fundamental, mesmo nas circunstâncias de o produto obtido destinar-se ao mercado interno. (1)

Assimilando essa psicologia escravista, os fazendeiros do Piauí adotaram o regime de trabalho escravo, fato que não passou despercebido ao autor do Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí.

"Era cada huma fazenda destas, não se ocupão mais de dez, ou doze escravos, e na falta delles os mulatos, mestiços, e pretos forros raça que abundão os Sertões"

(2)

A preferência pelo trabalho escravo nas fazendas resultou ainda das características da população livre disponível existente na Capitania, que segundo informação do mesmo visitante, autor do documento acima mencionado, vivia ociosa e inútil pela aversão que tem ao trabalho da Agricultura. A guardavam esses habitantes o surgimento de uma vaga para vaqueiro. Isto porque vaqueiro, creador, ou homem de fazenda são títulos honoríficos entre eles, e sinônimo, com que se distinguem aquelles, a cujo cargo está a administração, e eco

nomia das fazendas.

No Piauí do século XVIII, apenas a vaqueirice era compatível com o homem livre. Além desse aspecto, havia probabilidade de edificação de fazendas próprias onde poderiam aplicar com proveito um maior número de escravos. (3) O espírito escravista, portanto, também era comum entre os vagabundos e marginalizados social e economicamente.

Enquanto não vagava o cargo de vaqueiro nas fazendas existentes, por morte ou desistência daquele que exercia a função, ou enquanto não surgissem novas oportunidades com a edificação de outros currais, mantinha-se esse grupo de moradores como agregados das fazendas. Segundo Durão, tais elementos não exerciam qualquer atividade econômica, fazendo parte do que se pode chamar de clientela dos proprietários, eram especializados em executar ações de violência: matar, principalmente, e defender a família do proprietário.

Como se pode observar, os homens do Piauí até o século XVIII, quando não se engajavam como administradores de uma fazenda, transformavam-se no que atualmente é chamado de capanga de um senhor. As demais atividades econômicas eram realizadas por escravos. Deixa, portanto, de servir como argumento que nega a importância da mão-de-obra cativa no Piauí, o índice relativamente inferior de escravos entre os habitantes da Capitania.

Na zona urbana do Piauí na década de 60 do século XVIII, havia em média 4,2 pessoas para uma casa. A divisão de 1,6 escravos para cada residência pode ser considerada até relevante, tendo em vista as condições da vida urbana piauiense nessa época. Oeiras depois de uma década como cidade sede da administração da Capitania, de cidade só gozava o nome, nas palavras de Durão.

Como não havia nesses núcleos urbanos qualquer tipo de prestação de serviço, o trabalho dos escravos limitava-se ao setor doméstico. Nem os escravos de ganho, comumente encontrados nas cidades brasileiras de outras regiões, eram vistos nas vilas e cidade do Piauí.

Maior desempenho teve o escravo na zona rural piauiense ou nos sítios e fazendas da periferia dos centros urbanos. Nesses últimos, além da criação de gado, eram cultivados alguns gêneros agrícolas, como cana para obtenção do açúcar, rapadura e cachaça. É provável que principalmente as unidades produtoras mais próximas das sedes dos distritos dessem parte de sua produção para o mercado urbano. A tarefa dos cativos nas fazendas e sítios seria a agricultura, o pastoreio do gado na limitada área da propriedade e os serviços domésticos.

Era, entretanto, nas fazendas de criar que se instalava a maioria dos escravos do Piauí. Como foi demonstrado no capítulo anterior, havia uma média de 19,1 pessoas para cada fazenda sendo que os escravos dividiam-se na proporção de 7,4 para cada unidade produtora. Também aqui cabe a observação de que os números por si só não representam claramente o quadro.

Descrivendo o Piauí em 1772, o Ouvidor Geral indicou as pessoas que se envolviam no trabalho das fazendas: eram os proprietários e seus familiares, os feitores, vaqueiros, fábricas e agregados. Partindo desse ponto, pode-se observar o caráter do trabalho efetivado por cada um dos elementos a fim de defini-lo como trabalho produtivo e não-produtivo.

Tomando-se o conceito de Oskar Lange para trabalho produtivo, isto é, aquele que cria os objetos materiais,

(4) pergunta-se: que bens ou produtos criavam os fazendeiros, vaqueiros, feitores e agregados? É óbvio que suas atividades satisfaziam necessidades básicas no desenvolvimento das fazendas, entretanto, não criavam bens, produtos. Por isso, adaptavam-se a elas o conceito que o mesmo autor deu ao trabalho não-produtivo que também chama de serviços. Para Lange, toda as atividades relacionadas direta ou indiretamente com a sa tificação das necessidades humanas, mas que não servem direta mente à criação de objetos, são chamadas serviços. (5)

O mesmo, entretanto, não ocorria com o trabalho dos escravos ao se dedicarem a agricultura, pois produziam bens necessários ao consumo nas fazendas; ao construírem os currais, as aguadas, estavam adaptando objetos naturais às ne cessidades das fazendas. Mas nem por isso deixavam de pres tar serviços. Exercendo as funções de artesãos de elementos domésticos, de marceneiros e de tropeiro seu trabalho era uma prestação de serviço. Portanto, no Piauí encontram-se também escravos produtivos e não-produtivos. Os primeiros, seriam aqueles que participavam do processo de trabalho produtivo propriamente dito. Os demais, como aponta Décio Freitas, po diam desempenhar funções socialmente úteis ou necessárias, mas economicamente improdutivos. (Veja fig. n<sup>os</sup> 8 e 9 no final cap.)

Na agricultura das fazendas, a força de traba lho escravo firmou-se como a mais importante. Segundo Alen castre, o desprezo da população livre por esse tipo de ativi dade retardou a utilização de técnicas agrícolas mais desenvol vidas durante o século XVIII. Disse ele em 1897,

"a importação de instrumentos agrários é hoje de palpitante necessidade, porque com a reexportação dos escravos, e a ausên cia de seus braços, a lavoura há de so

correr-se a braços livres, que, não es  
tando acostumados ao rude trabalho do es  
cravo precisam de ser auxiliados". (6)

Competia também ao escravo a confecção de uten  
sílios necessários mais rústicos como celas, arreios, artefa  
tos de madeira, de barro e até a fabricação de tecidos utili  
zados no cotidiano pela escravaria e demais habitantes das fa  
zendas. Essa era uma das atividades das mulheres que também  
trabalhavam nos cercados e até construía casas. (7) Exerciam  
ainda os escravos funções que poderiam ser específica do ho  
mem livre, a exemplo da enfermagem. No hospital onde eram  
tratados os escravos doentes, os curativos eram feitos por es  
cravos do fisco.

Além dos cativos do setor urbano e daqueles que  
trabalhavam nas fazendas e sítios, existiam outros empregados  
na indústria do charque. Instalada em Parnaíba, pelos anos  
de 1770, com vista a exportação de carne, foi a principal res  
ponsável pelo desenvolvimento da vila. O aumento populacio  
nal verificado entre 1762 e 1772 prova isso.\* No início dos  
anos 60 sua população compreendia 19 pessoas instaladas nas  
quatro únicas casas existentes. Dez anos depois, o número de  
seus habitantes era 2.694. Pela quantidade de elementos de  
pele escura, principalmente destacando-se os pretos, pode-se  
atribuir que a grande quantidade desses moradores eram es

\* Veja quadro nº 13 - Parnaíba pertencia à freguesia de Piracuruca. Sua po  
pulação em 1762 compreendia os 19 habitantes indicados no referido qua  
dro como da zona urbana da freguesia.

vos. Mesmo porque em 1797, portanto 27 anos depois da instalação da primeira empresa, 33,13% da população era escrava sendo que entre esses 92,64% era composta de pretos. O índice de pretos livres no mesmo ano era de 7,35% da população geral.\*

Eram as charqueadas mais um tipo de trabalho considerado pouco digno para o homem livre, não apenas pela sua natureza, mas pelo próprio ambiente das oficinas.

"as epidemias que quase todos os anos experimenta, porque o fétido que causa o sangue espalhado e mais miúdos de tantos milhares de reses que se matam no pequeno espaço de um até dois meses, corrompe o ar com muita facilidade e produz o danoso apontado. As moscas e outras sarandijas são tão enumeráveis que causam inexpressáveis moléstias aos habitantes, e isto mesmo há de suportar precisamente toda pessoa que vá de fora porque só no tempo de verão se pode caminhar por aquele distrito, pois de inverno por ser baixo, e alagadiço, se cobre lagoas e faz absolutamente impraticáveis os caminhos de sorte que o povo se tem visto na consuetidão de padecer algumas formas".\*\*

\* Veja quadro nº 14.

\*\* DURÃO, A.J.M. Descrição da Capitania de São José do Piauí, 1772. São Paulo, L.R.B. Descrição da Capitania de São José do Piauí, 1772. São Paulo, Revista de História nº 112, 1977, p. 563.

Portanto, na sociedade piauiense dos séculos XVII e XVIII, onde os homens se distinguiam por sua condição jurídico-social, havia habitantes livres e habitantes escravos. Entre os livres, proprietários ou não de escravos, observa-se como característica relevante sua indisposição para trabalhos mais exaustivos, que numa economia como a piauiense, significava via de regra atividade produtiva. Assim, no sistema econômico do Piauí identifica-se dois polos: um produtivo e outro não produtivo. No primeiro, enquadravam-se os escravos se constituindo em agentes economicamente produtivos do processo econômico.

## NOTAS DO CAPÍTULO VI

1. FREITAS. Escravos e Senhores de Escravos, p. 19.
2. Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauí, in: Revista Trimensal do Instituto Histórico, tomo XLII, PI p. 88.
3. Idem, idem, p. 69
4. LANGE. Moderna Economia Política, p. 18.
5. Idem, idem. p. 18.
6. ALENCASTRE. Memória Cronológica, Histórica e Geográfica da Província do Piauí. p. 83.
7. Documento de 27.08.1787 do livro 29, correspondendo a Portarias e Bandos no período de 1779/1789. (C.A.B.).

CAPÍTULO VII

## O ESCRAVO NA FORMAÇÃO SOCIAL DO PIAUÍ

A vigência da escravidão, constatada na divisão social em pessoas livres e escravos, por si já segregadas parte dos habitantes, colocando-a em posição inferior e concorrendo para que as duas castas tivessem interesses antagônicos. A observação de como se articulavam os dois principais segmentos sociais do Piauí é de grande importância, vez que o escravismo foi a principal forma de obtenção da mão-de-obra, pelo menos até o final do século XVIII.

Escravizar significa reduzir o homem à condição de cativo, sinônimo de propriedade, pois ser escravo é estar sujeito a um senhor como propriedade dele. Dessa forma, o homem quando escravizado, vê sua condição de pessoa comprometida, nivelada aos objetos.

"desde que o homem é reduzido à condição de coisa, sujeito ao poder e domínio ou propriedade de um outro, é havido por morto, privado de todos os direitos, e não tem representação alguma". (1)

Entre os atos jurídicos que comprovam a coisaificação do homem escravo no Piauí destacam-se os inventários dos patrimônios pertencentes às pessoas que faleciam. Neles, quando são relacionados, avaliados e divididos os bens materiais, os escravos encontram-se entre os semoventes, denominação dada a animais domésticos ou domesticados.

Até o final dos anos setecentistas, observa-se que a posse dos escravos foi generalizada, incluindo-se entre

os proprietários a Coroa portuguesa, o claro, pessoas ricas e pobres, pretas, brancas, mestiços e até escravos. Não se limitava, portanto, a determinado grupo social, deixando transparecer o quanto a escravidão havia se impregnado e se consolidado na sociedade piauiense.

Mesmo quando a ação dos jesuítas se limitou às missões, praticavam os missionários a escravidão disfarçada ou abertamente. Entretanto, foi a partir de 1711, quando receberam, através de legado, o patrimônio pertencente a Afonso Sertão que os padres da Companhia assumiram o papel de escravistas, o qual era mais condizente com o regime constituído no Brasil Colônia. Como administradores das fazendas e sítios, ao tempo em que se empenharam a ponto de multiplicarem o referido patrimônio, conservaram o regime da escravidão que já vigorava nas unidades de produção.

A partir de meados do século XVIII, quando foram confiscados os bens pertencentes ou administrados pelos jesuítas, a Coroa Portuguesa tornou-se proprietária de escravos em terras do Piauí. Acredita-se que o governo lusitano fosse o proprietário de maior número de cativos no Piauí, pois possuía em suas fazendas e sítios 1.010 cavalos, 1.860 bestas e 50.670 cabeças de gado vacum e um total de 489 escravos.(2) Esses dados são do levantamento feito em 1782.

Com relação aos habitantes do Piauí em geral, a prática de possuir escravos foi amplamente difundida. No entanto, ocorriam casos de pessoas que não tinham escravos, apesar de serem criadores de gados e cultivadores do solo. Antonio Vieira de Castro enquadra-se entre esses, pois tinha 150 cabeças de gado vacum e 12 cavaleiros. Entretanto, o mais comum, conforme os inventários analisados, era os fazendeiros possuírem escravos, mesmo sendo pequenos os currais e a agri-

cultura praticada apenas de subsistência. Damião Rodrigues de Brito, por exemplo, quando faleceu em 1788, tinha somente 33 cabeças de gado vacum e 6 cavalares, mas contava com dois escravos: um mestiço de 35 anos e uma Rebolo de 20 anos. Vicente de Sousa Coutinho possuía cinco escravos na sua fazenda Buri Grande, embora tivesse apenas 2 bois e 3 éguas.

A aquisição de escravos mestiços, crioulos ou negros africanos, para os moradores do Piauí, significava altíssimo investimento, pois seu valor superava ao dos demais utensílios de uma fazenda. Pelo baixo preço dos principais produtos piauienses no mercado da Capitania, é quase certo que só através das transações com outras praças fosse possível a compra de braços escravizados. De acordo com as declarações feitas no inventário, Izabel de Castelo Branco possuía o equivalente a 25:095\$980rs. em gado, escravos, quatro fazendas, casas de tijolo e taipa, objetos em couro, cobre, prata e estanho, além de um engenho, plantações de cana e mandioca, carros de bois e instrumentos agrícola. Deste valor ..... Pondiam a 5:160\$000rs. Antonio de Sousa Lima quando faleceu deixou a seus herdeiros 50\$000rs em dinheiro, 15\$740rs em ouro lavrado, objetos em prata no valor de 25\$360rs. um engenho de 130\$000rs., fazendas avaliadas em 160\$000rs e terras cultivadas com cana e mandioca por 170\$000rs. Todo o patrimônio declarado correspondia 3:239\$840rs, sendo que 1:305\$000rs era o valor referente aos escravos. (3)

Embora, a posse de escravos não estivesse obrigatoriamente relacionada à propriedade de gado e de títulos territoriais, verifica-se que, em geral, eram grandes latifundiários pecuaristas quem possuíam maior quantidade de cativos. Entre os inventariados constantes da amostragem que serviu de base aos estudos referentes aos fazendeiros particulares, a

queles que possuíam mais de 1.000 cabeças de gado bovino a  
 lém de cavalares e outros eram também os que contavam com mais  
 escravos. Entre os fazendeiros dos quais foi possível colher  
 todas as informações necessárias, encontram-se os seguintes:

NOME	Gado Vacum unid.	Gado Cavalari unid.	Ovelhas unid.	Cabras unid.	Escravos unid.
Ana M <sup>te</sup> de Jesus	3.105	54	-	-	36
Joaquim J. de Sousa	1.000	52	-	-	29
Izabel de C. Branco	6.000	804	40	16	39
Manoel da Cunha de Carvalho .....	3.500	750	46	16	15
Antonio da Costa de Oliveira .....	1.200	98	-	-	15
Lourenço Mendes da Silva .....	1.000	35	10	20	10
Antonia A. de Britto	5.300	15	-	-	10

Contudo, havia casos em que mesmo possuindo  
 grande quantidade de gado, o fazendeiro dispunha de poucos es-  
 cravos. Ignácio Luis de Magalhães foi um deles, pois apesar  
 de seu rebanho superar as 1.000 cabeças só possuía um cativo.  
 Ocorre que no Piauí, muito embora as riquezas fossem basea-  
 das na posse de terra e animais, o que permitia lucros no co-  
 mércio do gado e do arrendamento dos sítios, a posse da terra  
 e do gado sem o domínio da força de trabalho não deixava de  
 gerar riquezas. Isso porque a pecuária exigia poucos braços,  
 que não precisavam necessariamente ser importados e escraviza-  
 dos.

No Piauí a escravaria não era privilégio de

grandes senhores. É certo que existia concentração de escravos em poder de alguns fazendeiros ou de pessoas proprietárias de bens em geral: Entretanto, de acordo com os inventários, observa-se que foi comum e acessível à população em geral investir na compra de escravos, já que apenas em quatro dos sessenta e um inventariados não constam cativos. Isto significa dizer que não havia uma relação direta com o interesse de acumulação de bens, mas uma relação muito mais social na posse do escravo: não apenas alívio de trabalho braçal, mas uma ostentação de posição social. Desde que pudesse adquirir uma peça, o habitante do Piauí não se fugia a isso, mesmo que não desfrutasse de excelentes condições materiais de vida. Entre os inventariados foram identificados muitos cujo patrimônio era bastante reduzido, conquanto constam nas declarações escravos de sua propriedade. Observa-se pois, que a escravatura no Piauí extrapolou a condição de uma instituição econômica já que a posse de escravos além de lucrativa, era também um indicador do nível do proprietário.

Apesar desse fato, o regime escravista implantado no Piauí, pelo menos até o final dos anos setecentistas, apresentou as características fundamentais daquele que vigorou nas demais regiões brasileiras cujo objetivo era desenvolver a economia. Confirmando-se a idéia de Octávio Ianni de ter sido única a escravidão no Brasil

"o sistema de trabalho que produziu o escravo na região canavieira, na área de mineração e nas zonas cafeeiras era o mesmo que se espalhou e se tornou dominante, embora modificado, na economia baseada na criação de gado e na produção do mate". (4)

Para melhor compreensão das relações entre senhores e escravos, bem como do comportamento do cativo frente ao regime escravista, faz-se necessário retomar alguns aspectos do contexto social piauiense durante o período focalizado.

Como foi demonstrado em capítulos precedentes, as relações sociais do Piauí foram permeadas de violência e arbitrariedades. À semelhança da sociedade pecuarista rio-grandense, o quadro social do Piauí,

"não só se organizou nos moldes de uma estrutura patrimonialista, como às posições assimétricas na estrutura social correspondia formas de comportamento reguladas por rígidas expectativas de dominação e subordinação. Frequentemente a compatibilidade entre as expectativas era assegurada pelo exercício violento e arbitrário da autoridade inerente às posições hierarquicamente superiores do sistema social". (5)

A maneira como ocorreu a posse e distribuição da terra, deu origem à grande propriedade onde vigorava o patriarcado, tendo por base o trabalho escravo com a participação do vaqueiro e agregados. O fato de que só os grandes pecuaristas dispunham dos recursos necessários à penetração e conquista da área, assegurou-lhes, também com exclusivade, o direito de posse de grandes extensões territoriais, requisito básico para que formassem a camada dominante da sociedade local. Os demais colonos, tanto dos "terços" quanto aqueles que chegaram posteriormente, ocupavam posição social inferior.

O domínio da terra destacava, pois, social e po-  
liticamente os grandes senhores do restante da população, fa-  
zendo com que pequenos proprietários e colonos sem terra se  
vissem impedidos de ocupar posição social mais relevante. Em  
face do poderio dos grandes senhores a maior parcela da socie-  
dade mantinha-se dependentes daqueles. Até mesmo a condição  
de homem livre e independente comumente atribuída ao vaqueiro  
é discutível. Sua posição de parceiro ou como querem alguns,  
de sócio menor na empresa pecuarista, transmudava-se com o  
passar dos anos para uma dependência, pois transformava-se  
num elemento de confiança do grande senhor, dando origem a  
vínculos difíceis de serem rompidos.

É provável que a explicação esteja relacionada  
à dificuldade de aquisição de terras próprias obrigando parte  
dos criadores a construir seus currais em terras dos lati-  
fundários. Como foi visto anteriormente, as sesmarias foram  
objeto de muitas disputas, permitindo que se interprete o con-  
flito entre posseiros e sesmeiros, como uma tentativa dos co-  
lonos sem terra de fugirem da dominação e exploração dos gran-  
des proprietários. Quanto ao agregado, condição vivida por  
grande número de habitantes do Piauí até o século XVIII, não  
há dúvida de que simbolizavam o poderio do grande senhor. Su-  
bordinados ao proprietário da fazenda ou a seus prepostos, vi-  
viam à margem do processo de produção econômica, reforçando,  
porém, a estrutura social.

Um conjunto de circunstâncias favorecia ao  
grande senhor exercer a forma autocrática de dominação. Por  
muito tempo, a presença muito próxima do indígena, oferecendo  
resistência a expansão dos currais e disposto a desencadear a  
taques às fazendas, contribuiu para aumentar a insegurança lo-  
cal, induzindo os pequenos criadores a buscarem proteção jun-  
to ao grande senhor de fazenda. Por outro lado, o poderio

dos grandes proprietários do Piauí, como em toda a Colônia, estendia-se ao plano político. O acesso e a influência de que desfrutavam nos meios palacianos da Bahia e Pernambuco serviu-lhes de instrumento na satisfação de seus interesses pessoais. Depois da criação da Capitania, através das pressões exercidas sobre o Governo local, obtiveram os mesmos resultados, muito embora a indicação e a nomeação dos governadores recaíssem em favor de pessoas estranhas à sociedade.

Por ser difícil, para não dizer impossível, a administração da Capitania sem o apoio da aristocracia rural, os governadores, em geral, procuravam não contrariar os interesses dos grandes fazendeiros, contribuindo para consolidar a posição privilegiada que já vinham ocupando. Um exemplo disso, foi o posicionamento de João Pereira Caldas, primeiro governador, com relação ao sério problema fundiário do Piauí. Nenhuma atitude mais ostensiva tomou no sentido de solucionar o conflito entre posseiros e sesmeiros.

Por conveniência política e, quem sabe, até por uma questão de sobrevivência pessoal, os administradores do Piauí até o século XVIII, não ousavam ir de encontro às pretensões da camada dominante. E aqueles que agiram de forma diferente foram duramente castigados. No capítulo V das Pesquisas para a História do Piauí, Odilon Nunes, sob título bastante sugestivo - **Oligarquia indígena contra delegados de el-Rei** - traz à luz muitas informações sobre a matéria. O pesquisador piaulense admite inclusive que Antonio José de Moraes Durão fora a primeira vítima da cizânia disseminada pelos oligarcas do Piauí, se é que Botelho de Castro não tenha a prioridade. (6)

Provavelmente, por esse motivo, nenhuma alteração mais expressiva pôde ser observada no cenário político-so-

cial do Piauí, como testemunha João de Amorim:

"hoje que tomei posse do governo desta Capitania que foi como participei a V.Exa. no primeiro ofício datado a dezenove de dezembro do ano passado (1797), vendo a grande desordem em que se achavam todos os diferentes ramos da administração da justiça, os que viviam os melhores e mais honrados homens deste sertão, não havendo qualidade alguma de despotismo que se não tivesse praticado contra eles sem outro motivo algum de que querem possuir as suas fazendas, ou de condescender com a insaciável vontade daqueles que despoticamente governavam esta desgraçada Capitania, ou de irem buscar alguma das mais vizinhas refúgio do risco em que cada um se via, abandonando ao governo de feitores os bens que lhe ficavam". (7)

Diante desse quadro das relações entre pessoas jurídica e socialmente livres, indaga-se que tipo de relacionamento foi mantido entre homens livres e escravizados. A questão torna-se premente quando se sabe, através de Suely Robles Queirós, que os mecanismos da instituição servil dos tempos modernos eram regulados pela coerção e repressão, fórmula única de serem mantidos separados os dois pólos sociais.

"Coerção, repressão e violência constituíram as formas de controle social em uma sociedade de escravista". (8)

Se entre os elementos não subordinados ao regime escravista o relacionamento baseava-se neste três elementos, como teria sido o controle social da massa escravizada?

No contexto escravista piauiense verifica-se que a violência, entendida por constrangimento físico ou moral, esteve presente no tratamento dispensado aos escravos. Se por um lado, a existência de instrumentos de tortura comprovam que o recurso do castigo físico foi uma alternativa para manter a ordem escravista, por outro, o próprio ato de escravizar consiste em agressão à condição de ser humano dos índios, negros e mestiços mantidos sob o cativoiro. A coerção, portanto, achava-se implícita. Fundamentada no aspecto jurídico, a força que emanava dos proprietários de escravos era capaz de impor o respeito à norma legal, isto é, na condição de bens materiais incorporados ao patrimônio do senhor, os escravos, deveriam respeitar, amar e ser fiel ao amo mesmo ferindo os aspectos mais intrínsecos à condição humana. Além dos maus tratos físicos, a repressão de cunho psicológico, foi eficiente mecanismo de defesa utilizado pelos escravagistas. Através deles, os sentimentos e impulsos da camada dominada em desacordo com o meio social, foram mantidos fora do campo da consciência.

Não se pretende aqui afirmar que a escravidão no Piauí tenha sido mais, ou menos violenta, coercitiva e repressora que aquelas implantadas nas demais regiões do Brasil. Pelas próprias características da economia local, pode-se imaginar que a capacidade de trabalho do cativo talvez fosse menos explorada que nas regiões agrícolas e minerais, entretanto, torna-se difícil concluir que a manutenção da ordem escravista fosse possível sem a utilização de mecanismos repressores, conseqüentemente violentos.

Também nas fazendas de criar do Piauí achava-se o escravo sujeito ao temperamento e caráter de seu proprietário. Tem-se notícias de senhores que matavam seus escravos em momentos de raiva e também de torturas praticadas contra o cativo. (9)

Quando se pretende estudar o funcionamento da escravidão no Piauí, faz-se necessário observar, em primeiro lugar, que, de acordo com o tipo de proprietário, existiam pelo menos, dois grupos de escravos: um composto de cativos pertencentes à Coroa e outro que abrangia os de propriedade de particulares. Esse fato provavelmente implicaria na vigência de pelo menos dois tipos de tratamento. Para os escravos do fisco, por exemplo, havia em Oeiras um hospital onde recebiam tratamento médico-hospitalar. O Dr. Francisco José da Costa Alvarenga foi um dos cirurgiões nomeados para fazer curativos naqueles que ficavam doentes e eram recolhidos ao hospital. A instituição era mantida pelas fazendas reais, conforme circular dirigida em 10.10.1778 aos inspetores dos três departamentos,

"enviar no começo do inverno para a Tesouraria como auxílio ao Hospital 1 as (aroba?) de sebo e outra de sabão para benefício dos escravos de sua inspeção ao escravo deve acompanhar uma pessoa e trazer recursos de subsistência carne e cereais". (10)

Evidentemente que os escravos pertencentes a particulares, também poderiam ser tratados no mesmo hospital, mediante pagamento feito pelo interessado. Fica, entretanto, a dúvida se os senhores remetiam seus doentes à capital da Capitania.

tania.

Outro aspecto que deve ser ressaltado diz respeito às fontes históricas principalmente as do século XVII e XVIII. Tendo em vista que nesse período a grande maioria da população era analfabeta, mesmo porque não havia escolas na Capitania, as informações, quase sempre são de caráter oficial. Em geral não tratam de assuntos referentes aos escravos residentes nas fazendas particulares, dando a entender que o tratamento dispensado ao escravo ali residente, bem como o comportamento dos mesmos era preocupação de seus respectivos senhores. Percebe-se, entretanto, que o castigo físico era encarado como uma necessidade não apenas como punição por indisciplina, mas também, como medida preventiva, um recurso usado para manter o sistema e a ordem social. Embora existisse legislação de caráter geral para a colônia, no Piauí o tipo de penalidade aplicada aos escravos rebeldes ficava a critério das pessoas mais próximas a eles, mesmo nas fazendas da Coroa, como demonstra o documento abaixo:

"somos a dizer-lhe que a Vmcê nem tão pouco aos mais Inspectores lhe tem proibido o castigo aos escravos de suas repartições quando eles se fazem merecedores delles e assim pode Vmcê mandar apreen - der esses fugitivos e castigálos em termos hábeis, e na forma de estilo ali praticado que é de precisão, acoite e palmatória, e não com pau e outro instrumento que lhe possa fazer dano como alguns criadores tem praticado sem consideração atirando-lhe com que tem o seu melhor modo o que tem sido constante a este res

peito". (11)

Observa-se ainda na citação acima que, apesar de deixarem os administradores reais à vontade quanto ao tratamento dispensado aos escravos, as recomendações refletem o receio de possíveis exageros. Denuncia ainda a referida fonte, a inconseqüência dos propretários particulares quando castigavam a peça cativa, se arriscando a inutilizá-la.

Quanto ao tratamento dispensado ao escravo do fisco, ocorria fato interessante que provavelmente implicaria em forma menos violenta. A administração dos bens reais foi, nesse período, função muito disputada pelos habitantes da Capitania. Em face dessa concorrência, seus administradores o brigavam-se a zelar não apenas pelo rebanho bovino, mas pela massa de cativos. Chegando ao conhecimento do governador a divulgação de qualquer temeridade cometida pelos inspetores, poderia implicar a demissão do administrador. É possível que se aproveitando dessa situação, a escrava Esperança Garcia, sentindo-se tolhida em seus direitos, apresentou, do próprio punho, queixa contra o administrador da Inspeção de Nazaré, descrevendo o tratamento recebido:

"Eu sou hua escrava de V.S. da administração do Cap.<sup>an</sup> Ant<sup>o</sup> Vieira de Couto, cazada. Desde que o Cap.<sup>an</sup> p.<sup>a</sup> Lá foi administrar, q. me tirou da fazd<sup>a</sup> dos algodois, aonde vevia com meu marido, para ser cozinheira da sua casa, onde nella passo mt<sup>a</sup> mal.

A primeira hé q. ha grandes trovoadas de pancada entum Filho meu sendo huã criança q. lhe fez extrair sangue pella boca, em min não poço explicar q. sou hũ colcham de

pancadas, tanto q. cahy huã vez do se  
brado peiada; por mezericordia de Ds. es  
Capie.

A segunda estou eu e mais minhas percei-  
ras por confeçar a três annos. E huã  
criança minha e duas mais por Batizar".

(12)

Algumas observações referentes ao sistema escra  
vista no Piauí podem ser feitas com base na carta de Esperan-  
ça. Uma delas é o fato de que ao ser destacado para trabalha  
lhar na residência das inspeções, o escravo estava sujeito a  
um tratamento mais violento. Nas fazendas, talvez, se sentiss  
sem mais livres, embora provavelmente trabalhando em serviços  
mais exaustivos.

Outra observação diz respeito à família do escra  
cravo. Embora fosse permitido o casamento entre cativos, a  
separação de membros da família achava-se sujeita à vontade e  
necessidade do administrador. Pode-se ainda observar a preo  
cupação da escrava quanto ao cumprimento dos princípios da  
religião cristã. Mesmo sendo responsabilidade dos administra  
tradores o batismo das crianças, a família escrava preocupava  
-se quando não era efetivado logo nos primeiros anos de vida.

O batismo, segundo a religião católica, permit  
tia ao homem renascer espiritualmente. A importância conferid  
da pelos fazendeiros a esse sacramento foi assimilada pelos  
escravos que certamente passavam a interpretá-lo como element  
to que distinguia o ser humano dos demais mortais. No Piauí  
é possível que, como nas demais regiões escravistas, através  
do contato com os católicos ou por pressão social, a religião  
da camada dominante foi absorvida e professada pelos escravos  
índios, negros e mestiços.

A fiança da Igreja Católica de que a salvação da alma se obtinha através de uma vida terrena cheia de sacrifícios condicionava ao conformismo os escravos que viviam num verdadeiro vale de lágrimas. O fatalismo e o conformismo pregados pela Igreja atraía os cativos a professarem a religião católica. Deus os havia escolhido para essa missão: deveriam ser portanto resignados e crentes, porque ganhariam a glória eterna. **Os humilhados serão exaltados.** Torna-se desnecessário dizer quanto essa afirmativa interessava aos senhores. Por outro lado, era importante também para os escravos aceitar as cerimônias religiosas, pois, para eles, significava um ritual de ascensão social.

Voltando as denúncias de Esperança, foram estas endossadas, através de documento escrito contendo informações sobre o excessivo número de horas de trabalho exigido dos escravos, bem como a pobreza da alimentação oferecida aos cativos. É possível que o tratamento dispensado aos escravos da inspeção de Nazaré fosse exceção. No entanto, o comportamento dos escravos praticando atos de rebeldia pode vir a indicar que as relações entre senhores e escravos tiveram por háse a violência física ou moral.

A observação da atitude do escravo do Piauí permite que se afirme ter ele demonstrado, dentro de suas possibilidades e nas mais diversas formas, sua revolta contra o cativo: apelando às autoridades como fez Esperança, roubando e depredando o patrimônio do senhor, ou fugindo da fazenda. O fato é que registrou seu inconformismo. É lamentável que as fontes sobre a escravidão sejam de autoria dos escravizados por eles, impedindo que se tenha uma visão da escravatura pelo ângulo do escravizado.

É evidente que esse fenômeno, deve ser analisado, num ângulo conjuntural, que extrapola as relações a nível de senhor e escravo. Ao cometer um ato de insubordinação, achava-se o escravo sujeito também às contingências de cunho social. Por exemplo, quando o escravo evadia-se, sabia ele pelas próprias regras sociais, que seu status não seria modificado, quando muito poderia ser nivelado ao dos agregados, que, como já foi visto, não desfrutavam de liberdade. É provável que essas circunstâncias tenham limitado o número de fugas entre os escravos, dando a falsa idéia de que o cativo das fazendas achava-se perfeitamente acomodado ao regime de escravidão.

Apesar disso, a fuga foi uma forma freqüente e eficaz de busca da liberdade perdida, ou nunca desfrutada. Foi um recurso utilizado tanto pelos escravos de propriedade de particulares, como por aqueles pertencentes à Coroa. Pode-se dizer que, no Piauí, o escravo não fugia apenas do ríspido tratamento físico recebido, o mais certo é que ao se evadir estivesse fugindo do senhor, do sistema, do cativoiro. Não se intimidava com as dificuldades de sobrevivência que por certo enfrentaria, nem com os riscos dos castigos comumente aplicados aos fugitivos. Além das fugas individuais, segundo os documentos, aconteceram também as coletivas, que bem poderiam compreender ou não membros de uma mesma família.

Em geral os fugitivos buscavam o interior das matas, onde, com mais segurança, procuravam viver em estado de liberdade. A documentação concernente ao século XVIII faz referência a muitos quilombos organizados no Piauí. Embora não se tenha notícia de quilombos representativos em termos de quantidade de seus componentes, no Piauí, esses núcleos formados por escravos foragidos implicavam sérias consequências econômicas e sociais.

A fuga dos cativos, mesmo individual, significava prejuízo para o proprietário. Na economia piauiense, onde em geral a produção do escravo não se achava diretamente vinculada ao mercado, no mínimo a perda se limitava ao valor do cativo. No caso da peça fugitiva ter nascido na própria fazenda, portanto, sem que tivesse sido investido capital na sua aquisição, o prejuízo, ainda assim, era significativo, se computado a alimentação e vestuário, e o valor intrínseco da peça. Portanto, se fosse possível somar os valores comerciais correspondentes é certo que seria obtido expressiva quantidade de contos de réis nos muitos quilombos formados no Piauí. Pelo que o escravo valia no cômputo geral dos bens, tem-se uma idéia dos prejuízos econômicos financeiros que representavam os mucambos mesmo que estes não fossem muito grandes.

Por outro lado, havia ainda as repercussões sociais do ato fuga. O sucesso daqueles que conseguiam atingir seu objetivo, estimulava os demais. Com isso, além dos prejuízos de ordem econômica, a fuga representava uma ameaça escravocrata. Mais sérias ainda eram as conseqüências dos quilombos. A certeza de que em algum lugar, os fugitivos viviam fora do alcance do senhor, exercia forte atração sobre os cativos que se encontravam nas fazendas. Havia, pois, a possibilidade de se avolumarem as tentativas de fuga, ameaçando pela base a sociedade escravista. Os perigos não paravam aí, os roubos e assaltos comumente praticados pelos quilombolas colocavam em risco a segurança pessoal e do patrimônio. Em 1779, por exemplo, dois quilombos organizados nas matas do Poti preocupavam a população e a Câmara de Campo Maior pelos constantes ataques praticados contra as povoações e currais mais próximos. (13)

No Piauí aconteceram casos de escravos foragidos que voltavam às fazendas, em horário propício, para indu

zir os demais à fuga. Um exemplo foi a negra Maria que aparecia capitaneando gente cativa, em atitude ostensiva, a ponto das autoridades admitirem que a mesma vivia zombando da justiça ou protegida desta. (14) Em sua luta contra o regime de cativo, o escravo do Piauí que praticava a fuga não se limitou a seduzir e a insuflar apenas negros e mestiços. Agiram também sobre os índios. Em 1778, aconteceu grande revolta entre os gueguês aldeados, tendo como líder um escravo que havia fugido. Além dos furtos cometidos contra o diretor do reduto, os revoltosos atacaram outras fazendas cometendo toda sorte de atos violentos, inclusive mortes. (15)

A aliança entre negro e índio foi muito comum no Piauí durante o século XVIII. Podem-se apontar várias razões para o fato. Em primeiro lugar, a natural reação do nativo à dominação dos colonos fez dele aliado natural dos cativos negros. Por sua vez, negros e mestiços escravizados, ao contar com o auxílio do índio, tinham suas possibilidades de êxito nas fugas aumentadas. Conhecedores da região, os indígenas indicavam lugar seguro para esconderijo e dificultavam a ação dos capitães do mato, já que eles eram os guias e peças militares dos contingentes capitaneadores de escravos fugitivos.

Através da documentação consultada, percebe-se que em resposta ao tratamento violento dos escravizadores, a atitude dos escravos foi também agressiva, o que gerava, por sua vez, a necessidade de ser combatida de forma austera. Todavia, apesar das punições aplicadas aos rebeldes terem sido severas, denotam as fontes que havia por parte dos proprietários preocupação quanto aos prejuízos que por ventura ocasionassem, talvez porque o escravo representasse investimento muito alto para os pecuaristas. Diante disso, os castigos eram graduados de acordo com a infração cometida. É o caso do es

cravo da fazenda Gameleira que ao ser capturado, recebeu sesenta açoites, embora ainda conservasse o cavalo pertencente a João Barbosa Ribeiro que roubara por ocasião de sua fuga (16)...

A pena de morte também chegou a ser aplicada. Entre outras faltas cometidas merecedoras dessa sentença, a chava-se a sedução de escravos à fuga. Pela própria gravida de do crime cometido, envolviam-se na captura desse fugitivo, fazendeiros, vaqueiros e até escravos. Houve caso em que fo ram dadas ordens expressas pelas autoridades governamentais para que todos pegassem em armas a fim de prender ou eliminar o elemento perturbador.

Com relação aos quilombos, a repressão envolvia toda a sociedade escravista. Como eram núcleos formados por um número maior de escravos foragidos, na grande maioria ins talados em lugares de difícil acesso e contando com a ajuda dos nativos, a devassa exigia a participação de elementos es pecializados fortemente armados. O confronto certamente na maior parte das vezes tornava-se um combate violento. Nesse, como em outros casos, embora o interesse maior fosse a elimi nação do perigo que representavam, observa-se na documentação sobre a matéria, a preocupação no sentido de que fosse evita da a mortandade dos quilombolas. Depois de rendidos, os pri sioneiros eram remetidos ao Juiz Ordinário que os repassava aos respectivos proprietários. Quando presente, competia a ele a aplicação do castigo merecido.

Entre os habitantes do Piauí, a concepção do e lemento reduzido ao cativo era a mesma de outras socieda des também escravistas. Nivelado à condição de objeto, merca doria comerciável, obrigatoriamente pertencia a alguém. Como ser animalizado tinha como privilégio a missão de executar trabalhos pesados e degradantes ao homem. Considerado como

elemento inferior, sem capacidade de assimilação intelectual, necessitava ser tutelado, representado. O escravo também no Piauí significava perigo, tornando-se necessário que medidas fossem tomadas a fim de torná-lo impotente para praticar atos violentos. Uma delas era a seguinte proibição:

"que nenhum escravo, quer de guiné, quer do gentio da terra, e bem assim crioulos, mamelucos, mulatos, cafusos andem de armas defesas (proibidas), cacetes e violas, sob pena de três dias de prisão e cinquenta açoites por dia". (17)

Ainda assim, no desenvolvimento do processo histórico identificavam-se cativos que chegaram a exercer funções específicas de homens livres, a exemplo da vaqueirice. Outros foram até alfabetizados, colocando-se como exceção entre os habitantes da Capitania. Ao invés de negarem a estrutura escravocrata, esses exemplos serviram para confirmá-la. O facto de determinado escravo assumir o posto de vaqueiro e administrador de fazenda indica que o mesmo havia conquistado a confiança do senhor que, por sua vez, não se sentia sensibilizado o suficiente para conceder-lhe a carta de alforria. Todavia, o tratamento diferenciado recebido, se não eliminava, pelo menos atenuava as rivalidades entre cativos e senhores. Por outro lado, foi comum nas sociedades escravocratas, a organização ou distribuição do trabalho dos escravos segundo ordem hierárquica que se refletia no relacionamento entre os escravos, distanciando um dos outros.

O rigor das relações escravistas sonado à dominação paternalista exercida pelos proprietários limitava a reação do escravo de forma mais consciente. Dispersos nas fa

zendas, sem condição de se agruparem, o escravo no Piauí pelo que parece, não questionou mais profundamente sua condição de dominado. Quando muito, como no caso de Esperança, reclamavam os maus tratos recebidos. Em geral fugiam, roubavam ou matavam, numa atitude inconseqüente até irracional. Não se tem notícias até o século XVIII, de movimentos organizados de cativos que oferecessem pressão ao regime escravista.

A possibilidade que o escravo tinha de poder cultivar um pedaço de terra para consumo próprio não significava que o regime era mais ameno. Ao contrário, com eles elevava-se o grau de exploração do trabalho do escravo. Esses cultivos autônomos feitos geralmente em horário que não prejudicasse o andamento dos trabalhos na fazenda, eram até favoráveis ao senhor. Em primeiro lugar porque ajudava na alimentação da massa cativa e, em segundo, porque representavam um freio às tentativas de fuga. O documento abaixo demonstra claramente como na realidade funcionavam essas concessões feitas pelos escravizadores.

"Outrossim lhe ordeno que Vm<sup>de</sup> procederá uma averiguação de todos os bens que eram pertencentes ao preto Gregório escravo que foi da Fazenda do Saco e hoje falecido, e procederá a fazer uma partilha entre os ditos bens, mandando Vm<sup>de</sup> fazer a metade do gado para S. Maj. entrando nesta metade o escravo que me é constante lhe deixara forro e outra a metade dos ditos bens se r<sup>á</sup> repartida entre os seus filhos tudo isto por equidade e atender ter sido o dito escravo um dos melhores da dita fazenda e sobre o testa

mento que dizem ele teve não vale este de nada porque nenhum escravo pode dispor de seus bens sem licença de seu senhor". (18)

Gregório como **bom escravo** havia constituído um patrimônio que julgava poder transferir para seus descendentes. Na escravidão do Piauí não era vedado ao cativo acumular algum pecúlio composto de bens, principalmente gados cuja produção poderia ser comercializada fora da Capitania. Porém, como geralmente ocorria nos regimes escravistas, era-lhe proibido dispor do fruto de seu trabalho.

Observa-se ainda na citação alguns dos recursos utilizados para conseguir o comportamento pretendido da massa cativa. Um **bom escravo** na concepção do senhor era aquele que demonstrava interesse pelo trabalho, que respeitava as normas do regime escravista, onde o cativo tinha seu lugar, sua tarefa, seu destino. Era ainda aquele capaz de não só satisfazer as vontades do senhor, mas amá-lo. Os escravos que se aproximavam desse protótipo recebiam do senhor concessões, como aconteceu com Gregório. Por ser **bom escravo** tinha gado e até escravo e ainda por esse mesmo motivo, seus filhos puderam ficar com metade dos bens deixados. Com essa atitude o senhor estava induzindo não apenas os familiares do cativo falecido a seguir-lhe o exemplo, mas a todos aqueles outros que viviam na fazenda. Posicionava-se ainda, como humanitário entre os escravos de sua propriedade e senhores de outras fazendas.

A citação acima permite ainda a observação sobre o comportamento do escravo no Piauí. Acredita-se que não havia necessidade de Gregório possuir um escravo, pois quando muito podia cultivar alguns gêneros em quantidade suficiente para o

sustento de sua família e criar poucas cabeças de gado. Talvez seus familiares pudessem ajudá-lo. Entretanto, tinha um escravo que deixava alforriado por morte sua. A propriedade de escravos entre aqueles que se achavam sob o regime do cativo é forte indicativo do quanto a escravidão havia sido assimilada por todos os moradores do Piauí. Denota também o que significava socialmente a posse de um cativo nessa sociedade escravista.

Pelo que foi descrito, pode-se entender a importância do escravo no quadro econômico-social piauiense, ainda que seu número não possa ser comparado com o das regiões agro-exportadoras e mineira, tendo em vista que a atividade econômica desenvolvida não exigia grande concentração de escravos.

A opção dos fazendeiros pelo trabalho escravo deu-se ainda no início da implantação da pecuária, quando foi necessário transplantar a mão-de-obra juntamente com as matrizes do gado. Fortes razões teriam contribuído nesse sentido. Em primeiro lugar porque os nativos que habitavam a região não aceitaram pacificamente a penetração dos colonos que ocupavam os vales mais úmidos com seus currais. Os poucos índios que participaram nessa fase se achavam sob o regime do cativo.

Não obstante a disponibilidade de mão-de-obra livre, pois muitos colonos oriundos de outras regiões penetravam durante e depois da fase de conquista do território, observava-se certa indisposição dos pecuaristas em utilizarem esse tipo de trabalhador. Sua condição de homem livre permitia-lhe abandonar a fazenda a qualquer momento, ficando fora do alcance do senhor fazê-los trabalhar involuntariamente. Ocorria, ainda, que a pretensão desses moradores era a de algum dia chegar a ser proprietário de gado e terra, logo não iriam exercer funções que não os conduzissem à concretização de

seus objetivos.

Além da negativa dos indígenas e dos ricos que poderiam sofrer com os trabalhadores livres, os fazendeiros do Piauí vindos de regiões escravistas, eram tradicionalmente acostumados com o trabalho escravo. Para eles, a escravidão apresentava-se como solução mais segura. Seria até incoerente de sua parte, se recorressem ao regime assalariado, já que tinham condições de adquirir e manter o escravo. O fato é que não foi no Piauí que se violentou a tradicional mentalidade senhorial do produtor brasileiro.

Com o desenvolvimento da sociedade, ocorreu a consolidação do regime de trabalho escravo no Piauí. Enquanto se processava a organização social do trabalho, nitidamente foram aparecendo as tarefas dos escravos e aquelas que dignificavam os homens livres. A escravidão que já se apresentava com parte do sistema colonial das regiões produtoras para o grande comércio, impôs-se como elemento caracterizador da estrutura social que se estabeleceu no Piauí.

A conotação do escravismo no âmbito da economia estende-se ao social, concedendo ao proprietário de escravo a imagem de pessoa de projeção e prestígio, bem sucedida na vida, e, do lado do escravo, a imagem de ser inferior, subordinado, incapaz. Observa-se que, no Piauí, embora fossem mantidos diversos outros tipos de relações de trabalho, empenhavam-se os fazendeiros em manter a ordem escravista. Isto porque como afirma Genovese:

"A liberdade na sociedade escravista é definida pela escravidão. Portanto, todos aspiravam a ter escravos e, uma vez tidos, não trabalhar. O ideal aristocrático difundiu-se nas sociedades escravistas."

tas e inculuiu nos agricultores o hábito muito discutido de mando, além de um padrão psicológico geral mais complexo ... Este ideal afetou toda outra classe da sociedade, inclusive os escravos, embora de maneiras diferentes, de acordo com as condições comuns à situação de escravo e específicas de cada classe". (19)



Figura 10

Tronco para castigar escravos rebeldes e fugitivos. Museu do Estado do Piauí

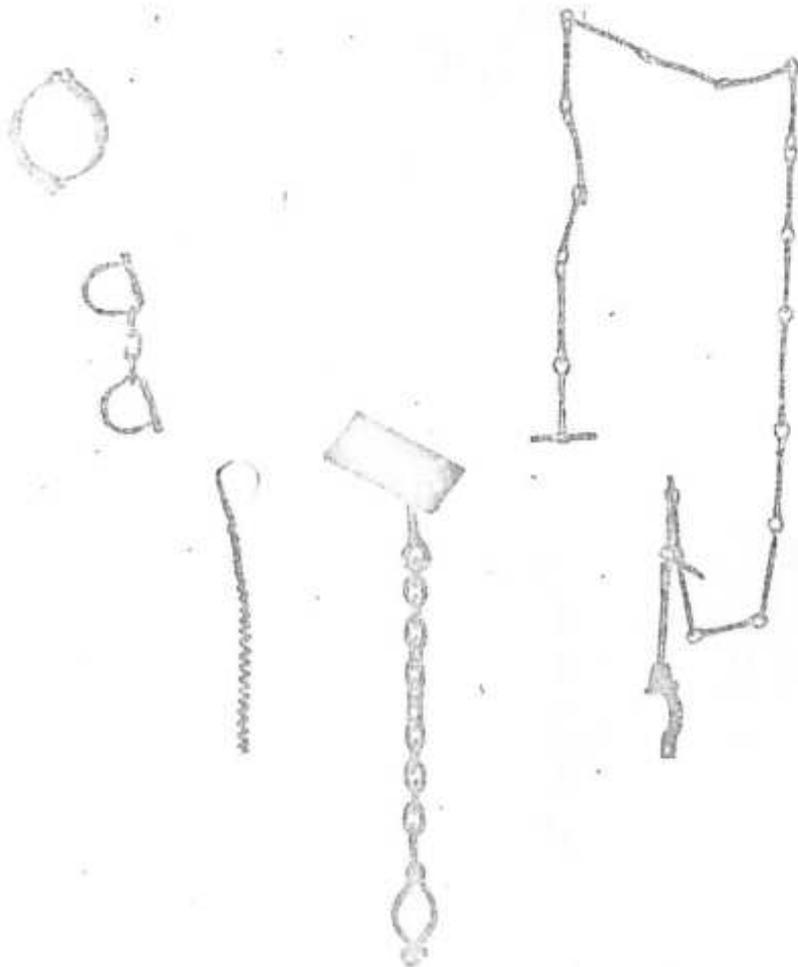


Figura 11

Instrumentos de suplício. Museu do Estado do Piauí

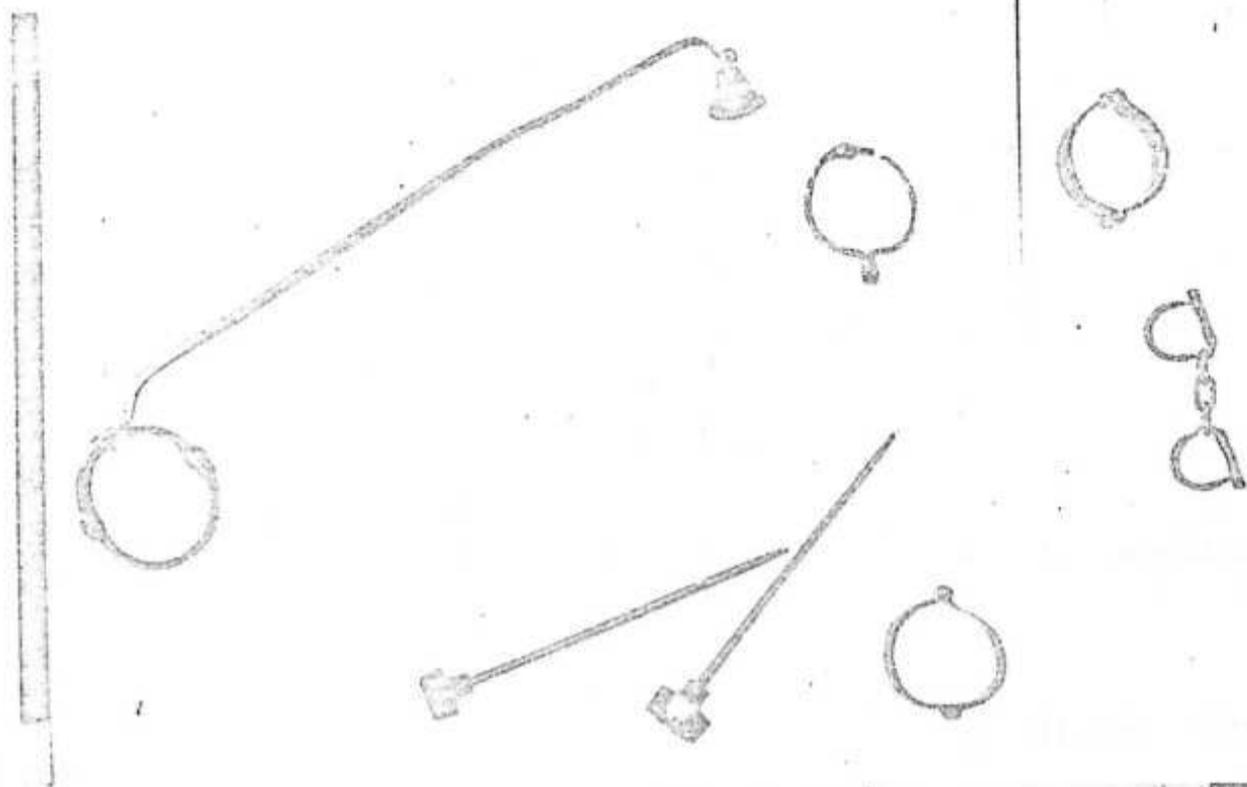
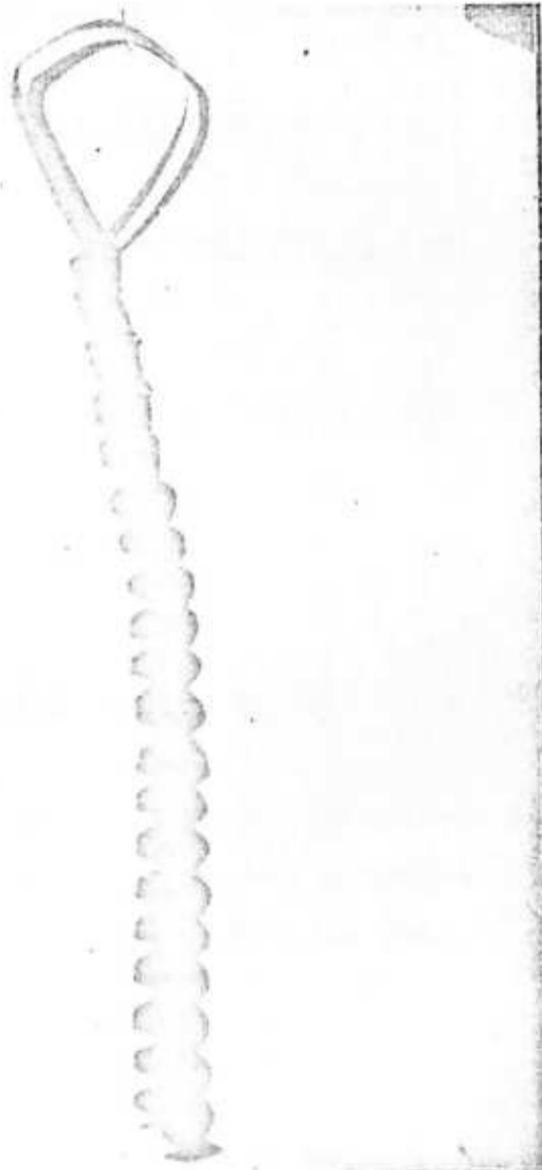


Figura 12

Instrumentos de  
suplícios fabri-  
cados em ferro-  
Museu do Estado  
do Piauí.

Figura 13

Chicote de mate-  
rial metálico u-  
tilizado para  
açoitar os es-  
cravos - Museu  
do Estado do Pi-  
aú.



## NOTAS DO CAPÍTULO VII

1. MALHEIROS. A Escravidão no Brasil: ensaio Histórico, Jurídico, Social. vol. I, p. 35.
2. ALENCASTRE. Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí. p. 75.
3. Inventário registrado no Cartório do 1º ofício de Campo Maior, durante a 2ª metade do século XVIII.
4. GRAHAM. Escravidão, Reforma e Imperialismo. p. 21.
5. CARDOSO. Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. p. 84.
6. NUNES. Pesquisa para a História do Piauí. vol. I, Cap. V . p. 131.
7. Livro 18, p. 7.
8. QUEIRÓS. A escravidão negra em São Paulo, p. 47.
9. Livro 15, p. 139v, 199/199v. Nos inventários analisados foram declarados escravos de "verilha, perna e braços quebrados, côxo, que mancavam da perna, herniados dentre outros traumatismos físicos.
10. Livro 33, p. 170 e seguintes.

11. Livro 11, Carta de 5/4/1751.
12. Mensário do Arquivo Nacional. Maio, 1799, Ano X, p. 8.
13. Documento de 4/3/1775, Livro 23, p. 29.
14. Livro 19, p. 199/199v.
15. Livro 23, p. 67 e 68
16. PEREIRA DA COSTA. Cronologia Histórica do Estado do Piauí:  
desde os tempos primitivos até a proclamação da Repúbli  
ca. vol. I, p. 108.
17. Livro 37, p. 378 e 379.
18. Ofício do Dr. Francisco Diógenes de Moraes, em 22.08.1800  
ao Inspetor do Canindé, Joaquim José Vicente, Livro 37,  
registro de correspondência, referente ao período de  
1800 a 1802, p. 23/24.
19. GENOVESE. O mundo dos Senhores de escravos: dois ensaios de  
interpretação. p. 20.

## BIBLIOGRAFIA GERAL

1. ABREU, João Capistrano de. Capítulos de História Colonial-1500/1800. 6ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; INL/MEC, 1976.
2. \_\_\_\_\_. Caminhos antigos e Povoamento do Brasil. 4ª ed. A.s. 1. Civilização Brasileira, INL, 1976.
3. ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. Pequena História da Formação Social Brasileira. Rio de Janeiro, GRAAL, 1981.
4. AMIN, Samir & VERGOPOULOS, Kostas. A Questão Agrária e o Capitalismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
5. ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o homem no Nordeste. 3ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1973.
6. ANDREONI, João Antonil. Cultura e Opulência do Brasil. 1ª ed. São Paulo, Nacional.
7. AZEVEDO, J. Lucas de. Épocas de Portugal Econômico: esboços de história. 3ª ed. Lisboa, Clássica Editora, jun. 1973.
8. BASTIDE, Roger. Brasil terra de contrastes. 8ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo, DIFEL, fev. 1978.
9. BENJAMIN, Roberto E. Câmara. Festa do Rosário de Pombal. UFPPB/Editora Universitária; Campanha de Defesa do Folclore

re Brasileiro; Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba, s.d..

10. BERGMANN, Michel. Nasce um povo. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1978.
11. BOXER, C.R. Relações Raciais no Império Colonial Português - 1415/1825. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1967.
12. \_\_\_\_\_. A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial. 2ª ed. SP, Nacional. 1969.
13. \_\_\_\_\_. O Império Colonial Português. São Paulo, edições 70, mai, 1977.
14. BUESCU, Mircea. História Econômica do Brasil: pesquisas e análises. Rio de Janeiro, APEC, 1970.
15. CARDOSO, Lamartine. Geografia Econômica do Brasil. 6ª ed. São Paulo, HEMUS, s.d.
16. CARDOSO, Ciro Flamarion. S & BRIGNOLI, Héctor Pérez. Os Métodos da História: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social. Rio de Janeiro, GRAAL, v. 5, 1979.
17. CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
18. CARNAXIDE, Visconde de. O Brasil na Administração Pombalina: economia e política externa. 2ª ed. São Paulo, Ed.

Nacional, MEC/INL, 1979.

19. CASTRO, Antonio Barros de. 7 ensaio sobre a economia brasileira. 2ª ed. Rio de Janeiro, Florence - Universitária, 1975, v. II.
20. \_\_\_\_\_. Escravos e Senhores nos engenhos do Brasil: um estudo sobre os trabalhos do açúcar e a política econômica dos senhores; IN: Estudos Econômicos, IPE-USP, 7(1): 177 a 220, 1977.
21. CHIAVENATO, Júlio José. O Negro no Brasil: da senzala à Guerra do Paraguai. 1ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1980.
22. COMAS, Juan et alii. Raça e Ciência I. São Paulo, Perspectiva, 1970.
23. CONRAD, Robert. Os Últimos anos da Escravatura do Brasil - 1850/1888. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
24. COSTA, Emília Viotti da. Da Senzala à Colônia. 2ª ed. São Paulo, ED. CIÊNCIAS HUMANAS, 1982.
25. COSTA, Iraci Del Nero da. Algumas características dos proprietários de escravos; IN: Estudos Econômicos, São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas - IPE, 11(3):151-157, dez. 1981.
26. CUNHA, Euclides da. Os Sertões. 21ª ed. Rio de Janeiro, Editora Paulo de Azevedo, 1950.
27. DAVIDSON, Brasil. Mãe Negra; África: os anos de provação.

1ª ed. Lisboa, Sá da Costa Editora, 1978.

28. DEAN, Warren. Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura - 1820/1920. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, Coleção Estudos Brasileiros, v. 21.
29. DEGLER, Carl N. Nem Preto e nem Branco: escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos. Rio de Janeiro, Editorial Labor do Brasil, 1976.
30. DEUS, Frei Gaspar da Madre de. Memórias para a História da Capitania de São Vicente. Belo Horizonte, Itatiaia, 1975.
31. DIAS, Manuel Nunes. O descobrimento do Brasil: subsídio para o estudo da integração do Atlântico Sul. São Paulo, Pioneira, USP, 1967.
32. DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Etnias e Culturas do Brasil. 6ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
33. DORRAS FILHO, João. O Ouro das Gerais e a Civilização da Capitania. São Paulo, Nacional, 1957.
34. DUNN, L. C. et ali. Raça e Ciência II. São Paulo, Perspectiva, 1972.
35. EISENBERG, Peter L. Modernização sem Mudança: a indústria açucareira em Pernambuco - 1840/1910. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
36. FAORO, Raymundo. Os donos do Poder: formação do patronato político brasileiro. 3ª ed. Porto Alegre, GLOBO, v.1, 1976.

37. FERNANDES, Florestan. O Negro no Mundo dos Brancos. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972.
38. FIGUEIREDO, Ariosvaldo. O Negro e a Violência do Branco: o negro em Sergipe. Rio de Janeiro, José Álvaro, 1977.
39. FONSECA, Célia Freire A. A Economia Européia e a Colonização do Brasil: a experiência de Duarte Coelho. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1978.
40. FREITAS, Délcio. Escravos e Senhores-de-escravos. Porto Alegre, Universidade Superior de Tecnologia São Lourenço de Brindes - Universidade de Caxias do Sul, 1977.
41. \_\_\_\_\_. Palmares. A guerra dos escravos. 2ª ed. Rio de Janeiro, GRAAL, 1978. (Biblioteca de História, v. 2.).
42. FREITAS, Délcio. O Escravismo Brasileiro. 2ª ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.
43. FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala. Coleção Livros do Brasil, s.l. 1957.
44. \_\_\_\_\_. Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 4ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1967.
45. FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 14ª ed. São Paulo, Nacional, 1976.
46. GALIZA, Diana Soares de. O Declínio da Escravidão na Pa

raíba: 1850/1888; Dissertação de Mestrado, UFPE, Recife, 1977

47. GARDNER, George. Viagem ao Interior do Brasil: principalmente nas províncias do Norte e dos distritos de ouro e do diamante durante os anos de 1836/1841. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1975.
48. GENOVESE, Eugene D. O Mundo dos Senhores de Escravos: dois ensaios de interpretação. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
49. \_\_\_\_\_. A Economia Política da Escravidão. Rio de Janeiro, PALLAS, Coleção América: Economia e Sociedade, 1976.
50. GERSON, Brasil. A Escravidão no Império. Rio de Janeiro, PALLAS, 1975.
51. GODINHO, Vitorino Magalhães. Os Descobrimentos e a Economia Mundial. Lisboa, Presença, 1981, v. I.
52. GORENDER, Jacob. O Escravismo Colonial. São Paulo, Ática Ensaio - 29, 1978.
53. GOULART, José Alípio. Da Palmatória ao Patíbulo: castigos de escravos no Brasil. Rio de Janeiro, Conquista, Temas Brasileiros, v. 12, 1971.
54. \_\_\_\_\_. Da Fuga ao Suicídio. aspectos de rebeldia dos escravos no Brasil. Rio de Janeiro, Conquista, Temas Bra

sileiros, v. 13, 1972.

55. GOULART, Maurício. Escravidão Africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico. 3ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega. 1975.
56. GRAHAM, Richard. Escravidão, Reforma e Imperialismo. São Paulo, Perspectiva, 1979.
57. GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro Séculos de Latifúndio. 4ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
58. HASENBAIG, Carlos A. Desigualdades Raciais no Brasil, in: Estudos Econômicos - IPE, 7(1):177-219, 1977.
59. HEERS, Jacques. Escravos e Domésticos na Idade Média no Mundo Mediterrâneo. São Paulo, DIFEL, 1983.
60. HOLANDA, Sérgio Buarque. A Época Colonial: do descobrimento à expansão territorial - 5ª ed. São Paulo, DIFEL, 1976, v. 1, Tomo I.
61. \_\_\_\_\_. A Época Colonial: administração, economia, sociedade. 4ª ed. São Paulo, DIFEL, 1977, v. 2, Tomo I.
62. \_\_\_\_\_. Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 2ª ed. São Paulo, Nacional, USP, 1969.
63. \_\_\_\_\_. Raízes do Brasil. 8ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1975, v. 1.
64. IANNI, Octávio. Escravidão e Racismo. São Paulo, HUCITEC,

1978.

65. INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. Estudos Econômicos. São Paulo, 13 (1):1-296, jan./abr., 1983.
66. KAPLAN, Marcos T. Formação do Estado Nacional da América Latina. Rio de Janeiro, Eldorado Tijuca, 1974.
67. KOSTER, Henry. Viagens ao Nordeste do Brasil. 2ª ed. Recife, SEC/DEPARTAMENTO DE CULTURA, 1978, Coleção Pernambucana, v. XVII.
68. LAMBER, Jacques. Os dois Brasis. 9ª ed. São Paulo, Nacional, 1976.
69. LANGE, Oscar. Moderna Economia Política. Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1967. Cap. I, II e V.
70. LAPA, José Roberto do Amaral. O antigo sistema Colonial. São Paulo, Brasiliense, 1982.
71. \_\_\_\_\_. et. alii. Modos de produção e Realidade Brasileira. Petrópolis, Vozes, 1980.
72. LEVY, Maria Bárbara. História financeira do Brasil Colonial. Rio de Janeiro, IBMEC, 1979, v. 1.
73. LISBOA, João Francisco. Crônica do Brasil Colonial: apontamentos para a história do Maranhão. Petrópolis, Vozes: INL/NEC, 1976, v. 2.
74. LOUZEIRO, Maria R. Garcia. Parceria e Capitalismo. Rio de

Janeiro, Zahar, 1977.

75. LUNA, Francisco Vidal. Minas Gerais: escravos e senhores - análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1713/1804). São Paulo, IPE, 1981.
76. LUNA, Luis. O negro na luta contra a Escravidão. 2ª ed. Rio de Janeiro, Cátedra, INL/MEC, 1976.
77. MAGALHÃES, Basílio de. Expansão Geographica do Brasil Colonial. 2ª ed. São Paulo, Nacional, 1935.
78. MALHEIRO, Perdigão. A Escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social. 3ª ed. Petrópolis, Vozes, INL/MEC, 1976, v.II.
79. IDEM, op. cit. v. I, partes I e II.
80. MARTINS, Oliveira. História de Portugal. 16ª ed. Lisboa, Guimarães Editora, agost. 1972.
81. MATTOZO, Katia M. de Queirós. Ser escravo no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982.
82. MAXIMILIANO, Viagem das fronteiras de Minas Gerais ao Arraial da Conquista, in: viagem ao Brasil. 2ª ed. São Paulo, Nacional - Brasileira, Série 5ª, v. I, 1958.
83. MEIRELES, Mário M. História do Maranhão. s.l., DASP - Serviço de Documentação, 1960.
84. NELLO, José Antonio Gonçalves de. Diálogos das Grandezas do

- Brasil: documentos para a História do Nordeste - 1, 2ª ed. Recife, Imprensa Universitária - UFPE, 1966.
85. MENDES, Luis A. de Oliveira. Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a Costa d'África e o Brasil. Porto, Publicação Escorpião, der. 1977.
86. MOOG, Ctodomir Vianna. Bandeirantes e Pioneiros: paralelo entre duas culturas. 11ª ed. Porto Alegre, Globo, 1974.
87. MOTA, Carlos Guilherme. Brasil em perspectiva. Corpo e Alma do Brasil. 9ª ed. São Paulo, DIFEL, jun. 1977.
88. MOURA, Clovis. Rebeliões da Senzala: quilombos insurreições guerrilhas. Rio de Janeiro. Conquista, Temas Brasileiros, v. 11, 1972.
89. \_\_\_\_\_. O negro. de um bom escravo a mau cidadão? Rio de Janeiro, Conquista, Temas Brasileiros, v. 21, 1977.
89. NABUCCO, Joaquim. O Abolicionismo. 4ª ed. Petrópolis, Vozes, INL/MEC, 1977.
90. NASCIMENTO, Abdias do. O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis, Vozes, 1980.
91. NOVAYS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial - (1777-1808). São Paulo, HUCITEC, 1979.
92. PIAZZA, Walter F. O escravo numa economia Minifundiária. São Paulo, UDESC, 1975.

- 1978.
102. RIBEIRO, Darcy. O processo civilizatório: estudos de antropologia da civilização. 4ª ed. Petrópolis, Vozes, 1978.
101. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O campesinato brasileiro: ensaio sobre a civilização e grupos rústicos no Brasil. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1976.
100. \_\_\_\_\_. Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia. 15ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1977.
99. \_\_\_\_\_. História Econômica do Brasil. 20ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1977.
98. PRADO JUNIOR, Celso. Evolução Política do Brasil e outros estudos. 9ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1975.
97. PORTELLI, Huges. Gramsci e o bloco histórico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, v. 7.
96. PORTO, Costa. Estudos sobre o sistema seamarial. Recife, Imprensa Universitária - UFPE, 1965.
95. PITA, Sebastião da Rocha. História da América Portuguesa. Belo Horizonte, Itatiaia, 1976.
- 1979.
94. PINHO, Virgílio Nova. O ouro Brasileiro e o comércio atlântica no século XVIII. 2ª ed. São Paulo, Nacional, 1979.
93. PIERSON, Donald. Branços e Pretos na Bahia: estudo de facto racial. 2ª ed. São Paulo, Nacional, 1971, v. 241.

103. RODRIGUES, Nina. Os africanos no Brasil. 5ª ed. São Paulo, 1977.
104. ROMANO, Ruggiero. Os Mecanismos da conquista Colonial: os conquistadores. São Paulo, Perspectiva, 1973.
105. ROTEIRO DO BRASIL. Obras econômicas de J.J. da Cunha Azere do Coutinho - 1794/1804. São Paulo, Nacional, 1966.
106. SALLES, Vicente. O negro no Pará: sob o regime da escravidão. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Universidade do Pará, 1971.
107. SAMARA, Eni de Mesquita. Os agregados. uma tipologia ao fim do período Colonial (1780/1830), in: Estudos Econômicos, São Paulo, IPE, 11(3):159-168, dez. 1981.
108. SCANANO, Julita. Devoto e Escravidão: a irmandade de N.S. do Rosário dos pretos no Distrito Diamantino no século XVIII. São Paulo, Nacional, 1975, v. 357.
109. SEHWARTZ, Stuart B. Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial: a suprema corte da Bahia e seus Juizes - 1609/1751. São Paulo, Perspectiva, 1979.
110. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Cultura no Brasil Colônia. Petrópolis, Vozes, 1981.
111. SILVA, J. F. Graziano da et. alii. Estrutura Agrária e Produção de subsistema na agricultura Brasileira. São Paulo, HUCITEC, 1978.
112. SIMONSEN, Roberto C. História Econômica do Brasil - 1500/

1820. 8ª ed. São Paulo, Nacional, 1978.

113. SOARES, Renan Monteiro. Aspectos sociológicos da pecuária Nordesteira. Recife, UFPE, Cadernos do INSTITUTO DE CIÊNCIAS POLÍTICAS E SOCIAIS, nº 8, 1968.
114. SODRÉ, Nelson Werneck. Formação Histórica do Brasil. 9ª ed. Rio de Janeiro, Civilização, 1976.
115. \_\_\_\_\_. História da burguesia Brasileira. 3ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
116. SCUSA, Gabriel Soares de. Tratado Descritivo do Brasil em 1587. 4ª ed. São Paulo, Nacional, 1971, Brasiliana, v. 117.
117. SOUSA GAIOSÓ, Raimundo José de. Compêndio Histórico-Político dos princípios da povoação do Maranhão. Rio de Janeiro, Livros do Mundo Inteiro, 1970.
118. STEIN, Stanley & STEIN, Bárbara H. A Herança Colonial da América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
119. WILLIAMS, Eric. Capitalismo e Escravidão. Rio de Janeiro, Ed. América, 1975.

## BIBLIOGRAFIA - SECÇÃO PIAUÍ

1. ALENCASTRE, J. M. P. de. Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí. Teresina, COMEPI, 1981.
2. CASTELO BRANCO, R. O Piauí: a terra, o homem, o meio. São Paulo, Quatro Artes, 1970.
3. CASTELO BRANCO, Moisés Filho. O Povoamento do Piauí. s.l. COMEPI, 1982.
4. CHAVES, Joaquim. A Escravidão no Piauí. s.l. Cadernos Históricos - 3, s.d.
5. \_\_\_\_\_. O Índio no solo Piauiense. 2ª ed. s.l. Gráfica Piauiense, s.d.
6. CEPRO. Teresina, 8(1):1-126, Jan/jun, 1982.
7. \_\_\_\_\_. Teresina, 8(2):1-152, jul/dez, 1982.
8. Diário da viagem de regresso para o Reino, de João da Maia da Gama, e de inspeção das barras dos rios do Maranhão e das Capitâneas do Norte, em 1728, in: Um Herói Esquecido (João da Maia da Gama). Divisão de Publicação e Biblioteca/Agência Geral das Colônias, Coleção pelo Império, 2(100):5-100. 1944.
9. GAYOSO E ALMENDRA, Jacob Manoel. O Feudo da Casa da Torre no Piauí: povoamento - luta pela propriedade. Publica

ções do Centro de Estudos Piauienses, Série A, Caderno-3, 1953.

10. IDEM. obr. cit. Teresina, Série A, Caderno - 5, 1955.
11. IDEM. Pecuária, in: Jornal "Estado do Piauí", Teresina, Imprensa Oficial, 1931, n.ºs 158, 159 e 166.
12. MACHADO, Francisco Xavier. Memória relativa às Capitâneas do Piauí e Maranhão, in: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo XVII, 3ª série, n.º 13, 1º Trimestre.
13. MARTINS, Agenor et alii. Piauí: Evolução, Realidade e Desenvolvimento, CEPRO.
14. MELO, Pe. Cláudio. Os primórdios de nossa História. s.l. 1983.
15. MENDES, Simplício. Propriedade Territorial no Piauí. Teresina, Typografia de "O Piauí", 1628.
16. MOTT, Luiz R. B. O patrão não está: análise do absentismo nas fazendas de gado do Piauí Colonial, in: Revista Ciência e Cultura, 34(7):896-899, jul. 1982.
17. \_\_\_\_\_. Fazendas de gado do Piauí - 1697/1762, in: Separata dos Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História (Aracaju/setembro de 1975), São Paulo, 1976.
18. \_\_\_\_\_. Estrutura Demográfica das fazendas de gado do Piauí-

- Colonial: um caso de povoamento rural centrífugo, in:  
Revista Ciência e Cultura, 30(10):1196-1210, out. 1978.
19. NUNES, Odilon. Pesquisas para a História do Piauí. 2ª ed.  
Rio de Janeiro, Artenova, 1975; v. 2.
  20. IDEM, obr. cit., v. 3.
  21. IDEM, obr. cit., v. 4.
  22. IDEM. Devassamento e Conquista do Piauí. Monografias do  
Piauí - série Histórica, Teresina, COMEPI, 1972.
  23. IDEM. Súmula de História do Piauí. Teresina, Edições Cultu  
ra, 1963.
  24. IDEM. Economia e Finanças: Piauí Colonial - Monografias do  
Piauí - série Histórica, 1972.
  25. IDEM. Os primeiros Currais. Monografias do Piauí - série  
Histórica, Teresina, COMEPI, s.d.
  26. PEREIRA DA COSTA, F.A. Cronologia Histórica do Estado do  
Piauí: desde os tempos primitivos até a Proclamação da  
República. Rio de Janeiro, Artenova, 1974. 2 v.
  27. SANTANA, R. N. Monteiro. Perspectiva Histórica do Piauí.  
Teresina, Imprensa Oficial, 1975.
  28. SOBRINHO, Barbosa Lima. O devassamento do Piauí. São Pau  
lo, Nacional, Série 5, 1946, v. 255.

DOCUMENTOS IMPRESSOS

1. CARVALHO, Pe. Miguel de. Consulta do Conselho Ultramarino de 20 de novembro de 1697 sobre a carta do bispo de Pernambuco escrita ao Secretário Roque Monteiro Paim sobre a fundação da Nova Paróquia, que se exigiu no Sertão do Piauí e sua descrição, in: ENNES, Ernesto - As Guerras nos Palmares - subsídios para a sua História. 1º volume, Brasileira, série 5ª, v. 127, 1938, p. 360/61.
2. IDEM. Carta autografa a D. Francisco Lima, Bispo de Pernambuco, de 11 de junho de 1697, remetendo a Roque Monteiro Paim a descrição do Sertão de Piauí, in: ENNES, Ernesto - As Guerras nos Palmares - subsídios para a sua história. 1º volume, Brasileira, 5ª série, v. 127, 1938, p. 362/63.
3. IDEM. Termo da eleição que fizeram os moradores do sertão do Piauí; do lugar, P. a se fazer a Igreja de N. S. da Victória, in: ENNES, Ernesto - As Guerras nos Palmares - subsídio para a sua história, 1º volume, Brasileira, 5ª série, v. 127, 1938, p. 364/65.
4. IDEM. Termo de obrigação dos Moradores, in: ENNES, Ernesto As Guerras nos Palmares - subsídios para a sua História 1º volume, Brasileira, 5ª série, v. 127, 1938, p. 366/67.
5. IDEM. Termo da Benção da Nova Capella e Poço q. seu deu ao Rº Cura, in ENNES, Ernesto - As Guerras nos Palmares -

subsídios para a sua História, 1º volume, Brasileira, 5ª série, v. 127, 1938, p. 368/69.

6. IDEM. Descrição do certão do Piauí Remetida ao Ilm<sup>o</sup> e Revm<sup>o</sup> S<sup>or</sup>. Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco, in: ENNES, Ernesto - As Guerras nos Palmares - subsídios para a sua História, 1º volume, Brasileira, 5ª série, v. 127, 1938, p. 370/389.
7. IDEM. Consulta do Conselho Ultramarino de 18 de fevereiro de 1698, sobre o que se pede Bento Surrel Camillo, como Procurador do M.<sup>e</sup> de Campo Dos paulistaz Domingos Jorge Velho, in: ENNES, Ernesto. As Guerras nos Palmares: subsídios para a sua História. 1º volume, Brasileira, 5ª série, v. 12, 1938, p. 390/93.
8. Carta de Domingos Jorge Velho, in: ENNES, Ernesto, As Guerras nos Palmares - subsídios para a sua história. 1º volume, Brasileira, 5ª série, v. 127, 1938, p. 204/207.
9. Petição de Domingos Jorge Velho (Mestre de Campo), in: ENNES, Ernesto. As Guerras nos Palmares - subsídios para a sua história - 1º volume, Brasileira, 5ª série, v. 127, 1938, p. 236.
10. DURÃO, Antonio José de Moraes. Descrição da Capitania de São José do Piauí - 1772, in: MOTT, L.R. B. Descrição da Capitania de São José do Piauí - 1772. São Paulo, Revista de História nº 112, 1977.
1. Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí, in: Revista Trimestral do Instituto Histórico, Tomo XLII, PI.

12. Documento ao Governador da Capitania, em 06.09.1770 da escrava Esperança Garcia. Manuscrito do Arquivo Nacional. Maio, Ano X, 1979. p. 8.
13. Memória relativa às Capitanias do Piauí e Maranhão por Francisco Xavier Machado, 1810, in: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo XVII, 3ª série, nº 13, 1º Trimestre, p. 56/65.
14. Relatório do Presidente da Província do Piauí 1867 - Dr. Adelino Antonio de Lima Freire, p. 41.
15. Relatório do Segundo Vice-Presidente da Província do Piauí - Dr. Manoel de Freitas - 21/junho de 1868.
16. Índice de sesmarias do Piauí. (C.A.B.).
17. Catálogo das sesmarias concedidas a particulares no Piauí, registradas nos livros de nºs 1º, 2º, 3º, 4º e 5º, existentes na Direcção de Agricultura, Terras, Viação e Obras Públicas, organizado pelo Senador Antonio Freire da Silva quando esteve a frente da mesma repartição.

DOCUMENTOS MANUSCRITOS

ARQUIVO NACIONAL - Rio de Janeiro

Lata - 267

Maço - 2

Pasta - 1

- Coleções Especiais. Estados do Brasil; 8 - Piauí.

1. Resumo de todas as pessoas livres e cativas. Fogos e Fazendas da cidade...

orig. 1 p. - 1760.

2. Relação de todos os bens de raiz que possuíam e administravam os padres da Companhia de Jesus no Piauí sequestrados pelo Ouvidor Luís José Duarte Freire.

Cóp. ant. 12 p. - 1762

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO/PERNAMBUCO

A. H. U. PE.

256

- Carta do Rei, datada de 27 de dezembro de 1665, escrita para Caetano de Melo de Castro sobre o comportamento dos habitantes que povoam o sertão.  
fl. 211
  
- Carta do Rei datada de 11 de setembro de 1697, escrita em Lisboa para Caetano de Melo de Castro sobre as cartas de sesmarias que passam pela Secretaria de Governo que deveriam constar cláusulas sobre a obrigatoriedade da medição e demarcação. Recomendações de que nos fossem concedidas sesmarias a muita gente juntas, inclusas na mesma data e légua. Fixa a quantidade máxima de léguas para cada concessão.  
fl. 252/252v.
  
- Carta do Rei datada de 06.02.1698 escrita em Lisboa para o Governador da Capitania de Pernambuco sobre a criação da paróquia no sertão do Piaqui(Piauí).  
fl. 268v.
  
- Carta do Rei datada de 17.12.1698 escrita em Lisboa para o Governador da Capitania de Pernambuco sobre as datas de sesmarias reforçando as exigências quanto a medição e demarcação e confirmação re

- al e o cumprimento do que está disposto no regime  
to sobre o assunto.  
fl. 28lv.
- Carta do Rei datada de 16.12.1698, escrita em Lisbo  
boa, dirigida ao Governador de Pernambuco, sobre a  
indicação de juizes ordinários no sertão do Rode  
las visto ser a região ocupada por gado de populaç  
ção esparsa.  
fl. 282.
- Carta do Príncipe de Portugal em 21.03.1676 escrit  
ta em Lisboa, dirigida a João Srg(sic) Vieira sobr  
bre 300 até 400 cassais açoriamos enviados ao Bras  
sil, penetração no sertão de Pernambuco e Rio Grand  
e objetivando para reconhecimento da área e observ  
vação de pessoas, provavelmente castelhanos que se  
encontravam na região.  
fl. 15.

## CÓDICE 257

- Carta do Rei para o Governador de Pernambuco, de  
Lisboa, 08.01.1699, sobre a povoação dos rios Parn  
naíba e Fraim.  
fl. 5v.
- Carta do Rei, em Lisboa, 13.01.1699 para o Governa  
dor de Pernambuco, sobre as mortes que se deram  
aos índios no Ceará.  
fl. 7v.

- Carta do Rei, Lisboa 13.01.1699, para o Governador de Pernambuco, sobre o que obrou na redução do gentio Canindé no Ceará.
  
- Carta do Rei, Lisboa 05.10.1700, para o Governador e Capitão Geral de Pernambuco, referente a queixa q/ o Mestre de Campo Domingos Jorge Velho faz aos moradores das Alagoas.  
fl. 52
  
- Carta do Rei, Lisboa, 23.11.1700 para o Governador e Capitão Geral de Pernambuco que enviem ordens ao capitão-mor do Ceará e aos religiosos da Campanha de Jesus que mandem todos os índios que pedir o Governador do Maranhão.  
fl. 59.
  
- Carta do Rei á Desembargador João Guedes de Sá, em 03.11.1700.  
fl. 60v.
  
- Carta do Rei ao Provedor da Fazenda de Pernambuco, ordenando q/ se faça pagamento ao Desembargador João Guedes de Sá pela Fazenda Real, em 05.11.1700.  
fl. 61.
  
- Carta do Rei para o Governador e Capitão de Pernambuco, que mandem índios do Ceará para o Maranhão como também uma tropa para a guerra do gentio Corso, em 29.11.1700.
  
- Carta do Rei, em 15.12.1700 para o Ouvidor Geral

da Paraíba sobre a prisão do mestre de Campo Manoel Alz'(sic) de Moraes Navarro no arraial do Assú.  
fl. 72v.

- Carta do Rei, em 03.01.1772 a D. Fernando Martins Mascarenhas de Lancastro - Governador e Capitão General de Pernambuco.  
fl. 93v.

- Carta do Rei, em 03.03.1702 a D. Fernando Martins Mascarenhas de Lancastro, que mande por um edital as capitâneas da jurisdição daquele governo aos donatários que tiverem datas de terras para apresentarem as suas confirmações.  
fl. 104.

- Carta do Rei, em 03.03.1702 a Cristóvão Soares Reimão referindo-se a devassa dos furtos e excessos cometidos pelos Tapuias da nação paiaçús da ribeira do Ceará.  
fl. 104v.

- Carta do Rei ao Superintendente da Casa da Moeda Inácio de Moraes Sarmento, em 07.03.1702.  
fl. 105v.

- Carta do Rei ao Desembargador Cristóvão Soares Reimão sobre o bando que o governador geral do Estado do Brasil mandou lançar naquela Capitania, em 03.04.1702.  
fl. 108v e 109.

- Carta do Rei ao Governador de Pernambuco sobre os índios da aldeia da Serra do Ibiapaba q/tinham ido ajudar os moradores do Maranhão na guerra do Corso, em 28.03.1703.  
fl. 113v.
  
- Carta do Rei para o provedor da Fazenda da Paraíba para que se pague ao Pe. Antonio Viveiros vigário dessa capitania a sua cõgrua e precedência aos mais filhos da folha secular, em Lisboa 24.01.1699  
fl. 09.
  
- Carta do Rei para Antonio Rodrigues Pereira, provedor da Fazenda de Pernambuco, sobre a forma das datas das terras de sesmarias, em 05.02.1699.
  
- Carta do Rei, em 05.02.1699 para o Governador de Pernambuco sobre o que representou Antonio Rodrigues Pereira acerca da forma que devia haver nas datas das terras de sesmarias.
  
- Carta do Rei para o Governador e Capitão Geral de Pernambuco, D. Fernando Martins Mascarenhas a respeito de soldados q/ tiraram umas índias da sua aldeia junto ao Piauí para usarem mal delas, em 05.09.1699.  
fl. 18.
  
- Carta do Rei, para o bispo de Pernambuco sobre os índios da nação Croma, em 20.01.1700.  
fl. 35v.

- Carta do Rei, para o Provedor da Fazenda de Pernambuco referente o Pe. Miguel de Carvalho, em 20.01.1700.  
fl. 37.
  
- Carta do Rei para o Governador e Capitão Geral de Pernambuco, D. Fernando Martins Mascarenhas de Lancastro, referente o remédio q/ aplicou para se comporem as diferenças em que os moradores do Piauí se achavam, escrita em Lisboa 27.09.1700.  
fl. 52
  
- Carta do Rei ao Governador de Pernambuco sobre ha ver provido a bengala de ajudante do nº que vagou pela reforma de Baltazar Pires, como também a de ajudante supra Antonio de Figueiredo, em Lisboa, 28.03.1703.  
fl. 113v e 114.
  
- Carta do Rei ao Ouvidor geral da Paraíba Cristóvão Soares Reimão ordenando a liberdade dos índios paiaçús q/ o Mestre de Campo Manoel A'lvaes de Moraes Navarro havia capturados; Lisboa em 15.12.1700.  
fl. 74.
  
- Carta do Rei ao Governador e Capitão Geral de Pernambuco - D. Fernando Martins Mascarenhas de Lancastro sobre a unificação do Estado do Maranhão às fazendas da freguesia de N. S. da Vitória do Piauí, em Lisboa, 13.03.1702.  
fl. 106v e 107.

- Carta do Rei ao provedor da Fazenda da Paraíba Salvador Correia Dourado sobre a demarcação de terras que se dão de sesmarias, em Lisboa 19.05.1703.  
fl. 127v.
  
- Carta do Rei p/o Desembargador Cristóvão Soares Reimão, referindo-se as medições e datas de terras de sesmarias que se acham no distrito da Capitania do Rio Grande. Em 26.05.1703.  
fl. 128.
  
- Carta do Rei para o Desembargador Cristóvão Soares Reimão, referindo-se a lei para a forma que se deve usar na repartição da légua de terra que se há de dar a cada aldeia dos índios. Em Lisboa, 22.05.1703.  
fl. 127v e 128.
  
- Carta do Rei para Cristóvão Soares Reimão evidenciando a lei que se desse aos índios que se aldeiam uma légua de terra em quadra para a sua habitação e sustento. Em Lisboa, 14.06.1703.  
fl. 129v.
  
- Carta da Rainha dirigida aos oficiais da Câmara de Pernambuco, ordenando que se comece a tomar as terras de sesmarias pelo mais dilatado sertão, sob os cuidados do Desembargador João de Puga(sic) e Vasconcelos. Lisboa, 19 de agosto de 1704.  
fl. 158.

## CÓDICE 265

- Documento datado de 04.03.1702, escrito em Lisboa, constando parecer dos governadores de Pernambuco e Maranhão sobre a anexação do Piauí ao Maranhão. fl. 163.

## CÓDICE 1.037

- Carta de Domingos Afonso Sertão dirigida a D. João de Alencastres, Governador e Capitão Geral do Brasil, escrita na Bahia a 15.01.1702. fl. 399, 400.

## CAIXA 8

- Carta de Francis Dias Siqueira Capitão-mor da Capitania do Sertão do norte, Ceará - Maranhão ao El-Rei, em 16.10.1691, sobre a ocupação da comarca do Maranhão e o relacionamento entre o desta com a Bahia.
- Cópia da carta do capitão Francis Dias de Siqueira sobre o descobrimento do caminho por terra que facilitasse a comunicação entre o estado do Maranhão e o do Brasil, e a necessidade de que fossem povoadas e aproveitadas as terras do sertão, datada de 16.10.1691.

## CAIXA 36

- Cópia das Juntas das Missões que se tem feito nesta capitania de Pernambuco desde vinte de abril de quarenta e seis (20.04.1746), em que se tiraram as que naquele ano fizeram e foram na frota.

Junta convocada pelo Ilm<sup>o</sup> e Exm<sup>o</sup> Sr. D. Mar

cos Noronha, Governador e Capitão Geral destas capitãnias na qual assiste o Exm<sup>o</sup> e Reverendíssimo Sr. D. Fr. Luís de S<sup>ta</sup> Tereza e Bispo destas capitãnias e os mais deputados abaixo assinados, no dia de hoje.

17.06.1746.

Propôs-se a carta do Pe. Missionário da aldeia do Brejo, Frei Miguel da Transfiguração do distrito de Rodelas, representando a pouca obediência dos índios, e que estes se metiam nos matos, sem quererem estar na Missão.

1. Livro 7 - Correspondências
2. Livro 8 - Registro de 1780 a 1798
3. Livro 9 - Registo de 1793/1795 - Cartas expedidas pelo Governo Interino.
4. Livro 11 - Registo Geral - Registro de 1787/1791 - Capita-  
nia do Piauí.
5. Livro 12 - Correspondência para a Metrópole - 1781/1790.
6. Livro 13 - Patentes e Provisões - Furriel - M. Sousa Mar  
tins - 1788/1791.
7. Livro 14 - Registro Geral da Capitania - 1792/1793.
8. Livro 15 - Ciganos - Período 1798.
9. Livro 17 - Registro diversos - 1ª parte - 1769/1802.
10. Livro 18 - Registro - 1753/1805.
11. Livro 21 - Respostas para o Reino (Respostas às ordens da  
Real Junta do Estado)
12. Livro 22 - Botelho no Maranhão para o Piauí - Período 1769/  
1789.
13. Livro 23 - Cartas ao General do Estado - 1770/1781.
14. Livro 25 - Portarias e Bandos - Registro - 1789/1796.
15. Livro 27 - Portarias - Período 1796/1800.
16. Livro 29 - Portarias e Bandos - Período - 1779/1789.
17. Livro 30 - Patentes e Provisões - 1796/1801.
18. Livro 31 - Ofícios ao Governador do Estado do Maranhão  
1788/1796.

19. Livro 32 - Portarias , Bandos - Registro - 1770/1779.

## RELAÇÃO DOS INVENTÁRIOS ANALISADOS

Cartório do 1º Ofício - Campo Maior (Amostragem)

- Martinho Ferreira da Azevedo - 04.10.1798
- José Fernandes de Carvalho - 07.10.1768
- Manoel da Cunha de Carvalho (capitão-mor) - 25.06.1793
- Ignácio Luis de Magalhães - não identificada a data
- Inventariado não identificado - 13.09.1791
- Graciano Gomes - 29.09.1768
- Euselia Maria Viollante - 09.01.1784
- Antonio da Costa Botelho - 14.08.1772
- Angela Maria da Conceição - 1793
- João da Costa Rabelo - 30.08.1780
- Miguel Alvares de Araújo (capitão) - maio de 1781
- Lino Alvares Ferreira - 12.08.1791
- Inventariado não identificado - 1793
- Inventariado não identificado - 1781
- Antonio Gonçalves de Moraes - 1783
- Inventariado não identificado - 1763
- José Coelho Nunes (sic) - 30.12.1769
- Joanna dos Reis Ribeiro - 1766
- Felix de Sousa Nogueira (Tenente) - 1781
- Isabel de Castelo Branco - 14.09.1776
- Manoel Ferreira Valle - 1764
- Antonio Vieira de Castro - 08.03.1777
- Domingos Pereira Leal - 16.09.1768
- Damião Rodrigues de Brito - 1788
- Joaquim José de Sousa - 11.11.1796
- José Manoel da Silva - 1795
- Vicente de Souza Coutinho - 13.09.1798
- Pedro Marinho de Melo - 1793

- Caetano Perez Nunes de Brito - 1799
- José Manoel da Silva - julho de 1795
- Antonio de Viveyros - 23.03.1778
- Fellippe de Figueiroa Milhares - 21.05.1772
- Roberto de Souza - 17...
- Francisco Alvares Campos - 31.03.1795.
- Anna Maria de Jesus - 13.08.1799
- Clara Senyra de Macedo - 12/1771
- Ignacia de Miranda Vazaz (sic) - 08/1770
- João da Costa Pereyra - 22.08.1783
- Maria Caetanna - 1800
- Antonia A. de Britto - 23.02.1777
- Maria Joaquina - 22.09.1777
- Manoel Ferreyra Furtado - 09.07.1763
- Antonio Ribeiro de Moyra - 24.09.1763
- Marianna Francisca de Jesus - 30.06.1770
- Manoel de Freitas Correa - 18.06.1770
- Silvestre Vieira Gomes - 15.06.1793
- Francisco Tavares de Mello - 04.02.1776
- Francisco Soares de Mello - 1782
- Cipriano Gomes da Cunha - 19.11.1777
- João Antonio Gomes - 16.06.1792
- Izabel Francisca Azevedo - 05.06.1722
- Ricardo Ferreira Parcos - 1799
- José da Silva de Moraes - 09.03.1778
- Anna Maria de Almeyda - 1781
- Lourenço Mendes da Silva - 1779
- Constantino Lopes Ribeiro - 1796
- Antonio da Costa de Oliveira - maio/1779
- Antonio de Sousa Lima - 21.08.1799
- Ana Rosa da Silva - 17...